

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras
Mestrado em Letras



Dissertação

Irmãos à sombra:

uma possibilidade de existência por meio da recordação em *À Sombra do Meu Irmão*, de Uwe Timm, e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, de Marcia Tiburi

Mariana Waskow Radünz

Pelotas, 2020

Mariana Waskow Radünz

Irmãos à sombra:

uma possibilidade de existência por meio da recordação em *À Sombra do Meu Irmão*, de Uwe Timm, e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, de Marcia Tiburi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniele Gallindo Gonçalves

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R124i Radünz, Mariana Waskow

Irmãos à sombra : uma possibilidade de existência por meio da recordação em *À Sombra do meu Irmão*, de Uwe Timm, e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, de Marcia Tiburi / Mariana Waskow Radünz ; Daniele Gallindo Gonçalves, orientadora. — Pelotas, 2020.

115 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Memória. 2. Recordação. 3. Testemunho. 4. Uwe Timm. 5. Marcia Tiburi. I. Gonçalves, Daniele Gallindo, orient. II. Título.

CDD : 809

Mariana Waskow Radünz

Irmãos à sombra: uma possibilidade de existência por meio da recordação em *À Sombra do Meu Irmão*, de Uwe Timm, e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, de Marcia Tiburi

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração Estudos da Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 23 de outubro de 2020.

Banca examinadora:



Profa. Dra. Daniele Gallindo Gonçalves
Orientadora/Presidente da banca
Universidade Federal de Pelotas



Profa. Dra. Luciana Paiva Coronel
Membro da Banca
Universidade Federal do Rio Grande



Prof. Dr. Eduardo Marks de Marques
Membro da Banca
Universidade Federal de Pelotas

À minha família, que me fez ser quem sou.

Ao meu amor, que de mãos dadas me acompanhou até aqui.

Ao Luis Otávio, que, onde quer que esteja, está feliz com esta conquista.

A todas as vítimas da Segunda Guerra Mundial, do Nazismo e da Ditadura Brasileira e suas famílias.

A todos aqueles que resistiram e àqueles que seguem resistindo.

Agradecimentos

Quando paro para refletir sobre todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica até o momento me faltam palavras para agradecer, tamanha a minha gratidão por elas e pelo respeito que elas tiveram ao meu momento de imersão acadêmica e de escrita. Quando me aproximava do fim da graduação, eu já havia decidido que iria fazer o mestrado, mas não imaginava a aventura na qual eu embarcaria. Uma aventura cheia de altos e, principalmente, cheia de baixos que, se não fossem pelas pessoas às quais hoje agradeço, eu não teria conseguido.

Em primeiro lugar agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por me proporcionar uma bolsa de estudos, sem a qual eu não teria conseguido seguir no ambiente acadêmico durante esses dois anos. Além disso, agradeço profundamente à minha orientadora, e também amiga, Daniele Gallindo Gonçalves. Àquela que foi minha inspiração desde as aulas e a orientação em projeto de pesquisa na graduação e que seguiu, desde então, sendo o meu maior exemplo de professora e profissional. Muito obrigada, Dani! Aproveito para agradecer também aos professores Eduardo Marks de Marques e Luciana Paiva Coronel por aceitarem fazer parte da banca de qualificação e defesa, pela leitura atenta do meu trabalho e pelas importantes contribuições.

Em segundo lugar agradeço aos meus pais, os quais me proporcionaram a oportunidade de estudar. Desde que comecei a estudar eles me acompanham a cada progresso, a cada dificuldade, a cada conquista. Por vocês eu cheguei até aqui. Obrigada por me ensinarem que ninguém nos tira o conhecimento e, por isso, vale a pena lutar por ele. Me desculpem pelas tantas vezes que deixei de vê-los para poder escrever. Obrigada pela compreensão e pelo amor de sempre. Aproveito para agradecer também à minha família como um todo, à minha irmã e às minhas avós que, com muito carinho, me ajudaram a enfrentar esse momento, seja com um abraço afetuoso ou com um notebook, quando o meu resolveu parar de funcionar enquanto escrevia os milhares de artigos do mestrado.

Preciso ainda e, com muito amor, agradecer às minhas filhas de quatro patas, minhas gatas. Isso pode soar ridículo para quem vê de fora, mas para mim, que muitas vezes se sentiu solitária na difícil escrita desta dissertação, foram elas o meu maior alicerce emocional. Elas me lembravam constantemente que eu deveria parar e

respirar. Com seus “ronrons” e carinhos, elas evitaram que eu enlouquecesse e por isso sou eternamente grata a esses seres de luz.

Agradeço também, com todo o amor do mundo, ao Lucas, meu parceiro de vida, que sempre me apoiou e vibrou com cada pequena conquista durante esses dois anos. Ele também esteve do meu lado me lembrando constantemente que tudo daria certo e que eu conseguiria no final das contas. Sou extremamente grata a ti, meu amor. Agradeço ainda à família do Lucas, que sempre me ajudou quando precisei ao longo desses dois anos e que me permitia relaxar com boas risadas e bons churrascos durante uma pausa e outra. Obrigada pelo carinho de sempre!

Por fim, agradeço aos meus amigos, aqueles que se tornaram meus irmãos de vida e que deixaram, sempre que possível, esse processo mais leve. Agradeço a todos, em especial à Luciane, irmã que a vida me deu e que, mesmo distante, esteve e está sempre comigo e ao Jessé, irmão posticho que compartilhou desse momento comigo, sendo meu colega, meu parceiro de escrita dos artigos e de participação nos eventos acadêmicos e, sobretudo, meu amigo nas boas e, principalmente, nas ruins. A vocês e aos meus demais amigos, em especial Bianca Szczecinski, Bruna Hartmann, Danielli Saboia, Jefferson Souza e Pedro Brisolara, que sempre me incentivaram a seguir adiante e a acreditar no meu potencial, meu muito obrigada! Sem o apoio de vocês essa conquista não faria o menor sentido!

Da cicatriz de Ulisses aos rastros/restos, a memória e a lembrança. A cicatriz deixada pela experiência, portanto a promessa que a história, apesar de todos os sofrimentos, terminaria bem. Com ela e através dela guardam-se a continuidade de gerações (filiações), alianças e eficácia da palavra, narrativa. É ela memória e lembrança, história. Na ferida que não cicatriza, o trauma, difícil, senão impossível narração. E a memória e a lembrança são portadas pela escrita, rastro privilegiado e duradouro que os homens deixam de si. Porém, a escrita é, hoje, não mais esse rastro, mas o efêmero, o não-intencional, os restos. No entanto, podemos – e talvez devamos – continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos. Tarefa silenciosa, anônima, mas imprescindível do narrador autêntico (GAGNEBIN, 2002, p. 125).

Resumo

RADÜNZ, Mariana Waskow. **Irmãos à sombra**: uma possibilidade de existência por meio da recordação em *À Sombra do Meu Irmão*, de Uwe Timm, e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, de Marcia Tiburi. Orientadora: Daniele Gallindo Gonçalves. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Em um momento em que o esquecimento é cada dia mais imposto, esta dissertação apresenta uma análise das obras *À sombra do meu irmão*: as marcas do nazismo e do pós-guerra na história de uma família alemã (2014), do escritor alemão Uwe Timm, e *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), da escritora brasileira Marcia Tiburi. A partir da discussão acerca dos conceitos de memória e recordação, trauma e testemunho e narração e escrita propostos por Aleida Assmann (2011), Márcio Seligmann-Silva (2000, 2003, 2005 e 2014) e Jeanne Marie Gagnebin (2002, 2009) respectivamente, esta dissertação analisa como a situação do estar à sombra do irmão e da irmã nas narrativas coloca-se como um espaço de recordação que possibilita a existência dos narradores-protagonistas de ambas as obras. Ao analisar as narrativas foi possível constatar como a situação de estar à sombra do irmão e da irmã possibilita um novo contato com as lembranças e, conseqüentemente, uma nova relação com a memória e com o passado de uma maneira geral. Além disso, foi possível perceber como os momentos históricos (Segunda Guerra Mundial, Nazismo e Período Ditatorial) afetam a vida e a construção da identidade dos narradores-protagonistas nas duas obras. Além disso, percebemos como, a partir da recordação e da narração em primeira pessoa, os narradores-protagonistas de ambas as narrativas passam a existir para além da sombra de seus irmãos e família e conseguem construir novas visões sobre si e sobre a sociedade que os cerca.

Palavras-chave: Memória. Recordação. Trauma. Testemunho. Uwe Timm. Marcia Tiburi.

Abstract

RADÜNZ, Mariana Waskow. **Brothers in the shadow:** a possibility of existence through the remembrance in Uwe Timm's *In My Brother's Shadow* and Marcia Tiburi's *Sob os Pés: Meu Corpo Inteiro*. Advisor: Daniele Gallindo Gonçalves. 2020. 115 p. Dissertation (Master in Languages) – Postgraduate Program in Languages, Center for Languages and Communication, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

At a time when forgetfulness is increasingly imposed, this dissertation presents an analysis of the works *In my brother's shadow: a life and death in the SS* (2014), by the German writer Uwe Timm, and *Sob meus pés, meu corpo inteiro* (2018), by the Brazilian writer Marcia Tiburi. Based on the discussion about the concepts of memory and remembrance, trauma and testimony and narration and writing proposed by Aleida Assmann (2011), Márcio Seligmann-Silva (2000, 2003, 2005 and 2014) and Jeanne Marie Gagnebin (2002, 2009) respectively, this dissertation analyzes how, in said narratives, being in the sibling's shadow is portrayed as a space of remembrance, enabling the existence of the narrators-protagonists of both works. While analyzing the narratives, it was possible to understand how being in their sibling's shadows allowed a new bond with their recollections, enabling a new outlook on the broader sense of memory and past. In addition, it was possible to see how the specific historical moments (World War II, Nazism and Dictatorial Period) affected the main narrator's life and construction of identity in both works. In addition, we are able to understand how, based on memory and first-person narration, the narrators-protagonists of both narratives come to exist beyond the shadow of their siblings and family, managing to change how they view themselves and the society that surrounds them.

Keywords: Memory. Remembrance. Trauma. Testimony. Uwe Timm. Marcia Tiburi.

Sumário

1	Introdução	11
2	Sobre comparar o incomparável	14
2.1	Uwe Timm e Marcia Tiburi: uma proposta de aproximação por um viés histórico-político	14
2.2	Nacional-socialismo e Segunda Guerra Mundial <i>versus</i> Período Ditatorial Brasileiro: é possível comparar?	20
3	“Eu não esqueço”: considerações sobre a memória e a recordação	31
4	A sombra como um espaço de recordação	43
4.1	O irmão mais velho e os rastros da guerra em Uwe Timm	46
4.2	A irmã mais velha e a violência ditatorial em Marcia Tiburi.....	71
4.3	Por entre as sombras: (res)significar as (re)existências	99
5	Considerações finais	109
	Referências	112

1 Introdução

O estudo da literatura enquanto uma área do conhecimento nos leva, muitas vezes, em direção a outras áreas tais como a história e a sociologia, assim como às inúmeras temáticas suscitadas pela leitura de textos literários. Dessa maneira, muitas vezes somos direcionados a um caminho externo à obra literária a fim de que possamos compreender certos aspectos descritos nas narrativas. Nesse exercício, acreditamos, assim como Candido, que o elemento externo, ou seja, o elemento social, “[...] importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (CANDIDO, 2006, p. 13, grifo do autor). Ou seja, entendemos que a literatura vai muito além da estrutura e do conteúdo presente no seu objeto, o texto, mas se constitui como uma ferramenta para pensarmos a sociedade e, não menos importante, a história. Nesse sentido, como salientou Candido, texto e contexto acabam se fundindo e possibilitando interpretações diversas sobre a realidade.

Pensando nisso, procuramos compreender como determinados acontecimentos históricos e as temáticas da memória e da recordação são trabalhadas dentro da literatura, principalmente por constituírem-se como temas importantes a serem discutidos dentro do ambiente acadêmico. A partir de questionamentos sobre como a literatura contemporânea vem trabalhando com essas temáticas e em como a identidade dos sujeitos e as suas visões da realidade são constituídas por meio da memória e da recordação, esta dissertação analisa a situação do estar à sombra do(a) irmão(ã) nas obras *À sombra do meu irmão: as marcas do nazismo e do pós-guerra na história de uma família alemã*¹ (2014), do escritor alemão Uwe Timm, e *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), da escritora brasileira Marcia Tiburi, considerando-a como um aspecto que possibilita a existência dos narradores-protagonistas das duas narrativas.

Para isso, começamos a discussão falando sobre o percurso dos dois autores analisados e os seus posicionamentos com relação à sociedade, à história e à ação política. Junto a isso, estabelecemos uma breve comparação entre os momentos históricos discutidos nos romances: a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo na

¹ Durante o restante do texto a obra será referida apenas como a *À sombra do meu irmão*. Além disso, utilizaremos somente a referência da tradução elaborada por Gerson Neumann e Willian Radünz, datada de 2014 e usada durante a pesquisa.

Alemanha e o período ditatorial no Brasil. Em seguida, partimos para uma teorização sobre os conceitos de memória e recordação e como eles vêm sendo trabalhados na literatura contemporânea, para assim entendermos como eles estão articulados na constituição da identidade dos sujeitos, seja ela individual ou coletiva, e nas suas visões acerca da realidade. Além disso, ao analisarmos a temática da sombra, objetivamos compreender como ela se coloca narrativamente como um espaço que permite aos narradores-protagonistas a existência por meio da recordação, assim como a discutir sobre como a narração em primeira pessoa se constitui como uma forma de testemunho das experiências vividas pelos narradores-protagonistas e uma maneira de lidar com as recordações e os traumas do passado.

Além de apresentar uma discussão relevante no que tange a momentos históricos importantes à sociedade, esta pesquisa justifica-se por desenvolver uma reflexão sobre a memória e a recordação a partir de duas obras ainda pouco trabalhadas no ambiente acadêmico em razão de sua recente produção. Sendo assim, pensamos a memória e a recordação em articulação com os romances e com as temáticas apresentadas nos textos e que ainda são assuntos importantes a serem debatidos dentro do espaço acadêmico: a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo na Alemanha e o período ditatorial no Brasil. Cabe salientar ainda que analisamos as narrativas tendo em mente que elas se constituem como releituras/reconstruções desses períodos históricos.

Ao analisar as obras, esta pesquisa busca ainda articular discussões sobre história, literatura e memória a fim de construir uma reflexão sobre a importância da recordação para a sociedade e para a constituição da identidade dos indivíduos que nela se inserem. Com isso, a situação do estar à sombra coloca-se como um importante ponto de partida para entendermos como a narração em primeira pessoa pode constituir-se como o espaço que permite uma nova existência e em como isso possibilita visões diferenciadas sobre os contextos político-históricos representados nas obras e, de certa forma, um entendimento maior acerca da própria realidade, visto a impossibilidade de desvincular as obras dos elementos sociais que as constituem.

Ademais, a análise – qualitativa e comparativa – é desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica, com base, sobretudo, nas discussões relacionadas à memória e à recordação elaboradas por Aleida Assmann² (2011), nos trabalhos sobre o trauma

² Sabemos que existem outros autores que também discutem sobre a memória, como Joël Candau, Paul Ricoeur e Pierre Nora. Porém, para a discussão das obras, optamos por utilizar principalmente os

e o teor testemunhal na literatura desenvolvidos por Márcio Seligmann-Silva (2000, 2003, 2005 e 2014) e nas discussões sobre narração e escrita propostas por Jeanne Marie Gagnebin (2002, 2009). Juntamente a isso, são utilizados trabalhos que dialogam com os aspectos histórico-sociais da Segunda Guerra Mundial, do Nazismo e do Pós-guerra na Alemanha e da Ditadura no Brasil, como, por exemplo, os autores Eric Hobsbawm (1995), Eurídice Figueiredo (2017) e Samantha Quadrat (2003, 2012). Ademais, utilizamos algumas contribuições de Regina Dalcastagnè (1996) e Valéria Sabrina Pereira (2011) relacionadas às literaturas brasileira e alemã e suas articulações com os períodos históricos citados.

Levando em consideração a análise dos romances articulada às perspectivas teóricas adotadas nesta pesquisa, acredita-se que a situação de estar à sombra do(a) irmão(ã) e a narração em primeira pessoa elaborada pelos narradores-protagonistas de *À sombra do meu irmão* (2014) e *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018) constituem-se como um espaço de recordação que permite uma nova existência a ambos, ou seja, uma (re)existência, em que ao mesmo tempo em que eles relembrem certos aspectos da trajetória de suas vidas, acabam se constituindo como sujeitos não mais à sombra de seus irmãos e família, mas como indivíduos autônomos capazes de encarar determinados traumas para compreenderem-se melhor, como também a sociedade que os construiu e que os envolve.

estudos de Aleida Assmann, visto que ela discute sobre os diferentes tipos de memória e os instrumentos de manutenção dessa memória na contemporaneidade, além de trabalhar com os espaços da recordação, ideia que utilizamos para tratar da sombra como um espaço narrativo que permite a existência dos narradores-protagonistas por meio da recordação.

2 Sobre comparar o incomparável

Sim. Comparamos. Não para encontrar ou impor leis gerais que nos explicariam finalmente a variabilidade das invenções culturais da espécie humana, o como e o porquê das variáveis e das constantes. Comparamos entre historiadores e antropólogos para construir comparáveis, analisar microssistemas de pensamento, esses encadeamentos que decorrem de uma escolha inicial, uma escolha que temos a liberdade de apresentar ao olhar dos outros, escolhas exercidas por sociedades que, no mais das vezes, não se conhecem entre si (DETIENNE, 2004, p. 65).

Quando refletimos sobre a sociedade de um modo geral e sobre os indivíduos que nela se inserem tendemos automaticamente a um exercício comparativo entre as diferentes culturas, modos de vida e de posicionamento dos indivíduos em relação ao social. Porém, esse exercício muitas vezes é carregado de julgamentos de valor e de um olhar pouco científico às análises das semelhanças e diferenças existentes entre, por exemplo, as diferentes culturas. Entretanto, o historiador Marcel Detienne se debruçou sobre essa prática comparativista que adotamos no nosso cotidiano e constatou que ela possibilita resultados importantes quando utilizada de maneira consciente e científica.

Por isso, tornou-se necessário à realização da nossa pesquisa, uma compreensão maior acerca do método comparativista proposto por Detienne, visto que, para analisarmos as narrativas, era preciso entendermos se havia a possibilidade de comparação entre os autores e, principalmente, entre os momentos históricos discutidos nas obras. Assim, nos subcapítulos seguintes comentamos melhor sobre a proposta de Marcel Detienne e em como ela foi importante ao tentarmos traçar uma comparação entre Uwe Timm e Marcia Tiburi e entre a Segunda Guerra Mundial, o Nacional-socialismo e o período ditatorial brasileiro.

2.1 Uwe Timm e Marcia Tiburi: uma proposta de aproximação por um viés histórico-político

O teórico Márcio Seligmann-Silva (2003) desenvolve sua reflexão a partir do que ele chama de *teor testemunhal da arte contemporânea*, tendo a literatura como um dos seus representantes. Como teor testemunhal na literatura, Seligmann-Silva se refere a relação construída entre o subjetivo, ou seja, o discurso – seja ele

autobiográfico ou uma reconstrução do passado, por exemplo –, e o objetivo, ou seja, o real, o que, segundo o autor, “[...] molda a linguagem e escapa a ela, a memória coletiva como discurso de construção de uma identidade que se dá em uma negociação nos planos político e estético” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 42). Assim, essa relação entre subjetivo e objetivo está relacionada, também, à análise proposta por Candido no que diz respeito ao caráter interno e externo do texto literário, como apontado na introdução deste trabalho. Dessa forma, o texto literário, enquanto escrita, apresenta marcas que fogem ao próprio texto e ao discurso nele presente e que são carregadas de outros elementos, como é o caso da vivência e do posicionamento do escritor enquanto indivíduo perante seus textos.

Levando isso em consideração, selecionamos dois autores que, por mais que sejam de países diferentes, são passíveis de comparação por produzirem textos que apresentam um elevado teor testemunhal³ e discutirem temas que ultrapassam o aspecto interno do texto literário, necessitando do elemento externo para fazerem sentido enquanto uma representação do real. Assim, os dois elementos que compõem o texto literário (interno e externo) se unem e só podem ser compreendidos em conjunto, caso contrário a análise literária acaba favorecendo ou o aspecto social em detrimento da estrutura/forma de escrita do texto ou o oposto.

Porém, antes de analisarmos como essas características estão presentes nas obras dos autores é necessário discorrer, primeiramente, sobre as suas trajetórias pessoais e sobre o local político-histórico de fala e de produção literária em que eles estão inseridos. Começemos falando de Uwe Timm, escritor alemão nascido em 1940, em Hamburgo, logo após o início da Segunda Guerra Mundial. Em decorrência do nascimento durante um dos momentos mais conturbados da história alemã, Uwe Timm passou por inúmeras situações traumáticas enquanto jovem, sendo a morte do irmão mais velho – com apenas 19 anos – na guerra uma das mais marcantes. Essa situação motivou o autor, somente muitas décadas mais tarde, a escrever o livro⁴ que analisamos nesta dissertação.

³ A discussão sobre a presença do teor testemunhal nos textos desses autores será apontada com mais atenção quando analisamos suas trajetórias de vida e, também, as duas obras propostas nesta pesquisa.

⁴ Estamos cientes de que o livro *À sombra do meu irmão* (2014) é considerado um livro autobiográfico, mas não nos propomos a analisar essa questão neste trabalho. O artigo intitulado “Evoluções do romance de família na atual literatura de língua alemã” (2014), publicado por Helmut Paul Erich Galle, analisa com mais propriedade o aspecto biográfico em Uwe Timm.

De acordo com Gamelas (2010), “[a] idade de Uwe Timm e a sua infância nos anos de guerra permitem inscrevê-lo na geração dos *Trümmerkinder* [meninos dos escombros], a geração das crianças que conviviam diariamente com o cenário de escombros deixado pela Segunda Guerra Mundial” (GAMELAS, 2010, p. 32, grifos da autora). Entretanto, mesmo em meio ao caos, Uwe foi acostumado desde criança a ajudar o pai nos negócios referentes à pequena loja de peles da família. Mais tarde, também por vontade do pai, acabou fazendo um curso de pelaria em Hamburgo e, após o fim da guerra e a morte do progenitor, ele assume a gestão dos negócios da família. Porém, decide, logo em seguida, iniciar os estudos universitários, ingressando, em 1963, no curso de Germanística e Filosofia na Universidade Ludwig-Maximilian, em Munique.

Durante sua trajetória acadêmica, foi aluno, em 1967, da Sorbonne, em Paris, um ano antes do início dos confrontos estudantis na capital⁵. Ao retornar para Munique no mesmo ano e, motivado pelo clima internacional de contestação estudantil, decide assumir uma posição interventiva no seu ambiente estudantil entrando para a chamada *Sozialistischer Deutscher Studentenbund* (SDS), ou Liga Estudantil Socialista Alemã. Em meio à ação política no contexto acadêmico, encerra a graduação em Germanística e Filosofia em 1969 e, em 1971, conclui o doutorado em Filosofia, cuja tese intitula-se *Das Problem der Absurdität bei Albert Camus* (O problema do absurdo em Albert Camus).

No decorrer de sua trajetória acadêmica, Timm participou ativamente de movimentos estudantis e, inspirado por tais movimentos, começou a escrever textos literários. No início eram apenas poemas e peças de teatro, mas com o passar do tempo o autor começou a produzir também romances. Em 1974 publica o romance *Heißer Sommer*, considerado como o romance da revolta de 1968, em que discute temas como a revolta estudantil, a juventude alemã e o antagonismo entre as gerações. A revolta de 1968 configura um movimento estudantil de protesto, o qual ocorreu entre os anos de 1967 e 1969 na Alemanha em decorrência de uma

⁵ Os principais confrontos estudantis começaram quando uma reunião de estudantes, que reivindicavam o acesso aos anfiteatros, na Sorbonne, foi interrompida pela polícia, a qual expulsou mais de 500 pessoas e fechou as instalações da universidade. Muitos estudantes foram identificados e detidos. Isso causou uma revolta generalizada na capital francesa, que, eventualmente, chegou às fábricas e aos trabalhadores. Dessa forma, os protestos se transformaram em greves e inúmeras concentrações e manifestações o que culminou em uma Greve Geral no dia 13 de maio de 1968, a qual é considerada até hoje como a *maior greve geral da história social francesa*. “O Maio de 68 [na França transforma-se assim numa crise social generalizada e numa revolta contra o regime gaullista francês” (SANTOS, 2018, s.p., grifo nosso).

insatisfação popular em relação à maneira como a então República Federal da Alemanha (*Bundesrepublik Deutschland*) estava sendo governada. Sobretudo após a chamada “Grande Coalizão”, que ocorreu em 1966 e levou ao poder um governo composto pelos dois principais partidos da RFA: a União Democrata-Cristã (*Christlich-Demokratische Union*), mais conhecida por CDU, e o Partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), conhecido pela sigla SPD.

Segundo Inês Gamelas (2010), os textos produzidos durante esse período e/ou que retratam esse momento dão início a chamada *literarisierte Revolte* (Revolta literarizada) e partem

[...] de uma perspectiva assumidamente subjectiva [*sic*], [e se debruçam] sobre os pressupostos sociais e políticos inerentes à revolta estudantil, abordando igualmente o impacto cultural durante e após o movimento de contestação acadêmica [*sic*]. Dado que cada autor viveu e experienciou a agitação destes anos de forma distinta, cada um destes textos narrativos é único na abordagem da revolução e, em muitos deles, é evidente um cariz autobiográfico. No entanto, todos têm em comum uma linha de orientação política enfeudada ao ideário de esquerda e uma preocupação social bastante nítida (GAMELAS, 2010, p. 34, grifos nossos).

É a partir desse movimento e da articulação entre uma postura política e a preocupação com o social que Uwe Timm continua no ambiente literário, produzindo inúmeros textos, principalmente romances, que dialogam com esses aspectos e que levam o caráter histórico externo à narrativa para dentro dela, considerando-o como um dos fatores que possibilitam a constituição do texto narrativo. Dessa maneira, ainda de acordo com Gamelas (2010),

[m]uito focada na História, a obra de Timm abriu-se a questões que ultrapassam os limites do espaço alemão. Temas como o pós-colonialismo, a ditadura, a corrupção e a ajuda aos países mais pobres são igualmente tratados. Estes temas assumem um relevo particular nos romances *Der Schlangenbaum* [A Árvore da Serpente] (1986), *Kopfjäger. Bericht aus dem Innern eines Landes* [Caçador de Cabeças. Relato nas profundezas de um país] (1991) e no já referido *Morenga* (1978) (GAMELAS, 2010, p. 38-39, grifos da autora).

Hoje, Uwe Timm é considerado um dos escritores mais conhecidos na Alemanha e cuja produção literária é composta por inúmeros romances, contos, novelas e poemas, além de destacar-se na área da literatura infanto-juvenil. Ganhador de vários prêmios, dentre eles o *Großer Literaturpreis der Bayerischen Akademie der Schönen Künste* (Grande Prêmio de Literatura da Academia de Belas Artes da

Baviera), em 2001, o Prêmio Napoli, em 2006, e o conceituado *Heinrich-Böll-Preis*, em 2009. Assim, como uma produção rica e bem diversificada, Timm se consolidou tanto no ambiente literário alemão como no internacional.

Agora, torna-se necessário falar ainda do percurso de vida da escritora brasileira Marcia Tiburi e qual o seu papel no cenário da literatura brasileira contemporânea, tudo isso para entendermos como a sua trajetória é, de certa forma, similar à do autor alemão, mesmo vivendo em uma realidade totalmente oposta. Essa discussão se mostrará relevante, sobretudo, quando compararmos as obras e percebermos como o posicionamento histórico-político dos escritores afeta a produção literária de ambos, mostrando constantemente uma preocupação social e uma sensibilidade aguçada em relação a temas filosóficos, políticos e históricos.

Com relação à trajetória de vida, a escritora Marcia Tiburi seguiu caminhos parecidos com os de Uwe Timm: graduou-se em Filosofia e em Artes Plásticas, realizou o mestrado em Filosofia e doutorou-se em 1999, também em Filosofia, com o título “Dialética negativa: superação negativa e a transformação da filosofia em Theodor W. Adorno”, além de ter realizado pós-doutoramento em Artes na Universidade Estadual de Campinas. Tornou-se conhecida em âmbito nacional ao participar do programa *Saia Justa*⁶, do canal por assinatura GNT. Foi candidata ao Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e atuava como professora do curso de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro até que precisou deixar o Brasil no final de 2018 por conta, principalmente, de inúmeras ameaças recebidas pelas redes sociais. Em uma entrevista dada ao *Valor*, Tiburi comenta um pouco sobre essas ameaças:

“Saí porque estava com muito medo das ameaças, do que estava ocorrendo com o Brasil e do que estava ocorrendo comigo”, disse. “Nas redes você encontra muita gente dizendo que vai me matar, que vai dar um tiro em mim, que vai acabar comigo. Também vinham ameaças diretamente por e-mail, SMS, WhatsApp. Fui colocada num grupo com dez caras sinistros que tinha uma foto do Bolsonaro com uma faca. Também recebia ameaças na rua. Não podia mais sair de casa, ir à farmácia, ir a uma padaria. Chega um desconhecido, esbarra e diz: ‘Eu sou fascista com muito orgulho, você se cuide’. Um outro se aproxima e fala: ‘Cuidado, na próxima vez que eu te

⁶ O programa começou a ser exibido em 2002 e segue até hoje na programação do canal da GNT. Ele tem o formato de *Talk Show* e trata de vários assuntos, com programações relacionadas à saúde, comida, filhos, economia, trabalho, sexo, política etc. As participantes/apresentadoras no momento são: Astrid Fontenelle, Barbara Gancia, Gaby Amarantos, Mônica Martelli e Pitty. Marcia Tiburi participou do programa entre os anos de 2005 e 2010. Em 2006, o programa ganhou o prêmio *Qualidade Brasil*, como melhor programa da TV a cabo de 2006.

encontrar eu acabo com você” (Marcia Tiburi em entrevista ao *Valor*, 2019, s.p.).

Marcia Tiburi, que nasceu durante o período ditatorial brasileiro, em 1970, vivenciou mais tarde, quando adulta, momentos complicados em razão de seu posicionamento político em um ambiente cada dia mais desfavorável para a troca de ideias, visto à ascensão de um governo de direita e de simpatizantes que enxergam o fascismo como algo positivo. Marcia Tiburi e Uwe Timm fazem parte de realidades e momentos temporais diferentes, mas ambos acabam demonstrando o perigo inerente aos movimentos de direita e as consequências de tais movimentos e posturas extremistas frente à sociedade. São temas como esses que acabam aparecendo nas obras da autora Marcia Tiburi, seja em razão de suas vivências pessoais ou em decorrência de sua formação acadêmica. Dessa maneira, assim como Timm, discussões sobre a história e a sociedade adentram aos textos da escritora brasileira, apontando a importância da reflexão frente aos assuntos políticos, econômicos, filosóficos, históricos e sociais que nos circundam diariamente.

Sempre preocupada com questões políticas e sociais, a autora segue produzindo textos para a sua coluna na *Revista Cult*, na qual problematiza, principalmente, sobre assuntos relacionados à atual situação do Brasil. Além disso, já produziu inúmeros ensaios sobre filosofia e alguns romances, sendo indicada algumas vezes para o Prêmio Jabuti e finalista do Prêmio Portugal Telecom em 2013, com o romance *Era meu esse rosto*. Para Casara (2016),

[a] investigação filosófica de temas desprezados ou esquecidos é uma das preocupações de Tiburi, sempre atenta à funcionalidade política desse jogo de velamentos e desvelamentos. Interessa-lhe o terreno do “banal”, aquilo que diz respeito à vida de todos, inconscientes e alienados que estão de sua própria experiência. Também nesse caso, o que Tiburi está a buscar é a capacidade de pensar e refletir sobre o que se supõe ser “natural” e imutável, portanto, matérias que, no mais das vezes, não são objeto de reflexão. Na obra de Marcia Tiburi, a filosofia vem a ser uma chave de acesso a um mundo outro, transcendente, mas possível de ser concretizado. O projeto filosófico de Tiburi aponta a necessidade de perfurar, com a coragem e a insubordinação inerentes ao pensamento crítico, “o muro de cimento do senso comum”, desfazer os blocos monolíticos compostos das certezas a que somos lançados sem reflexão, um efeito destruidor, revolucionário, como condição de possibilidade do verdadeiro diálogo (não de monólogos travestidos de diálogos), dessa forma democrática de transformação da sociedade e de resistência às tentações autoritárias (CASARA, 2016, s.p., grifos do autor).

No trabalho de dissertação de Inês Gamelas (2010), ela propõe uma comparação entre a obra *Heißer Sommer*, de Uwe Timm, e *Sem Teto, entre Ruínas*,

de Augusto Abelaira. Porém, por mais que a comparação seja entre o autor alemão e o autor português, a caracterização que ela faz de ambos apresenta profundas similaridades também com a postura adotada por Marcia Tiburi e, por isso, podemos utilizá-la para mostrar a relevância existente no trabalho de comparação entre um escritor alemão e uma escritora brasileira. De acordo com Gamelas (2010), “[...] o percurso de ambos é marcado por uma acentuada consciência histórica, pelo ativismo *[sic]* político de esquerda e pela perspectivação da literatura como meio de intervenção social” (GAMELAS, 2010, p. 13).

Sendo assim, escolhemos trabalhar com Uwe Timm e Marcia Tiburi, pois ambos estão preocupados em discutir, a partir da literatura, sobre a importância da compreensão dos movimentos histórico-sociais e da maneira como eles afetam o pensamento dos indivíduos com relação à sociedade. Entretanto, antes de discutirmos sobre como os conceitos teóricos da memória e da recordação estão articulados nesse processo, cabe comentarmos ainda sobre qual a perspectiva teórica que utilizamos no que diz respeito ao exercício comparativo de dois momentos históricos distintos – a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo na Alemanha e a Ditadura no Brasil – e a importância inerente à essa atividade comparativista, seja para entender a relevância dela para o ambiente social em que estamos inseridos, seja para perceber as diferenças existentes ao lançarmos um olhar sobre a história.

2.2 Nacional-socialismo e Segunda Guerra Mundial versus Período Ditatorial Brasileiro: é possível comparar?

Antes de discutirmos sobre os conceitos-chave para a realização desta dissertação, cabe discutir brevemente sobre a atividade de comparar o incomparável, ou seja, de estabelecer um comparativo entre dois espaços e dois momentos históricos bastante distintos: a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo na Alemanha e a Ditadura no Brasil. Em seu livro intitulado *Comparar o incomparável* (2004), o historiador Marcel Detienne discute sobre as posições adotadas, sobretudo por historiadores e antropólogos, no que tange à comparação de culturas e eventos históricos. O autor defende a importância da comparação, a qual proporciona um espaço para o diálogo entre as diferentes culturas. Esse diálogo é o que permite um novo olhar para o passado e uma nova maneira de ler a história.

Interessado nas formas de representar e narrar a história, Detienne aprimora consideravelmente o método comparativo, elencando-o como o procedimento que possibilita uma abordagem voltada ao questionamento e à uma nova relação e experiência com uma situação histórica determinada. O autor se desprende, assim, das ideias difundidas pelo método historiográfico ocidental, que presumia uma uniformização das análises e a preponderância de algumas sociedades em detrimento de outras. De acordo com Detienne (2004):

Parece-nos tão impossível fazer abstração de nosso próprio regime historiográfico, quanto parece-nos urgente analisar seus componentes, suspeitar de sua aparente unicidade e interrogar seus pressupostos, de modo a observar com a mais constante lucidez as modalidades de consciência de si adotadas por uma sociedade, seja ela qual for, por meio da construção do tempo ou da percepção do passado (DETIENNE, 2004, p. 71).

Dessa maneira, o método comparativo proposto por Detienne foge à unicidade e incita a busca por comparações entre sociedades e culturas variadas, objetivando construir visões que ultrapassem o local/nacional e ampliem as perspectivas sobre a sociedade e a construção histórica no geral. No artigo intitulado “Marcel Detienne: helenismo, comparação e reflexões no contexto nacional” (2016), Maria Elizabeth Godoy e Gustavo Durão comentam que o valor da

[...] análise comparativa de Detienne está em sair do “lugar comum” da história que é geralmente imposto pelo nacional, pelas tradições e por uma vontade de uniformização do fato histórico. Os regimes da historicidade, estando em constante construção, podem gerar novas narrativas, pois demonstraram novas análises e mecanismos diferenciados de se lidar com o passado. Daí o valor ético da comparação neste autor: ela ajuda o antropólogo e o historiador a saírem da mera reprodução dos conceitos, forçando-os a realizar a ligação entre interpretações históricas e valores de pertencimento étnico-social (GODOY; DURÃO, 2016, p. 181, grifos dos autores).

Entretanto, mesmo que sua análise não recaia no campo da literatura, ela se torna relevante para discutirmos sobre a importância do exercício de comparações entre acontecimentos históricos e culturas distintas a fim de entendermos os pensamentos e as motivações dos indivíduos inseridos nessas sociedades. Assim, pensamos que a literatura, assim como a cultura, pode se colocar como

[...] um espaço cultural de enorme potência em relação aos restos, aos despojos, às ruínas e às destruições do passado, proporcionando uma monumentalidade alternativa que, em tempos de comemorações

declamatórias ou de embates ideológicos, torna-se indispensável resgatar. Pertence àquele círculo dos assim chamados monumentos “por defeito”, objetos de memórias alternativas e inesperadas que carecem, justamente, de monumentalidade, ou seja, daquela retórica áulica e triunfante que conota alguns monumentos e que, na aparência, representa a força simbólica que lhes permite ultrapassar os limites do tempo (VECCHI; DALCASTAGNÉ, 2014, p. 12, grifo dos autores).

Dessa forma, refletindo especialmente sobre esse momento em que estamos sendo forçados a esquecer ou a não falar sobre certos acontecimentos, torna-se necessário valer-se da literatura para discutir essas questões. A proposta de comparar uma obra brasileira com uma obra alemã surgiu dessa necessidade em discutir sobre as consequências do período ditatorial no Brasil e da Segunda Guerra Mundial e do regime nazista na Alemanha e porque entendemos esse exercício como uma forma de manutenção da memória coletiva em relação a esses acontecimentos e às suas consequências. Isso se mostra ainda mais necessário quando levamos em consideração o contexto brasileiro, em que o período ditatorial não é sequer discutido na maioria das salas de aula. Não falamos sobre esse período tão caro à sociedade brasileira e, por isso, desconhecemos, na maioria das vezes, os horrores desse momento – para quem o vivenciou e para as famílias que sofreram e sofrem com o trauma, com as lembranças e com as consequências até hoje – e suas sérias repercussões à sociedade em geral.

Em contraponto, na Alemanha, durante o período nazista e a Segunda Guerra Mundial também não se falava sobre os horrores que se cometia diariamente, porque corria-se o risco eminente de morte. Entretanto, durante o pós-guerra, houve um *boom* de produções literárias e de discussões sobre o assunto, inclusive por meio de sobreviventes dos campos de concentração, como é o caso do italiano Primo Levi e de suas publicações. Houve ainda uma grande produção de pessoas que não haviam de fato vivenciado o período, mas que conviviam com pais e avós que tinham passado pelo período. De acordo com Valéria Sabrina Pereira (2011), a memória

[...] ligada aos atores e aos acontecimentos da Segunda Guerra sofreu grandes mudanças com o passar dos anos e das gerações. Se hoje os horrores do Holocausto são muito difundidos, não era atribuída a eles tamanha relevância logo após o fim da guerra. Em um primeiro momento, calou-se sobre o genocídio de judeus, como se fosse um assunto a ser evitado. As representações dos acontecimentos da Segunda Guerra passaram por um desenvolvimento de três fases (PEREIRA, 2011, p. 22).

Ao comentar sobre o desenvolvimento dessas três fases, a autora se baseia nas discussões desenvolvidas pelo historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2001) no livro *Zerbrechende Zeit*, o qual aponta a existência de três gerações: “der Kriegs- und Wiederaufbau-Generation, der Nachkriegsgeneration und ihrer Kinder”⁷ (RÜSEN, 2001, p. 284s *apud* PEREIRA, 2011, p. 22). Com base no trabalho desse autor, Pereira (2011) discute então sobre essas três gerações:

Durante a primeira geração, houve o que Rüsen denomina de *kollektive Beschweigung der Naziverbrechen* (silenciamento coletivo sobre os crimes nazistas), uma estratégia política bem-sucedida para que a integração fosse viável dentro da RFA. Nesse período, os alemães eram tratados como vítimas do regime da época e os (maiores expoentes) nazistas, demonizados e excluídos da sociedade. A geração seguinte quebrou esse silêncio, identificou-se com as vítimas do regime nazista e condenou os pais pelos acontecimentos da Segunda Guerra. As discussões sobre o genocídio tornaram-se frequentes [...]. Nesse momento, as personagens principais da guerra foram fixadas como: a vítima, o perpetrador e o observador (aqui, os alemães que não tomaram parte nos crimes) [...] (PEREIRA, 2011, p. 22-23, grifos da autora).

Ainda de acordo com Rüsen (2001), “[...] é a integração do Holocausto na história alemã que permite que a segunda geração seja capaz de se distanciar da geração de perpetradores, apontando-os como culpados e identificando-os como o ‘outro’” (RÜSEN, 2001, p. 293 *apud* PEREIRA, 2011, p. 23, grifo da autora). A partir desse momento, então, é que começam a surgir inúmeras produções, tanto literárias como cinematográficas, que discutem o posicionamento dos alemães durante a Segunda Guerra, criticando-o e julgando-o como culpado. Por outro lado, a terceira geração é a geração que possibilitou que os netos assumissem “uma conexão genealógica com os perpetradores”⁸. Ainda de acordo com Pereira (2011),

[a] distância é de vital importância para que essa reconciliação seja possível e também para que os netos retomem o seu papel dentro da cadeia genealógica, mas o momento histórico também desempenha esse papel. Durante a fase anterior, os alemães se proibiram de lembrar sua história como vítimas. Os alemães não deveriam lembrar os bombardeios, os estupros ou o papel dos cidadãos como fugitivos com a aproximação do final da guerra, quando foram expulsos de suas casas que ficavam em território que seria anexado pela União Soviética. O assunto espinhoso era evitado sob acusações de revisionismo. O trauma das vítimas deveria ser lembrado, enquanto o luto dos alemães limitava-se à esfera privada (PEREIRA, 2011, p. 23).

⁷ “A geração da guerra e da reconstrução, a geração do pós-guerra e seus filhos” (tradução elaborada por Valéria Sabrina Pereira, 2011, p. 22).

⁸ Tradução elaborada por Valéria Sabrina Pereira (2011, p. 23) com base na citação de Rüsen (2001, p. 294): “*eine[n] genealogische[n] Zusammenhang mit den Tätern*”.

Esse processo só foi possível após, sobretudo, o fim da Guerra Fria, momento que permitiu que esses assuntos fossem discutidos abertamente principalmente em função do fim da oposição entre os EUA e a União Soviética e também pela abertura das fronteiras, a qual possibilitou que os arquivos de todos os lados envolvidos na história pudessem ser abertos, proporcionando uma pesquisa mais abrangente sobre o assunto e uma discussão mais pontual e crítica sobre o que realmente aconteceu. Isso permitiu, então, um novo repensar sobre o próprio passado.

Entretanto, o mais importante na discussão proposta nesta dissertação é perceber como esse processo de entender os momentos históricos e um repensar sobre o passado se deu na Alemanha e em como ele se aproxima e se distancia do caso do Brasil. Nessa comparação entre Brasil e Alemanha é relevante discutir sobre como eles lidaram e lidam com seus respectivos traumas históricos e perceber a maneira como cada país encarou e buscou viver com essas experiências históricas.

Enquanto que no Brasil há uma busca constante pelo apagamento das memórias que envolvem o período ditatorial, em que pessoas ainda comentam que esse período nem sequer existiu, na Alemanha o que se percebeu ao longo dos anos e o que se percebe até hoje é totalmente o oposto disso, ou seja, é uma busca constante pela manutenção da memória, seja a partir de uma rica produção literária – o que está começando a acontecer no Brasil, mas infelizmente ainda sem muita visibilidade – ou da criação de locais específicos de manutenção dessa memória coletiva, como os museus, que permitem que os visitantes encarem, reflitam e se sensibilizem acerca dos acontecimentos. De acordo com Assmann (2011),

[m]esmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos (ASSMANN, 2011, p. 318).

No Brasil temos, por exemplo, o Memorial da Resistência de São Paulo, criado em 2009, o Memorial de Direitos Humanos “Casa da Liberdade”, abrigado no antigo DOPS – centro de tortura do regime militar – em Belo Horizonte e o projeto de criação de um Memorial da Anistia⁹, também em Minas Gerais. Entretanto, a visibilidade em

⁹ Para mais informações cf.

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/13/interna_politica,1076902/damare-cancela-

relação a esses espaços e a baixa quantidade indicam uma precariedade grave no que tange à sensibilização em relação ao assunto da ditadura no país. Isso pode parecer sem importância em uma primeira análise, mas nos mostra a maneira como lidamos com as experiências históricas: tentando esquecer-las ou até mesmo negá-las em vez de encararmos de frente seus efeitos e consequências. Nesse processo, perdemos o embate contra o esquecimento, visto que não falamos sobre esse trauma e isso afeta profundamente a sociedade brasileira como um todo, fazendo com que, por exemplo, governos de extrema direita ganhem espaço no âmbito político e propaguem, nesse mesmo sentido, a falta de diálogo e de compreensão perante a esse e a tantos outros assuntos extremamente relevantes para a constituição e manutenção da cultura e da memória brasileiras.

Um dos fatos que também dificulta a consideração da ditadura civil-militar brasileira como um momento histórico importante é a impossibilidade de delimitarmos esse período, como aconteceu na Alemanha. No artigo intitulado “O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões da ditadura civil-militar” (2015), Caroline Bauer pontua esse aspecto ao citar Anna Miñarro e Teresa Morandi (2009): “[d]evido à impossibilidade de datar e pontuar a experiência, tornou-se imperativo viver em um conflito permanente – escolhido ou imposto – entre a lembrança e o esquecimento (MIÑARRO; MORANDI, 2009, p. 447 *apud* BAUER, 2015, p. 116). Bauer ainda complementa colocando que “[a] ditadura civil-militar brasileira realizou sua transição política desativando paulatinamente – por vezes, somente em parte – as estratégias de implementação do terror” (BAUER, 2015, p. 117). Levando isso em consideração é possível perceber que o término do regime não significou de fato o fim da violência e dos abusos cometidos e muito menos a superação dos traumas provocados ao longo dos anos do regime. E, mesmo após a violência ter cessado gradativamente, suas consequências seguiram sem ser tratadas com o devido cuidado e atenção.

Como consequência a esse trato gradual com o período, foi promulgada em 28 de agosto de 1979 a Lei da Anistia, medida jurídica que impedia o processamento penal, instituindo um perdão punitivo. Porém, ao mesmo tempo,

[...] ao conceder anistia recíproca, estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, ou “neutralização moral”, de acordo com Habermas, em se tratando da equiparação das responsabilidades pela violência (HABERMAS, 1987), vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbricados na ditadura civil-militar. Ao se considerar a ditadura como uma “página virada”, o direito à verdade foi protelado, pois também era considerado uma ameaça à interpretação da reciprocidade da anistia (BAUER, 2015, p. 118, grifos da autora).

Além disso, juntamente às leis que visavam a silenciar os horrores cometidos durante a ditadura no Brasil e a perdoar os culpados por esses horrores, Márcio Seligmann-Silva (2014) comenta ainda que o tratamento do período da ditadura militar foi reprimido ao longo de décadas, situação que segue afetando a maneira como lidamos com esse período e com suas consequências:

Com exceção dos últimos meses, marcados pela ação da Comissão de Verdade (instalada em maio de 2012 para tratar de crimes cometidos contra os direitos humanos de 1946 a 1988 no Brasil), até recentemente o tratamento desse tema era absolutamente recessivo na mídia, no Governo e no cotidiano brasileiro de um modo geral. No Brasil ocorreu uma privatização do trauma: apenas os familiares e pessoas próximas às vítimas, além dos próprios sobreviventes, se interessaram por esse tema e investiram na sua memória, na reconstrução da verdade e na busca da justiça. Daí o enorme papel de organizações como Tortura Nunca Mais e Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos na tentativa de se buscar a verdade, a memória e a justiça. Não se desenvolveu no Brasil, e provavelmente não se desenvolverá, uma cultura da memória com relação àquela ditadura, assim como não se desenvolveu nesse país uma cultura da memória em relação ao genocídio indígena, ao de africanos e de afrodescendentes, à escravidão, à ditadura Vargas e à história das lutas no campo e nas cidades no Brasil (SELIGMANN-SILVA, 2014, p. 30-31).

Assim, ao encarmos a maneira como Alemanha e Brasil lidaram com uma de suas principais experiências históricas traumáticas, podemos perceber diferenças notáveis entre uma sociedade e outra. E, de alguma maneira, essa diferença está expressa na seguinte frase de Eric Hobsbawm (1995): “Compreender a era nazista na história alemã e enquadrá-la em seu contexto histórico não é perdoar o genocídio. De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender” (HOBBSAWM, 1995, p. 15). Nessa frase o que se sobressai é a questão da compreensão e pode-se dizer que a Alemanha de fato tentou compreender esse período e, somente com esse exercício sério e disposto a encarar os fatos, que inúmeros julgamentos contra oficiais do regime nacional-socialista puderam ser realizados, por exemplo. É no trato sério da situação que até hoje existem inúmeros museus sobre a Segunda Guerra e o Holocausto por

todo o país. Os próprios campos de concentração, que se tornaram locais de visita com o objetivo de mostrar os horrores cometidos pelos nazistas ao longo do período, são um exemplo disso. Dessa maneira, o principal objetivo desses locais é sensibilizar o visitante por meio do choque, por meio desse confronto direto com o horror. E isso infelizmente ainda não existe no Brasil.

Dessa maneira, a literatura se coloca como uma aliada importante à compreensão desse vazio em que está inserida a ditadura civil-militar brasileira. Precisamos falar sobre ela, precisamos enxergar o que aconteceu, precisamos sentir a dor e isso é possível por meio da representação literária. Ettore Finazzi-Agrò discute sobre esse aspecto em seu artigo “Des-memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964” (2014). Ele começa falando sobre o papel do discurso literário em relação aos testemunhos da Shoah, apontando que “[...] apenas a literatura conseguiu dizer aquela verdade que, no âmbito histórico, balançava (e que, de forma macabra, continua balançando) entre a afirmação e a negação, entre a denúncia documentada e a ultrajosa incapacidade de admitir o horror extremo dos ‘campos’” (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 180, grifos do autor). Porém, logo em seguida, o autor comenta ainda sobre a situação brasileira e em como a literatura pode ser uma ferramenta importante para que nos sensibilizemos com todas as questões que envolvem o período ditatorial brasileiro e suas graves consequências. Nas palavras de Finazzi-Agrò (2014):

Voltando ao caso brasileiro e aos anos da ditadura militar, embora a razão e a sucessão dos fatos – para além da dimensão e amplitude dos fenômenos de repressão – delineiem uma situação bem diferente daquela que se tinha dado na Europa pouco mais de vinte anos antes, encontramos todavia a mesma dificuldade da História em dar conta, de forma exaustiva, daquilo que realmente aconteceu e, sobretudo, em dar voz àqueles que não sobreviveram, aos que se afogaram no vórtice de violência provocado pelo Estado autoritário. Nesse sentido, o mérito das grandes sínteses historiográficas, assim como o empenho das organizações tentando resgatar a memória das vítimas, é com certeza enorme [...], mas, apesar da sua fidelidade aos acontecimentos, apesar do seu escrúpulo documentário, essas obras não conseguem, a meu ver, mostrar de modo completo não aquilo que realmente aconteceu, mas a dor e o sangue, as lágrimas e as feridas que se abriram no corpo da Nação e na lembrança traumática dos sobreviventes. Aquilo que falta, mais uma vez, é a comoção pelos corpos torturados, pelas pessoas massacradas, pela dor dos sobreviventes – aquilo que falta, enfim, é o *pathos* que sempre acompanha a tragédia e a sua encenação: aquela compaixão “sororal” diante dos mortos [...]. Nesse sentido, a literatura cumpre um papel de suplência em relação à historiografia, conseguindo, às vezes, dizer o *abjeto* [...], conseguindo nos entregar aquela verdade nefanda e *inter-dita* que o relato ou a crônica dos acontecimentos não podem e, talvez, não devem dizer [...] (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 181-182, grifos do autor).

Levando todas essas discussões em consideração, optamos por fazer do método comparativo de Marcel Detienne o nosso norte enquanto método para a comparação dos nossos objetos de estudo: duas obras que discutem sobre esses momentos extremamente relevantes à sociedade alemã e brasileira. Muito mais do que colocar essas questões de lado e optar por um trabalho mais simples, decidimos nos valer da literatura e de suas diferentes representações da realidade para discutirmos sobre a sociedade, a história e a memória. Acreditamos que esse trabalho é fundamental para a nossa própria constituição enquanto pesquisadores inseridos na realidade brasileira.

Além disso, discutir sobre a diferença entre Brasil e Alemanha no que tange ao enfrentamento dos traumas históricos (ditadura civil-militar e nacional-socialismo, respectivamente) por meio da literatura se torna relevante para observarmos como esse processo de reconhecimento e posterior enfrentamento é feito e se, de fato, se concretiza. Ademais, quando pensamos na maneira como tratamos a ditadura no Brasil, percebemos, mais uma vez, que muitas vezes esse assunto não é sequer discutido e, por esse e tantos outros motivos, é extremamente necessário nos valermos da comparação e da literatura como ferramenta para expormos cada vez mais essa questão, para encararmos a representação da dor vivida pelas pessoas que passaram por esse período e por todas aquelas que sofreram direta e indiretamente suas consequências.

Assim, consideramos a literatura como uma das ferramentas que nos proporciona a comparação entre diferentes culturas e sociedades e que nos auxilia a pensar os acontecimentos sociais e históricos de uma maneira distinta. Para isso, ao analisarmos as obras literárias concordamos em parte com Márcio Seligmann-Silva (2005) quanto à representação: “[...] não podemos mais [...] falar de ‘representação’ da realidade ou de *mímesis* no sentido de cópia: a noção de testemunho permite uma leitura que mantém a complexidade da relação dessas obras com o ‘real’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 24, grifos do autor). Dessa forma, entendemos a representação ou *mímesis* não em um sentido exclusivo de cópia, mas como uma nova possibilidade de relação com a realidade, como uma nova representação. E, para isso, não consideramos o termo estrito de testemunho, mas o de obras dotadas de um elevado teor testemunhal, as quais não somente permitem uma manutenção da complexidade na relação com o “real”, mas, mais do que isso, também afetam essa realidade, a modificando constantemente.

Para isso, torna-se necessário entendermos que

[s]e não houver articulação entre o ser vivo e a linguagem, se o eu estiver suspenso nessa separação, então, sim, poderá ocorrer o testemunho. A intimidade, que traduza nossa não-coincidência conosco mesmos, e o lugar do testemunho. *O testemunho tem lugar no não-lugar da articulação*. No não-lugar da Voz não está a escritura, mas a testemunha. É precisamente porque a relação (ou melhor, a não relação) entre o ser vivo e o ser que fala reveste a forma da vergonha, do fato de estarmos reciprocamente consignados a algo *inassumível*, que o *ethos* de tal separação só pode ser um testemunho, ou seja, algo que não se pode consignar a um sujeito que, no entanto, constitui a única sede, a única possível consistência de um sujeito (AGAMBEN, 2008, p. 133, grifos do autor).

Nessa perspectiva consideramos também a posição do outro, daquele que ouve ou lê esse testemunho, o qual é considerado por Jeanne Marie Gagnebin (2009) também como uma testemunha, visto que se dispõe a ouvir, a compreender. Pensando nisso, a literatura se coloca como uma importante ferramenta que possibilita essa audição, esse *estar no lugar do outro* por meio de uma representação linguística da realidade, a qual é composta de narrativas com um grande teor testemunhal, como é o caso da obra de Uwe Timm, em que as experiências de vida e o testemunho acerca delas estão mescladas a uma construção literária e, também, a determinados vazios provocados por experiências e traumas que são impossíveis de se colocar em palavras. Entretanto, mesmo esses vazios só encontram espaço e uma devida sensibilidade no âmbito literário. Inserida nesse contexto está, então, essa possibilidade de audição e compreensão do que está silenciado e do que muitas vezes é inaudito. Para Finazzi-Agrò (2014),

[o] dispositivo literário e a sua potência (eu não usaria, aqui, a palavra “poder”) conseguem, então, falar, tanto em prosa quanto em verso, do interdito, conseguem nos fazer intuir pela comoção e, eu acrescentaria pela compaixão o inexplicável da violência, sem regra e sem medida, do homem sobre e contra o homem, se opondo assim ao dispositivo político-repressivo (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 183, grifos do autor).

Por fim, cabe salientar ainda que utilizamos esses pressupostos também na análise da obra de Marcia Tiburi, pois, mesmo não se tratando de uma obra com elementos que se referem a uma realidade ou situação específica, nela há uma representação muito rica e sensibilizante de um momento histórico importante na história do Brasil e que, mesmo assim, ainda não temos muito conhecimento por conta de uma cultura do esquecimento. Dessa maneira, nos pareceu importante falar sobre

essa narrativa, sobretudo para apontar questões que tratam da dor dos sobreviventes e das consequências desse período e também para mostrar que são

[...] muitas, de resto, as obras que nos falam da dor dos sobreviventes – obras muito diferentes cujo único objetivo, porém, é o de denunciar, em diversos registros, de modo crítico e também autocrítico, as mazelas da ditadura e, às vezes, os erros daqueles que a ela se opuseram, de forma armada ou não (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 186).

Consideramos, ainda, as obras analisadas como ferramentas que permitem uma nova visão sobre a realidade por meio de uma representação diferente sobre os períodos históricos. Acompanhando a reconstituição das memórias dos narradores-protagonistas através da recordação, conseguimos perceber a constituição identitária desses indivíduos e novos olhares sobre o Nazismo e a Ditadura, por exemplo.

3 “Eu não esqueço”: considerações sobre a memória e a recordação

A mesma preocupação de salvar o passado no presente graças à percepção de uma semelhança que os transforma os dois: transforma o passado porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobirmos, inscrita nas linhas do atual (GAGNEBIN, 1987, p. 16).

Discussões acerca da memória e da recordação estão cada vez mais presentes no ambiente acadêmico e no espaço social como um todo, sobretudo na atual conjuntura político-social em que estamos sendo muitas vezes forçados a esquecer o passado ou a reescrevê-lo de uma maneira equivocada. Associado a isso encontramos obras literárias produzidas nos últimos anos que vão ao encontro da temática da memória, mesclando-a com a problematização de períodos históricos tão caros à sociedade.

Entretanto, para entendermos como funciona esse processo é preciso compreender sobre a questão da representação nesse contexto histórico-social. Segundo Márcio Seligmann-Silva (2005),

[a]prendemos que o elemento traumático do movimento histórico penetra nosso presente tanto quanto serve de cimento para nosso passado, e essas categorias temporais não existem sem a questão da sua representação, que se dá tanto no jornal, na televisão, no cinema, nas artes, como na fala cotidiana, nos nossos gestos, sonhos e silêncios, e, enfim, na literatura (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 64).

Assim, o processo de reflexão sobre o passado e seus principais momentos históricos e políticos acontece principalmente a partir de uma representação. Essa representação pode acontecer por meio de diferentes meios, sendo que a literatura se constitui como um dos principais, pois utiliza da linguagem escrita, a qual ainda se encontra em um patamar de preferência mais elevado quando comparado a outros tipos de linguagem. Ela possibilita um contato mais íntimo com o outro, visto que as palavras possuem esse poder de sensibilizar o leitor, de chocar, de causar felicidade ou tristeza, ou seja, de fazer com que ele sinta com mais propriedade o que está sendo narrado. É uma relação mais próxima, mais profunda com o outro.

Pensando na literatura e, mais especificamente, no romance, Walter Benjamin (1987) comenta que “[e]screver um romance significa, na descrição de uma vida

humana, levar o incomensurável a seus últimos limites. Na riqueza dessa vida e na descrição dessa riqueza, o romance anuncia a profunda perplexidade de quem a vive (BENJAMIN, 1987, p. 201). Consideramos a literatura e especificamente o romance como esse meio capaz de levar as experiências de vida e as palavras ao limite, produzindo diferentes representações sobre a própria vida e, ao mesmo tempo, sobre a sociedade. Tendo isso em mente é necessário discutirmos sobre os conceitos de memória e recordação e em como eles estão articulados a essa ideia de romance que adotamos na pesquisa e em como esses pressupostos teóricos estão inseridos nas obras escolhidas para análise.

Quando pensamos em memória e recordação muitas vezes não paramos para analisar tudo o que essas duas palavras podem sugerir. Muito mais do que o processo de lembrar de algum episódio do passado, ambas acabam moldando a nossa identidade, porque a memória nos constitui enquanto indivíduos e o processo de recordação é o que faz com que ela siga viva em nós. Nós somos o que lembramos, mas também o que esquecemos nesse processo e é por isso que a memória é sempre atual, o que muda é o período em que nos situamos e os diferentes olhares que lançamos ao passado.

No campo teórico, a discussão sobre os conceitos de memória e recordação está muito presente no livro *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011), de Aleida Assmann, o qual é dividido em três partes: *funções*, *meios* e *armazenadores*. Na primeira parte a autora discute sobre os tipos de memória e as formas de recordação desde o início da discussão sobre esse assunto. Na parte caracterizada como *meios*, a autora comenta sobre os instrumentos e as formas adotadas para a atividade da recordação, colocando a escrita como uma ferramenta importante desse processo. Já na terceira e última parte, a autora comenta sobre os suportes utilizados para a conservação da memória, como os arquivos, por exemplo, e em como eles são influenciados atualmente pela evolução tecnológica.

A autora em questão comenta, dentre vários aspectos, sobre as escolhas dos estudos literários nos últimos anos com relação à compreensão da memória como *ars* (arte) e *vis* (potência). A ideia da memória como *ars* é discutida principalmente dentro do contexto dos estudos literários nos últimos anos, sendo que eles “[...] escolheram preferencialmente o caminho da mnemotécnica romana. Mnemotécnica significa arte da memória, e aqui ‘arte’ deve ser entendida como no seu antigo sentido de ‘técnica’” (ASSMANN, 2011, p. 31, grifos da autora). Porém, o que nos interessa para a

dissertação é a ideia da memória como potência, a qual é entendida a partir “[...] do paradigma da recordação formadora de identidade” (ASSMANN, 2011, p. 33), proposto por Nietzsche. Além disso, para Assmann (2011), na recordação

[...] a dimensão do tempo – paralisada e superada na fase de armazenamento – torna-se crítica. Enquanto o tempo interfere no processo da memória, há um deslocamento fundamental entre o que foi arquivado e sua recuperação. Se na mnemotécnica era crucial a correspondência exata entre *input* e *output*, na recordação é a diferença entre ambos que vem à tona (ASSMANN, 2011, p. 33, grifos da autora).

Sendo assim, a memória é considerada uma potência, visto que a relação com o tempo é diferenciada e as lembranças não se encontram em um depósito seguro, o que proporciona um constante processo de modificação dessas lembranças e da relação do indivíduo com elas. Dessa maneira,

[...] a memória não deve ser compreendida como um recipiente protetor, mas como uma força imanente, como uma energia com leis próprias. Essa energia pode dificultar a recuperação da informação – como no caso do esquecimento – ou bloqueá-la – como no caso da repressão. Porém ela também pode ser controlada pela inteligência, pela vontade ou por uma nova situação de necessidade, e proporcionar uma nova disposição das lembranças. O ato do armazenamento acontece contra o tempo e o esquecimento, cujos efeitos são superados com a ajuda de certas técnicas. O ato da recordação, por sua vez, acontece dentro do tempo, que participa ativamente do processo. No que diz respeito à psicomotricidade da recordação, esquecimento e recordação estão indissociavelmente intrincados. Um é possibilitador do outro. Podemos também dizer: o esquecimento é oponente do armazenamento, mas cúmplice da recordação (ASSMANN, 2011, p. 34).

Ainda sobre o processo de recordação, a autora comenta que, por mais que as máquinas hoje já consigam armazenar inúmeras informações, somente o ser humano é capaz de recordar-se de situações dentro de um período de tempo. Certas memórias armazenadas acabam se transformando no decorrer de um tempo e algumas se tornam muitas vezes inacessíveis, seja por conta de experiências traumáticas ou simplesmente por conta de fenômenos naturais da idade, mas o essencial é que o ser humano é capaz de lidar com essas memórias a partir de um processo ativo de recordação. Assim, é necessário compreender a memória e a recordação como dois polos indissociáveis, visto que só conseguimos recordar de alguma situação, pois temos a capacidade de armazenamento proporcionada pela memória. Entretanto, Assmann (2011) salienta a diferença entre o processo de armazenar e o processo de recordar, visto que, para a autora, “[...] diferentemente do ato de decorar, o ato de

lembrar não é deliberado: ou se recorda ou não se recorda” (ASSMANN, 2011, p. 33). Sendo assim, por mais que nós, humanos, tenhamos a habilidade de recordar, esse processo não ocorre de forma deliberada. Ao contrário, é uma atividade involuntária e condicionada por vários aspectos, sendo o contexto histórico um deles. O indivíduo constrói suas memórias de maneiras diferentes se inserido em momentos históricos diversos e esses períodos também influenciam a forma como ele lida com essas memórias, ou seja, querendo falar sobre elas ou armazená-las em um espaço de difícil recordação.

Dessa forma, a questão da memória como potência torna-se interessante ao analisar as obras literárias escolhidas para compor o *corpus* desta pesquisa, pois os dois romances apresentam a recordação como uma espécie de força, que surge em um momento do presente, mas que é tão forte a ponto dos narradores-protagonistas encararem seus traumas e contarem suas histórias de vida em primeira pessoa. É a partir do bloqueio (repressão), que a recordação toma o seu lugar para dar conta de alguns episódios e, sobretudo, de alguns traumas. Por conta disso, é necessário refletir sobre a noção de presente e passado e em como o processo de recordação afeta e é afetado pelas relações temporais. Para Italo Svevo (2006),

[o] passado sempre é novo. Ele se altera constantemente, assim como a vida segue em frente. Partes da vida que parecem ter afundado no esquecimento reaparecem, enquanto, por outro lado, outras afundam por serem menos importantes. O presente conduz o passado como se este fosse membro de uma orquestra. Ele precisa desses tons somente e de nenhum outro. Assim o passado parece às vezes curto, às vezes longo; às vezes soa, às vezes cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham a capacidade de esclarecê-lo ou obscurecê-lo (SVEVO, 2006, s.p. *apud* ASSMANN, 2011, p. 21).

Com isso, é preciso considerar que a recordação de determinados eventos do passado acaba constituindo um presente diferenciado, porque afeta a maneira como o sujeito enxerga o mundo. Segundo Assmann (2011), com relação à recordação “[...] a dimensão do tempo – paralisada e superada na fase de armazenamento – torna-se crítica. Enquanto o tempo interfere no processo da memória, há um deslocamento fundamental entre o que foi arquivado e sua recuperação” (ASSMANN, 2011, p. 33). Pensando nisso, a relação do indivíduo com sua memória quase sempre é desordenada, visto que ele consegue acessar constantemente certas lembranças, mas também esquecer e arquivar algumas delas, sem ter poder sobre isso. É esse processo contínuo que faz com que nós, seres humanos em geral, tenhamos uma

relação diferenciada com o tempo, principalmente no que se refere ao passado e ao presente, e com que lidamos com a memória numa ininterrupta tentativa de compreensão das nossas lembranças, sejam elas antigas ou recentes. Assim, entender o que é e como funciona tanto a memória, como a recordação se torna importante para compreender a nossa relação com o tempo e com nós mesmos. Para isso, levamos em consideração as reflexões elaboradas por Assmann (2011) sobre esses conceitos:

Se nos limitarmos ao terreno do uso diário da língua, então a *memória* surge como habilidade virtual e substrato orgânico, ao lado da *recordação* como procedimento presente e imediato de fixação e evocação de conteúdos específicos. Quem percebe tal coisa constata que não se podem evitar danos, caso os dois polos se separem. Em vez de definir memória e recordação como *oposição conceitual*, deve-se defini-las muito mais como um *par conceitual*, como aspectos complementares de uma *correlação*, de modo que ambos se manifestem juntos em cada modelo (ASSMANN, 2011, p. 163, grifos da autora).

Para compreender o funcionamento da memória e da recordação nós temos, então, que considerá-las como dois polos inseparáveis, pois uma não faz sentido e não consegue se constituir sem a outra. Além disso, é necessário analisar a memória à luz do momento histórico em que ela é construída, pois a constituição da memória e do posterior processo de recordação não se dá numa situação solitária vivenciada pelo indivíduo, mas numa relação dele com o mundo que o cerca. Se ele é afetado pelo contexto político, social e histórico, a sua memória também é. Essa relação da memória com o contexto histórico e com a história como um todo encontra respaldo nas discussões de Assmann quando a autora caracteriza dois modos da recordação: a memória funcional e a memória cumulativa. A primeira garante a identidade de um grupo, une passado, presente e futuro, é seletiva e está associada a um portador, podendo ser um indivíduo, um grupo ou até mesmo uma instituição. Já a memória cumulativa, ou histórica, separa o passado, o presente e o futuro, não é seletiva e não depende de um portador para existir. A autora caracteriza ainda a memória funcional – memória coletiva – como uma memória habitada e a memória cumulativa – memória histórica – como inabitada.

Para Assmann (2011), “[a] polarização brusca de história e memória parece-me tão insatisfatória quanto a equiparação plena de ambas. Por isso é que gostaria de sugerir [...] a fixação de história e memória como dois modos da recordação, que não precisam excluir-se nem recalcar-se mutuamente” (ASSMANN, 2011, p. 147).

Dessa maneira, memória e história andam juntas no processo de constituição da identidade do indivíduo, pois ambas se articulam na atividade da recordação. Esse processo de constituição da identidade a partir da relação estabelecida entre memória e história ocorre nos dois romances analisados nesta dissertação, visto que a narradora-protagonista de *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018) tem suas memórias dilaceradas principalmente ao ser torturada durante o período ditatorial brasileiro. Ela só consegue falar sobre o ocorrido muito tempo depois e mesmo assim o processo de recordação é desordenado e bastante sofrido. Já em *À sombra do meu irmão* (2014) é o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial na Alemanha e as cicatrizes deixadas por esses momentos na família do narrador-protagonista, que fazem com que ele lide com a família de uma forma distante e muitas vezes agressiva, além de não conseguir falar por cerca de quase cinquenta anos sobre a morte do irmão mais velho.

Além da memória funcional (coletiva) e da memória cumulativa (histórica) existe ainda a memória cultural, que se refere às lembranças construídas interativamente por meio da linguagem, seja ela oral ou escrita. O teórico da cultura Jan Assmann, em uma conferência realizada na Universidade de São Paulo, caracterizou a memória cultural como “[...] a faculdade que nos permite construir uma imagem narrativa do passado e, através desse processo, desenvolver uma imagem e uma identidade de nós mesmos” (ASSMANN, 2013, s.p. *apud* DOURADO, 2013, s.p.). Dessa forma, a memória cultural está articulada à sociedade, à cultura e à constituição da identidade dos indivíduos e, de acordo com Aleida Assmann (2011), ela

[...] tem como seu núcleo antropológico a memoração dos mortos. Isso significa que as pessoas de uma família devem guardar na memória os nomes de seus mortos e eventualmente passá-los às gerações futuras. A memoração dos mortos tem uma dimensão religiosa e outra mundana, que se opõem entre si como *pietas* e *fama*. Piedade é a obrigação dos descendentes de perpetuar a memoração honorífica dos mortos. Piedade é uma coisa que somente os outros, isto é, os vivos, podem ter pelos mortos. Já a *fama*, isto é, a memoração cheia de glórias, cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida (ASSMANN, 2011, p. 37, grifos da autora).

Dessa forma, a memoração dos mortos, aspecto extremamente presente na nossa sociedade, é um dos núcleos da memória cultural. Nós lembramos dos entes queridos seja por meio do contato com os túmulos ou ao encararmos objetos que lhes pertenciam. Além disso, uma outra forma de lembrarmos dos mortos na sociedade contemporânea é através dos inúmeros monumentos e museus que nos obrigam a

encarar determinados episódios históricos, como as guerras, por exemplo. Na relação com esses eventos históricos encontra-se ainda a ideia da fama, que se constitui como uma das promessas feitas aos soldados enviados ao combate:

A promessa de eternidade nacional se expressa por meio de uma grande quantidade de monumentos que, desde o memorial do soldado desconhecido até os cemitérios de soldados, são a forma bombástica e desajeitada da política de memória nacional. Benedict Anderson escreve o seguinte sobre esse problema: “Não existem símbolos mais impressionantes da cultura moderna do nacionalismo do que os cenotáfios e túmulos dos soldados desconhecidos. [...] E, no entanto, esses túmulos sem almas imortais nem restos mortais identificáveis dentro deles estão carregados de imagens *nacionais* espectrais” (ANDERSON, 1990, p. 17 *apud* ASSMANN, 2011, p. 48, grifos da autora).

Essa atividade de rememoração dos mortos na sua relação com as imagens estabelecidas com a construção desses *memoriais nacionais* aparece também nas narrativas analisadas nesta dissertação. A protagonista de *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018) passa a narrar a sua história a partir do momento em que se depara com o seu suposto túmulo. Assim, é esse símbolo cultural que provoca um processo de recordação, fazendo com que ela relembre episódios do passado, sejam eles traumáticos ou não. Essa atividade passa a afetar de alguma forma a protagonista, que passa a enxergar presente, passado e futuro de uma maneira diferenciada. Já em *À sombra do meu irmão* (2014), a relação com o túmulo é diferente, visto que o irmão do protagonista morreu na guerra e a família só teve acesso aos objetos que lhe pertenciam. O processo de enterrar o morto e visitá-lo sempre que possível para recordar do indivíduo nunca foi uma alternativa para a família. Voltando à discussão sobre o conceito de memória cultural é necessário ter em mente ainda que ela

[...] não dá prosseguimento sozinha a si mesma, sempre precisa ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida. Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais. Sem estes não é possível construir uma memória que transponha gerações e épocas – o que significa também que a constituição da memória se modifica juntamente com o estado oscilante de desenvolvimento dessas mídias. As mídias tecnológicas compreendem sistemas de escrita – no sentido mais amplo do tempo – que, desde o século XIX, não conservam somente material linguístico, mas também imagens e, adicionalmente, a partir do século XX, vozes e sons (ASSMANN, 2011, p. 23-24, grifos da autora).

Assim, ao pensar a escrita como um artefato da memória cultural é possível perceber a literatura como uma das ferramentas que permite o entendimento sobre o funcionamento da memória e o seu impacto na vida do indivíduo, além de possibilitar a permanência da memória acerca dos temas da ditadura e do nacional-socialismo vivas dentro do consciente coletivo. Isso chama a atenção principalmente quando levamos em consideração que a sociedade pressiona cada dia mais por um apagamento dessa memória. Dessa forma, “[...] a memória artística não funciona como armazenador, mas estimula os armazenadores, ao tematizar os processos de lembrar e esquecer” (ASSMANN, 2011, p. 26). Destarte, pensamos a literatura e, mais especificamente, as obras selecionadas para a análise como ferramentas mantenedoras da memória e a narração em primeira pessoa como um espaço de recordação que permite aos narradores-protagonistas a existência em meio ao caos das lembranças. Ademais, é necessário levar em consideração as reflexões de Assmann (2011) sobre a escrita como metáfora da memória:

A escrita como metáfora da memória é tão indispensável e sugestiva quanto extraviadora e imperfeita. A presença permanente do que está escrito contradiz ruidosamente, no entanto, a estrutura da *recordação*, que é sempre descontínua e inclui necessariamente intervalos da não presença. Não se pode recordar alguma coisa que esteja presente. E para ser possível recordá-la, é preciso que ela desapareça temporariamente e se deposite em outro lugar, de onde se possa resgatá-la. A recordação não pressupõe nem presença permanente nem ausência permanente, mas uma alternância de presenças e ausências. As metáforas da escrita, que pela fixação sígnica implicam uma permanente legibilidade e disponibilidade do conteúdo da memória, negligenciam justamente essa alternância de presença e ausência, tão própria à estrutura da recordação. Para fazer mais jus a isso, seria preciso inventar a imagem de uma escrita que, uma vez realizada, não se tornasse legível de imediato, mas somente sob condições especiais (ASSMANN, 2011, p. 166, grifos da autora).

Porém, mesmo levando essas problemáticas em consideração, é interessante observar como se dá a escrita em primeira pessoa por meio da recordação, pensando-a enquanto um espaço que permite com que o narrador-protagonista de Uwe Timm reviva as suas experiências de vida, principalmente as mais traumáticas, a partir dessa escrita. Além disso, é por meio do acesso à memória e da narração sobre essa memória que os narradores das duas obras conseguem existir para além da sombra dos irmãos, que durante toda as suas vidas se fizeram presentes e influenciaram a família mesmo após a morte. Para Assmann (2011), “[...] a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue

rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade” (ASSMANN, 2011, p. 53). Assim, o exercício que os narradores-protagonistas fazem ao narrar as suas memórias acaba contribuindo para uma nova reconstrução dos acontecimentos e, de certa forma, para uma nova compreensão de si mesmos sob o olhar do presente.

Além disso, quando refletimos sobre as temáticas da memória e da recordação na sociedade atual é praticamente impossível não levarmos em consideração os conceitos de trauma e testemunho. Após inúmeras catástrofes ocorridas principalmente a partir do século XX, como o Holocausto e as guerras, por exemplo, falar de memória sem refletir sobre as experiências traumáticas e a tentativa de transposição de algumas dessas experiências em linguagem (escrita ou falada) é uma tarefa praticamente inviável. Para Assmann (2011),

[a] imagem da bala de chumbo que não se consegue extrair do corpo com cirurgia expressa a contradição paradoxal do trauma; embora uma parte inalienável do homem, o trauma não é assimilável na estrutura identitária da pessoa, é um corpo estranho que estoura as categorias da lógica tradicional: ao mesmo tempo interna e externamente, presente e ausente (ASSMANN, 2011, p. 279).

Dessa forma, é difícil falar sobre o trauma e sobre o que ele causa no indivíduo exatamente por essa forma que ele adquire. Um corpo estranho que, mesmo ausente em algumas situações, se mostra presente nas atitudes que o indivíduo adota e na maneira que ele enxerga e lida com o mundo. Esse é um dos motivos pelos quais também não conseguimos falar sobre eles em algumas situações, visto que determinadas experiências afetam o processamento interpretativo do sujeito o impedindo de processar essas experiências em linguagem:

Se o afeto excede uma medida suportável e converte-se em um excesso, então não estabiliza mais as recordações, mas as destrói. É esse o caso do *trauma*, que transforma diretamente o corpo em uma área de gravação e, com isso, priva a experiência do processamento linguístico e interpretativo. O trauma é a impossibilidade da narração. Trauma e símbolo enfrentam-se em um regime de exclusividade mútua: impetuosidade física e senso construtivo parecem ser os polos entre os quais nossas recordações se movimentam (ASSMANN, 2011, p. 283, grifo da autora).

Junto ao conceito de trauma e suas implicações, precisamos considerar também o conceito de testemunho. Para discutirmos sobre o trauma e o testemunho na literatura contemporânea, cabe salientar, primeiramente, que estamos cientes de

que o testemunho está relacionado a criação de narrativas a partir do olhar de uma testemunha – seja aquela que vivenciou a experiência traumática (sobrevivente) ou a que a presenciou de alguma maneira (terceiro) – sobre um acontecimento factual. Exemplos de textos europeus clássicos do testemunho escrito são os poemas de Paul Celan e os escritos de Primo Levi, ambos sobreviventes do Holocausto. Pensando nisso, é possível perceber que há várias modalidades de testemunho “[...] seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.)” (SALGUEIRO, 2012, p. 286).

Porém, para a análise proposta nesta dissertação, levamos em consideração o testemunho associado a um trauma criado literariamente em cima de uma factualidade, ou seja, analisamos as narrativas pensando-as como escritos literários, que, mesmo caracterizando-se como *ficção*, problematizam situações históricas e traumáticas importantes, se constituem como uma forma de testemunho da realidade e defendem o não-esquecimento dessas situações e de suas consequências à sociedade de um modo geral.

Pensando no testemunho, concordamos ainda com Jeanne Marie Gagnebin (2009) no que se refere à ampliação do conceito de testemunha para além do indivíduo que vivenciou uma experiência traumática ou aquele que a presenciou de alguma maneira. Como Gagnebin (2009), acreditamos que uma

[...] ampliação do conceito de *testemunha* se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 57, grifos da autora).

Além disso, junto à ideia de trauma e testemunho adotada nesta pesquisa há ainda uma noção de memória que consideramos subentendida a esses conceitos. De acordo com Márcio Seligmann-Silva (2003), a memória “[...] nunca é puramente “individual”, sempre está inserida em um contexto coletivo, e no caso do sobrevivente é – tragicamente – antes de tudo fragmentada e não traduzível” (SELIGMANN-SILVA,

2003, p. 17, grifos do autor). Dessa maneira, a memória que subjaz ao trauma e ao testemunho é uma memória antes de tudo caótica, ou seja, o indivíduo é incapaz de lembrar de todos os acontecimentos em uma linha temporal linear, exatamente pelas situações traumáticas a qual foi exposto. Além disso, nesse processo há sempre momentos de lembrança e, concomitantemente, momentos de esquecimento. Lembrança e esquecimento caminham juntos quando falamos sobre memória, trauma e testemunho.

Walter Benjamin em seu texto basilar intitulado “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1987), salienta esse caráter não traduzível das experiências vividas em momentos de violência extrema como a guerra:

Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até hoje. No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 1987, p. 198).

Colocar em palavras as experiências traumáticas vividas sempre é um exercício extremamente desgastante e dolorido, especialmente para aqueles que viveram essas experiências. Dentro desse contexto, a literatura surge como uma espécie de escape e expressa “[...] o seu *teor testemunhal* de modo mais evidente ao tratar de temas-limite, de situações que marcam e ‘deformam’ tanto a nossa percepção como também a nossa capacidade de expressão” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 40, grifos do autor). Para o autor, o testemunho se mantém a partir de uma necessidade de narrar e “[...] dos limites dessa narração (subjetivos e objetivos, em uma palavra: éticos)” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 40). Por isso, ao refletirmos sobre o testemunho o compreendemos na sua articulação com a memória e, para isso,

[...] em vez de se pôr ‘para além’ da dicotomia ficção-testemunho, a teoria da memória enfatiza a necessidade e impossibilidade de se estabelecer tal distinção. O testemunho não é simplesmente uma manifestação do ‘pós-literário’, mas sim a afirmação da resistência do literário. Não existe narração para além da literatura (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 37, grifos do autor).

A narração e a escrita em primeira pessoa, em específico, surgem dessa necessidade humana de narrar, como uma forma de lidar com as situações traumáticas. Essa atividade de narração está articulada com a memória e a recordação, pois a linguagem escrita ou falada de certos momentos só é possível a partir de uma revisitação do passado, o que ocasiona uma mudança de perspectiva do presente. Passamos a enxergar o passado de uma maneira diferente de acordo com o momento no qual estamos inseridos e, por conta disso, nossa reflexão e nossa narração sobre esse passado também vão mudando ao longo do tempo. De acordo com Gagnebin (2009),

[...] a história é sempre, simultaneamente, narrativa (as histórias inumeráveis que a compõem; *Erzählung*, em alemão) e processo real (sequência das ações humanas em particular; *Geschichte*), que a história como disciplina remete sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem e, sobretudo, da narração (GAGNEBIN, 2009, p. 43, grifos da autora).

A atividade da narração e da escrita, principalmente da escrita de si, se transforma, assim, em um posicionamento necessário perante si mesmo e perante a sociedade. Em um período em que se é discutida uma crise de representação do sujeito, “[...] a escrita de si adquire vieses e contornos que desafiam e problematizam categorias antes estáveis, como autoria, (auto)biografia, narrador, memória e ficção” (FERRARI, 2015, p. 177). A articulação dessas categorias fica mais clara quando analisamos as narrativas escolhidas como *corpus* desta dissertação.

Ainda, quando pensamos sobre a narração e a escrita em primeira pessoa levamos em consideração as ideias defendidas por Gagnebin (2009) ao analisar o processo de escrita:

Trata-se, no fundo, de lutar contra o tempo e contra a morte através da escrita – luta que só é possível se morte e tempo forem reconhecidos, e ditos, em toda a sua força de esquecimento, em todo o seu poder de aniquilamento que ameaça o próprio empreendimento do lembrar e do esquecer (GAGNEBIN, 2009, p. 146).

Assim, em meio à luta contra o esquecimento, a escrita se une à recordação na atividade de deixar rastros que, por mais que não durem para sempre, permitem que pensemos o momento presente a partir do passado e construamos visões mais ricas e críticas sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre nós mesmos.

4 A sombra como um espaço de recordação

No salão de imagens da história o tempo torna-se espaço; mais precisamente: espaço da recordação em que a memória é construída, representada e ensaiada (ASSMANN, 2011, p. 52).

Antes de discutirmos precisamente sobre como a situação do estar à sombra do(a) irmão(ã) se constitui como um espaço de recordação, o qual possibilita a existência dos narradores-protagonistas das obras *À sombra do meu irmão* (2014), de Uwe Timm, e *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), de Marcia Tiburi, apresentaremos brevemente algumas informações pontuais sobre as obras e, principalmente, sobre o enredo desses romances.

O livro *À sombra do meu irmão* (2014), do escritor alemão Uwe Timm, foi publicado originalmente sob o título de *Am Beispiel meines Bruders* em 2003 e, em 2005, foi traduzido para o inglês sob o título *In my brother's shadow*. Para a pesquisa, no entanto, utilizamos a tradução para o português elaborada por Gerson Roberto Neumann e Willian Radünz publicada em 2014. Essa obra é considerada por muitos críticos como um romance autobiográfico ou até mesmo semiautobiográfico. Entretanto, para fins de análise, não focaremos nesse aspecto da obra, pois acreditamos que ele poderia desviar a pesquisa do seu objetivo, o qual se volta, sobretudo, a um trabalho com as temáticas da memória e da recordação articuladas à narrativa. Porém, mesmo não trabalhando detalhadamente com o caráter autobiográfico da obra, é necessário salientar o enredo da narrativa e em como ele está profundamente relacionado ao seu autor, Uwe Timm.

O narrador em primeira pessoa conta, principalmente, a história de seu irmão, Karl-Heinz Timm, que morreu aos 19 anos enquanto combatia pela Divisão Totenkopf, uma divisão de elite da *Schutzstaffel* (SS) nazista durante a Segunda Guerra Mundial, em 1943. O narrador tinha apenas três anos quando isso aconteceu e começa o livro comentando sobre a única lembrança que tem do irmão:

Atrás, alguém se escondia – e, então, meu irmão apareceu e me levantou alto. Não consigo me lembrar do seu rosto, nem do que ele vestia, provavelmente uniforme, mas esta situação revela-se muito claramente: a forma como todos estavam me olhando, como eu descobri os cabelos loiros atrás do armário e, então, esse sentimento de ser levantado – eu flutuando no ar. Essa é a única lembrança do meu irmão dezesseis anos mais velho, que, alguns meses mais tarde, no fim de setembro, seria gravemente ferido na Ucrânia (TIMM, 2014, p. 7).

Além disso, o narrador já deixa claro desde o início da narrativa o quanto a morte precoce de Karl-Heinz o acompanhou durante toda a sua vida, mesmo ele praticamente não lembrando do irmão. Ele estava presente, principalmente, no luto da família e, segundo o narrador, ele só conseguiu escrever sobre o irmão após a morte de sua irmã, a qual era a última pessoa que o tinha conhecido. Dessa forma, o livro apresenta, nas páginas que se seguem, como se deu a relação do narrador com as memórias do irmão mais velho, figura tão emblemática, que o acompanhou pelo resto da vida como se fosse um rastro do momento histórico de outrora.

Para a construção da narrativa, então, o narrador traz cartas e trechos de um diário escrito a lápis pelo irmão enquanto ele estava no campo de batalha. Em meio a isso, para tentar entender a si mesmo, ele tenta buscar respostas sobre o irmão, sobre sua família e também sobre si mesmo, seja ao encarar o diário do irmão, seja ao buscar informações históricas e/ou registros documentais ou simplesmente levando em consideração suas memórias afetivas e seus sentimentos em relação ao irmão e à família. Além disso, com uma prosa convidativa, o narrador de *À sombra do meu irmão* (2014) não objetiva encontrar culpados para a questão da guerra ou do nacional-socialismo. Ele simplesmente relata os fatos e tenta compreender, principalmente, as razões que levaram seu irmão a alistar-se voluntariamente para uma das divisões nazistas. Com isso, ele acaba não só falando do drama vivenciado por ele e sua família, mas representando o impacto da guerra, do período nazista e do pós-guerra na vida das famílias alemãs de um modo geral.

Voltando os olhos para o Brasil, selecionamos a obra da escritora Marcia Tiburi intitulada *Sob os pés, meu corpo inteiro*, publicada em 2018. Além de ser uma obra extremamente recente, trata de temas cada dia mais visíveis no nosso contexto atual e coloca uma São Paulo distópica como palco da narrativa, em que a população se mostra cada dia mais insignificante na sua relação com o Estado, o qual, por outro lado, se torna cada dia mais controlador. E, por mais que não seja um romance autobiográfico, como a obra alemã acima, também mostra ao leitor, a partir dos olhos da protagonista Alice – que se transforma em Lúcia – as sérias consequências de um período histórico à vida dos indivíduos e que, nesse caso em específico, se trata de um momento ainda tão caro à sociedade brasileira: o período ditatorial. Dessa forma, por mais que os dois livros tratem de momentos históricos distintos, é por meio deles que o leitor consegue enxergar e refletir sobre como eles afetaram e seguem afetando a vida dos indivíduos e as suas consequências irreparáveis.

Pelos olhos da protagonista Alice, o leitor acompanha o quanto o período ditatorial brasileiro foi uma época de extrema violência, capaz de deixar marcas para o resto da vida naqueles que o vivenciaram e em suas famílias. Porém, para além disso, é uma narrativa em primeira pessoa, que mescla situações do cotidiano à exposição dos traumas vividos pela protagonista por meio de uma narração muitas vezes pesada e dolorida.

Além disso, é necessário que o leitor percorra os trajetos e as lembranças de e junto com Lúcia, outrora Alice, para compreender todos os aspectos da trama, principalmente os que se referem à sua história pessoal e de sua família, que acabam por se misturar a uma reflexão pontual sobre o Brasil da ditadura e o Brasil do presente da narrativa. Ademais, cabe salientar que essa obra, em razão de sua recente produção, não apresenta muitos trabalhos teóricos que a analisem. Entretanto, existe uma resenha elaborada por Faustino Rodrigues (2019), publicada no site *Rascunho*, que expõe precisamente os aspectos principais de que trata a narrativa:

O complexo mundo se revela por meio da complexa mente de uma personagem marcada pelo passado vivido naquilo que julga ser a sombra de sua gloriosa irmã, Adriana. O surgimento de Betina, supostamente filha de Adriana, morta na ditadura militar, adquire grande dimensão na medida em que Lúcia interpreta constantemente sua relação com a irmã à luz dos acontecimentos autoritários vivenciados no Brasil — bem como da imprescindível relação com a família. No caso, o que está em jogo é um debate em torno de temas fundamentais na contemporaneidade. A trama de **Sob os pés, meu corpo inteiro**, ao sublinhar a complicada relação entre as irmãs e a constituição da personalidade de Alice, revela, na verdade, uma crítica à perspectiva da família tradicional. Isso se torna ainda mais veemente quando ela, posteriormente, no exílio, casa-se com Manoel. Do casamento, uma fachada. Por trás, angustiantes passados; a fuga. A existência de uma instituição como a família não significa amparo afetivo consistente, tampouco individualidades perfeitas ancoradas nos valores da família burguesa tradicional. Parece óbvio. Porém, em tempos de defesa de ideias assaz reacionárias, nem tanto (RODRIGUES, 2019, s.p., grifos do autor).

Aqui, é possível perceber que, assim como no romance de Timm, a protagonista possui uma irmã que se coloca em vários momentos da narrativa como a sua sombra, aquela figura que, desde sempre, foi a preferida da família. Dessa forma, já é possível perceber as similaridades existentes entre as narrativas e a maneira como elas utilizam a temática da sombra como elemento central para compreender a relação das personagens protagonistas com o(a) irmão(ã) e consigo mesmos. Isso vai estar sempre em articulação com uma reflexão acerca do caráter histórico-social

representado nas narrativas pelos períodos da Segunda Guerra, do Nazismo e do Pós-Guerra na Alemanha e do Período Ditatorial no Brasil.

Com essa discussão inicial em mente passamos, no item seguinte, para a análise individual das obras e para a discussão de como ambas levam em consideração o período histórico na sua relação direta com a memória e o trauma, além de se constituírem como textos com um alto teor testemunhal, nos quais a sombra se apresenta como um espaço narrativo que possibilita a existência dos narradores-protagonistas por meio da recordação. Para isso, cabe salientar que, ao analisarmos as duas narrativas, utilizaremos a discussão sobre os conceitos de memória e recordação, assim como de trauma, teor testemunhal e narração discutidos pelos teóricos Aleida Assmann (2011), Jeanne Marie Gagnebin (2002, 2009) e Márcio Seligmann-Silva (2000, 2003, 2005 e 2014).

Além disso, no que tange a uma melhor caracterização teórica dos momentos históricos representados nas narrativas, utilizaremos sobretudo as reflexões de Eric Hobsbawm (1995) e Valéria Sabrina Pereira (2011) para compreender melhor o período da Segunda Guerra, do Nacional-socialismo e do Pós-guerra na Alemanha e na literatura alemã. Por outro lado, no Brasil, para refletirmos melhor sobre o contexto da ditadura civil-militar articulado à literatura brasileira contemporânea utilizaremos, principalmente, as ideias discutidas por Eurídice Figueiredo (2017), Regina Dalcastagnè (1996) e Samantha Quadrat (2003, 2012).

4.1 O irmão mais velho e os rastros da guerra em Uwe Timm

“Ser levantado ao ar – risos, júbilo, uma alegria irrestrita –, essa sensação que acompanha a lembrança de uma vivência, de uma imagem, a primeira a me causar uma impressão marcante; com ela começa o meu autoconhecimento, a minha memória [...]” (TIMM, 2014, p. 7). Na primeira frase do livro, o narrador já aponta que a escrita do texto está vinculada, sobretudo, a uma relação com a memória, com um rastro de lembranças de sua infância, de cujo período ele pouco se recorda, mas que foi extremamente importante na constituição de sua identidade. Dessa forma, a infância não se constitui como o único período da vida sobre o qual o narrador necessita falar, mas ele utiliza das poucas lembranças evocadas por ela para começar, então, a refletir sobre a relação dele com o irmão mais velho, Karl-Heinz Timm, que o acompanhou e afetou a sua vida, principalmente após a sua morte.

Logo na primeira página da obra, o narrador deixa claro que tem apenas uma lembrança do irmão, a de senti-lo se escondendo e, em seguida, ser levantado no ar por ele. O narrador em primeira pessoa comenta ainda que não lembra do rosto do irmão, nem do que ele vestia na ocasião, apenas da sensação de ser levantado. Aqui já podemos perceber o quanto a memória está profundamente ligada às sensações e o quanto determinadas lembranças são enraizadas de uma maneira mais duradoura quando envolvem sentimentos. Karl-Heinz Timm era dezesseis anos mais velho do que o narrador e os dois não tiveram a chance de conviver por muito tempo, visto que Karl se alistou à *Totenkopf* – divisão de elite da *Schutzstaffel* (SS) nazista – e acabou falecendo aos dezenove anos enquanto combatia o exército inimigo na Segunda Guerra Mundial. Assim, a vida do irmão mais novo não foi afetada pela presença do irmão, mas, ao contrário, pela sua constante ausência, seja após a ida para a guerra, seja após a sua morte. Nas palavras do narrador:

[e]le me acompanhou durante a minha infância, ausente e mesmo assim presente no luto da mãe, nas dúvidas do pai, nas insinuações feitas entre eles. Falavam sobre ele, relatando pequenas situações sempre semelhantes, que o apresentavam como alguém corajoso e honesto. Mesmo quando a conversa não era sobre ele, ele estava presente, mais presente que outros mortos, através das histórias, fotos e comparações do meu pai que incluíam eu, o filho mais novo, o temporão (TIMM, 2014, p. 8).

Dessa forma, é uma ausência sempre presente que acompanha o narrador-protagonista por toda a sua vida, pelo menos enquanto seus pais ainda eram vivos e faziam questão de manter a memória de Karl-Heinz sempre viva, sempre presente. Porém, essa necessidade de manter as lembranças acerca do irmão afetou muito a vida e a constituição da identidade do narrador, o qual, de acordo com seus relatos, nunca recebeu a atenção que merecia, sendo colocado em segundo plano em detrimento do irmão mais velho, sempre descrito pelos pais como alguém corajoso, que se alistou voluntariamente para uma divisão de elite do Partido Nazista e cuja imagem serviu como exemplo de determinação mesmo após a sua morte.

Além disso, o narrador problematiza um aspecto importante ao descrever as características físicas do irmão, quando aceito para a Divisão Totenkopf da SS: “[...] 1,85 de altura, loiro, olhos azuis” (TIMM, 2014, p. 13). Essa descrição vai ao encontro do estereótipo ideal do povo alemão proclamado por Adolf Hitler e todo o seu governo. Dessa maneira, ele critica ainda essa “imagem” tida como representativa de um povo ao ironizar as características do irmão quando aceito para a divisão nazista, refletindo

sobre essa visão e permitindo que o leitor também problematize sobre como essa perspectiva se transformou após o fim do regime.

Ainda, por conta da relação de Karl-Heinz com o narrador e, sobretudo, com os pais, o narrador-protagonista só conseguiu escrever sobre ele após a morte de todos os principais membros da família que tiveram algum contato com Karl-Heinz, ou seja, seus pais e sua irmã. Nas palavras do narrador:

Um outro motivo era a mãe. Enquanto ela vivesse, era impossível para mim escrever sobre o meu irmão. Eu sabia antecipadamente o que ela teria respondido às minhas perguntas. Os mortos devem ser deixados em paz. Foi somente quando minha irmã faleceu, a última que o conheceu, que estive livre para escrever sobre meu irmão, podendo fazer todas as perguntas sem precisar dar satisfação a ninguém (TIMM, 2014, p. 10).

Motivado por uma vontade de compreender o irmão e suas escolhas em vida, sem apontar o dedo e sem defender um único ponto de vista, o narrador resolveu contar a sua história, com o objetivo principal de colocar no papel as lembranças e, principalmente, as impressões que ele tinha do irmão e as consequências da Segunda Guerra, do Nacional-socialismo e do Pós-guerra na vida da família.

Além disso, o narrador reflete também sobre os registros escritos deixados por Karl-Heinz em forma de diário, contendo algumas breves descrições sobre os conflitos travados no campo de batalha, sobre a saudade de casa, sobre o cotidiano da guerra, dentre outras situações. Assim, é possível pensar ainda que os registros escritos são artefatos da memória, como comenta Assmann (2011), os quais permitem um retorno às lembranças do passado e uma reflexão sobre as situações enfrentadas por quem escreve tais relatos. É a partir, sobretudo, das cartas e do diário deixado por Karl-Heinz que o narrador tenta se reconectar ao irmão mais velho e também se colocar no lugar dele de alguma forma.

Por conta desse vai e vem de memórias e registros, da mescla entre passado e presente, a narrativa não segue uma ordem cronológica. Muito pelo contrário: as lembranças se mesclam ao tempo presente de escrita da obra e ao tempo dos acontecimentos. É esse emaranhado de narrativas – atuais e passadas – que compõe o todo coeso da história, a qual tenta construir uma nova visão sobre momentos históricos tão caros à sociedade alemã ao mesmo tempo em que o narrador tenta compreender melhor o irmão, a família e a si mesmo. Um exemplo dessa mistura entre passado e presente é a primeira passagem do diário utilizada na narrativa, a qual

remonta ao último registro feito por Karl-Heinz em vida, logo após o acidente no campo de batalha. Esse trecho mostra, assim, a controvérsia entre o início da narrativa e o fim do diário:

30.9.1943

Meu querido pai,

No dia 19 infelizmente fui gravemente ferido por uma artilharia antitanque nas duas pernas, que agora tiveram que ser amputadas. A perna direita foi amputada abaixo do joelho e a perna esquerda acima da coxa Não sinto mais dores fortes Por favor, dê consolo pra mãe Em breve tudo vai terminar e em algumas semanas vou estar na Alemanha, daí você poderá me visitar Eu não fui imprudente.

Por enquanto é isso.

Um abraço pra você, pra mãe, pro Uwe e pra todos.

Kurdel (TIMM, 2014, p. 8, grifos do autor).

As cartas de Karl-Heinz eram normalmente endereçadas a seu pai, tido como uma figura paterna forte, responsável pela família e que evitaria que a família sucumbisse ao sofrimento. É importante levarmos em consideração essa relação de Karl-Heinz com seu pai não somente quando pensamos no irmão mais velho, mas também quando refletimos sobre o crescimento do irmão mais novo, ou seja, do narrador, na companhia desse mesmo pai e a constituição de sua identidade tendo como modelo alguém que tinha se alistado voluntariamente, assim como Karl-Heinz, na Primeira Guerra Mundial, ingressado na artilharia de campo e sobre cujo período de vida o narrador pouco conhece. Logo no início do livro ele já deixa claro a importância do pai à narrativa: “Escrever sobre meu irmão significa também escrever sobre ele, o meu pai. Acho que um se assemelhava ao outro. Aproximar-se deles pela escrita é a tentativa de decifrar o que está simplesmente na lembrança; reencontrar-se” (TIMM, 2014, p. 19).

Assim, é por meio da atividade de escrita sobre seu irmão – em um primeiro momento –, que o narrador acaba por reconectar-se também a seu pai, figura representativa em sua vida e, também, alguém bastante semelhante a seu irmão, principalmente no que tange à admiração por tudo o que envolvia a guerra. Com a atividade de escrita e com a necessidade de encadear alguns acontecimentos, o narrador consegue refletir sobre a relação que tinha com o pai e que, nas palavras dele, era bastante conflituosa:

O pai tinha um ótimo conhecimento de história e conseguia, principalmente, descrever as cenas com vivacidade. Mas, no momento em que eu poderia ter começado a fazer perguntas a ele, já estávamos brigados. Uma luta

persistente e cada vez mais odiosa foi travada entre nós dois quando eu tinha dezesseis anos. Da parte dele, uma autoritária e teimosa severidade. De minha parte, um obstinado silêncio, provocado pelas odiosas regras do dia a dia: nada de jeans, nada de jazz, estar em casa às dez horas da noite. Tudo era proibido, obrigatório ou regrado. Um sistema de regras que não fazia sentido para mim e cuja contrariedade me parecia muito óbvia. Não somente porque eu – já mais velho – passei a vê-lo com olhos mais críticos, mas também porque as condições de vida haviam mudado (TIMM, 2014, p. 22).

Aqui entra ainda um aspecto importante discutido por Aleida Assmann (2011), qual seja: a escrita enquanto suporte da memória, mas, sobretudo, enquanto metáfora da memória. Nas palavras da autora:

[...] a escrita não é só *medium* de eternização, ela é também um suporte da memória. A escrita é, ao mesmo tempo, *medium* e metáfora da memória. O procedimento da anotação e da inscrição é a mais antiga e, através da longa história das mídias, ainda hoje a mais atual metáfora da memória. Embora, no entanto, o gesto de escrever e gravar seja tão análogo à memória, a ponto de ser considerado a mais importante metáfora da memória, o *medium* da escrita também foi visto como antípoda, como antagonista e destruidor da memória. Ou será que foi justamente por isso? Pois dessa forma também surge o perigo de que se transfiram a operação e função memorativas para a escrita, de modo que a escrita detenha a responsabilidade pela memória e a memória, portanto, se externalize. Assim o homem se sente desonerado de exercitar e praticar de modo imperfeito e dispendioso o que o *medium* consegue fazer melhor e com mais facilidade, o que quer dizer: a escrita promove a apatia da memória (ASSMANN, 2011, p. 199-200, grifos da autora).

Porém, será que a escrita de fato promove a apatia da memória? O que se percebe é que, apesar de inúmeras discussões contemporâneas colocarem a imagem sobre o texto, continuamos falando sobre a escrita, sobre esse rastro que o homem deixa de si mesmo, quando refletimos sobre a memória e a recordação. Isso fica claro na obra de Uwe Timm, tendo como exemplo, em um primeiro momento, a própria decisão pelo reencontro com as memórias a partir da atividade de escrita sobre elas. Uma tentativa de representação das vivências e das lembranças e, concomitantemente, de uma aproximação com as emoções vividas na época e que ainda o acompanham no presente. Uma necessidade de falar sobre o passado e refletir sobre ele e em como isso muitas vezes só se torna possível quando colocamos algo no papel. Por mais que a intenção não seja de que essa escrita permaneça no tempo ou de que se transforme em um retrato de um período, utilizamos dela como uma importante ferramenta para lidar com as nossas memórias e emoções.

Em um segundo momento, é possível interpretar a própria escrita do diário e das inúmeras cartas que Karl-Heinz Timm enviou para a família. Registros simplórios

que, no momento da escrita, pareciam frequentemente efêmeros, mas que se transformaram em marcas de um período crucial vivido pela família como um todo. O próprio narrador reflete sobre o significado dessas cartas: “[e]le próprio, e sua vida, ganham voz apenas através de poucas cartas preservadas e de notas em seu diário. Esta é a memória registrada” (TIMM, 2014, p. 33). Assim, percebemos que esses rastros escritos deixados por Karl-Heinz se transformaram nessa memória registrada, e que, no momento da escrita, eram uma ferramenta que possibilitava a troca rápida de informações entre ele e sua família e que, depois de mais de cinquenta anos, possibilitou também uma reflexão pontual e crucial sobre as situações vivenciadas por ele e sobre determinados aspectos do cotidiano da guerra e do pensamento nazista.

Porém, essa memória registrada não se reduz somente a esses registros escritos. Existem sensações, lembranças e emoções que podem ser desencadeadas ao olharmos para um objeto, por exemplo, ou ao pensarmos em alguém ou em alguma situação. Dessa maneira, a escrita, enquanto metáfora da memória, não existe por si só e não é capaz de se sobressair à memória. Na escrita sobre as suas vivências de vida, o narrador-protagonista deixa claro esse aspecto, principalmente quando tenta colocar em palavras algumas poucas lembranças de quando era criança. Lembranças que estão profundamente atreladas a um aspecto também discutido por Assmann (2011): o trauma.

Outra imagem nítida que reacende a minha memória: as enormes tochas à direita e à esquerda da rua, árvores em chamas. E esta: pequenas labaredas que pairavam no ar. O perigo de se florear tudo em uma narrativa. *Memória, fale!* Somente vendo isso hoje é que é possível perceber as causas e os efeitos que estabelecem a ordem das coisas permitindo sua compreensão. Esta imagem: a criança, eu, naquela época, com três anos de idade, em um carrinho de bebê coberto com toalhas molhadas e empurrada pela Osterstrasse. As pequenas labaredas pairando no ar foram explicadas somente mais tarde. Eram os farrapos de cortinas arrancadas das casas em chamas, consequência da tempestade de fogo (TIMM, 2014, p. 36-37, grifos do autor).

Aqui, além do trauma e de como ele afeta a memória, sobre o qual falaremos mais adiante, entra ainda o que Aleida Assmann (2011) trata como uma *recordação reconstitutiva*, a qual inclui o esquecimento como parte essencial do processo. Com o esquecimento e com a tentativa de juntar os pedaços, o narrador se aproxima aos poucos da história da família e, conseqüentemente, de si mesmo e tenta compreender algumas atitudes e situações a partir de um olhar mais maduro e distante do passado.

Além disso, o que fica claro na atividade de recordação e no trato do sujeito com suas memórias é uma tensão constante entre presença e ausência e, também, a conseqüente fragilidade da memória, a sua efemeridade. Para lembrarmos de algo, esquecemos inúmeras outras situações e isso é um processo contínuo e repetitivo. Na maioria das vezes as memórias que permanecem são aquelas associadas a emoções, aquelas com as quais estabelecemos um vínculo afetivo maior, ou seja, aquelas que nos marcaram de alguma maneira, seja positiva ou negativamente. Isso fica claro na escrita do narrador sobre seu passado, pois ele acaba dando um valor maior às memórias associadas a emoções, a situações que marcaram ele no passado de uma maneira especial. Porém, ao olhar para esse passado, a sua visão e as sensações que ele desperta no narrador já não são mais as mesmas. É essa mudança no trato com as experiências traumáticas causadas pela guerra que faz com que o narrador e sua família consigam, aos poucos, falar sobre elas:

Anos após a guerra, essas experiências eram narradas diversas vezes e acompanharam-me durante minha infância, o que fez com que o horror inicial se desgastasse pouco a pouco, tornando palpável essa vivência e possibilitando que falássemos sobre ela: sobre como minha irmã e meu pai colocaram os pertences da família no meio da rua; sobre como colocaram a criança, eu, no carrinho e a cobriram com toalhas que haviam sido umedecidas em um cano de água rompido; sobre como meus pais e minha irmã colocaram o que foi salvo na rua e desceram a Osterstrasse em direção a Schulweg [...]. Sobre como eles tinham fugido para um abrigo antiaéreo superlotado, onde pessoas estavam sentadas, tomadas de pavor [...]. Meu pai e outras pessoas contavam sobre corpos encontrados junto às tubulações de água nos porões de casas queimadas que, em contato com a primeira corrente de ar, transformaram-se em pó. Muitas pessoas correram para fora e, atingidas pela tempestade de fogo, arrastaram-se pelo bairro em chamas. Outros, com as roupas pegando fogo, jogaram-se nos canais. Mas o fósforo também queima na água (TIMM, 2014, p. 37).

Ademais, esse processo de recordação reconstrutiva e essa necessidade de falar sobre determinadas experiências de vida muitas vezes é desencadeada a partir de sensações como o cheiro de alguns objetos, que muitas vezes associamos a alguém, e que nos leva a lembrar desse alguém em particular. O narrador deixa isso claro em algumas passagens:

As cartas do meu irmão, as condecorações, seu diário, tudo isso foi guardado na pequena caixa de papelão pela minha mãe. A caixa ficou cinquenta anos na gaveta de sua penteadeira. Nonchalance era o nome do sabonete que ela usava e do qual sempre tinha alguns na sua gaveta, assim como a água de colônia e seu perfume. Era um cheiro absolutamente inconfundível, o cheiro que mais tempo ficou do seu corpo e que ainda permanecia na caixa e no diário (TIMM, 2014, p. 32).

Inserido também no processo de recordação reconstrutiva se encontra o aspecto de discussão e reflexão sobre as situações ocorridas no passado a partir de um olhar do presente. Na narrativa de Uwe Timm esse aspecto aparece desde o início, seja quando o narrador comenta sobre os costumes da época e do comportamento da família em relação a esses costumes, seja quando aponta a maneira como as pessoas lidavam com o período Nacional-socialista durante o regime e as atitudes que elas deveriam passar a ter após o fim do regime:

Esse fui eu uma vez, o menino de cinco anos com seu casaquinho cinza, que batia os calcanhares e fazia reverência. O cheiro de couro suado: esse era meu pai. Um homem estranho de uniforme deitado na cama da minha mãe: essa é a primeira lembrança que tenho dele. No chão, estavam as botas de cano alto, cujos canos de couro estavam dobrados. Sobre o criado-mudo, estava – uma lembrança clara – uma pistola presa a um cinturão. Eu o vi deitado com a boca aberta e roncando. Ele tinha vindo de férias. Quando cheiro a pulseira do meu relógio, ele está lá de novo, esse cheiro de couro suado. E ele, o pai, está corporalmente próximo de mim como em nenhuma outra lembrança. E então, um dia, tentaram me convencer a parar de fazer aquilo que eu acabara de aprender: bater os calcanhares. E dizer Heil Hitler. Você viu? De jeito nenhum! Foi o que me disseram ao pé do ouvido, em um tom assertivo. Era 23 de abril de 1945, e os soldados americanos haviam entrado na cidade (TIMM, 2014, p. 23-24).

Lembranças da família que se mesclam a lembranças acerca do momento histórico e de suas mudanças. Se levamos em consideração como é difícil a adaptação às mudanças históricas no decorrer de um longo período, conseguimos perceber que o enfrentamento dessa situação em um curto período de tempo e enquanto criança, enquanto alguém que não consegue compreender apropriadamente como as coisas em sociedade funcionam, é ainda mais difícil. Isso aconteceu com o narrador e com tantas outras crianças que passaram pelo período do pós-guerra na Alemanha, as quais nasceram em meio a um regime totalitário e tiveram de se adaptar a uma nova sociedade e, de certa forma, a uma nova cultura enquanto cresciam.

Além de passarem por esses conflitos de adaptação a novos comportamentos em sociedade, não somente as crianças, mas também os adultos, passaram por diversas situações traumáticas causadas pela guerra e pelos anos de uma violência constante. Situações de bombardeio, de incêndio, de caos e apreensão em abrigos antiaéreos – os quais continham avisos de que era proibida a entrada de judeus –, eram rotineiras, mas nem por isso deixavam de ser traumatizantes. Esses tipos de

situações deixaram marcas e lembranças impossíveis de serem esquecidas mesmo após o passar dos anos:

Certa vez, visitei um abrigo antiaéreo, sobre o qual foi construída uma casa depois da guerra, que amigos haviam comprado. A descida foi como uma volta à infância, aquele ambiente de umidade, aperto, canalizações e labirintos, pois o bunker era dividido por paredes de contenção. Tubos de ventilação enferrujados corriam ao longo da parede. Havia placas de *Proibido fumar*. Tubulação de gás. Uma descida bastante peculiar que trazia diante dos meus olhos imagens adormecidas. O mais surpreendente foi que, quando as luzes se apagaram, as paredes brancas continuaram a brilhar. Mesmo setenta anos depois da guerra, as paredes pintadas com tinta fosforescente ainda brilhavam. E lentamente, muito suavemente, foram perdendo sua luminosidade (TIMM, 2014, p. 38-39, grifos do autor).

Porém, mesmo se tratando de lembranças traumáticas que aparentemente não seriam possíveis de serem superadas, conforme o tempo vai passando e as pessoas vão falando constantemente sobre esses traumas, elas passam a ser vistas com outros olhos e esse aspecto intriga o narrador, o qual comenta constantemente sobre isso ao longo da narrativa:

O interessante era ver como o choque, o susto e o horror se tornavam cada vez mais compreensíveis através das repetidas vezes em que essas histórias eram narradas, ver como a experiência desaparecia lentamente nas frases que eram feitas: *Hamburgo em escombros e cinzas. A cidade transformada em um mar de fogo. Tempestade de fogo* (TIMM, 2014, p. 39-40, grifos do autor).

É possível pensar, então, que a atividade de falar sobre os horrores vividos ajuda, de alguma forma, na compreensão ou, ao menos, produz uma tentativa de compreensão, visto que determinadas situações podem ser, muitas vezes, incompreensíveis, não importando quantas vezes falamos ou escrevamos sobre elas. Entretanto, entre a escolha de falarmos ou escrevermos sobre os traumas armazenados na memória, percebemos que “[...] a escrita é uma das armas mais eficientes contra a segunda morte social, o esquecimento [...]”, que ela “[...] permanece intocada pela ação destrutiva do tempo e de que ela representa um *medium* único para a imortalidade” (ASSMANN, 2011, p. 195, grifo da autora). Assim, um dos exemplos dessa imortalidade da escrita é as anotações de Karl-Heinz Timm, analisadas pelo narrador ao longo da narrativa e que serviram, de alguma maneira, como suporte da memória, auxiliando-o na atividade de recordação e compreensão de suas lembranças.

Ao analisarmos esse aspecto do funcionamento da memória e de seus mecanismos, podemos considerar a memória na sua relação com o conceito de *rastro*, discutido por Aleida Assmann (2011) e comentado em vários estudos feitos por Jeanne Marie Gagnebin. Em um capítulo do livro *Lembrar, escrever e esquecer* (2009), Gagnebin discute sobre a metáfora-fundadora da nossa ideia de memória e lembrança, ou seja, a escrita. Assim como Assmann, Gagnebin comenta que essa escrita é um “[...] rastro privilegiado que os homens deixam de si mesmos, desde as telas funerárias até os e-mails efêmeros que apagamos depois do uso [...] (GAGNEBIN, 2009, p. 111). Porém, de acordo com os trabalhos de Assmann e Gagnebin essa concepção de escrita enquanto um rastro privilegiado duradouro e fiel foi abalada ao longo dos anos até chegarmos na ideia de que rastro e escrita não podem ser considerados enquanto sinônimos:

Agora a escrita não é mais um rastro privilegiado, mais duradouro do que outras marcas da existência humana. Ela é rastro, sim, mas no sentido preciso de um signo ou, talvez melhor, de um sinal aleatório que foi deixado sem intenção prévia, que não se inscreve em nenhum sistema codificado de significações, que não possui, portanto, referência linguística clara. Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Com quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade (GAGNEBIN, 2009, p. 113).

Assim, podemos levar esse conceito para a análise da narrativa de Uwe Timm, uma vez que as anotações de Karl-Heinz Timm e as cartas que ele enviou à família podem ser consideradas enquanto rastros, enquanto registros aleatórios sobre, principalmente, o cotidiano da guerra, permitindo que a família conseguisse vislumbrar um pouco da realidade que ele estava enfrentando diariamente assim como ter notícias de sua situação. Além disso, apesar desses registros escritos serem aleatórios e terem sido escritos com o objetivo de informar a família, foram esses mesmos registros que serviram de motivação e guia para que o narrador pudesse relembrar determinadas situações vivenciadas pela família, experienciar novamente determinados traumas e, conseqüentemente, falar com mais propriedade sobre eles.

Esses rastros escritos deixados por Karl-Heinz serviram também para entender um pouco sobre os seus pensamentos a respeito da guerra e em como eles foram produto de um momento social que instaurava um pensamento de ódio frequentemente sem sentido, pois enquanto aos alemães era permitido ataques e a

instauração de uma violência constante a quem não fosse considerado ariano, aos outros países, que lutavam contra a Alemanha, o pensamento era exatamente o oposto disso. Eles eram considerados como países que pregavam uma violência desumana, desnecessária. Isso fica claro em uma carta enviada por Karl-Heinz ao pai no dia 11 de agosto de 1943:

Ah, se a Rússia fosse destruída logo. Para tanto seria preciso ter 10 vezes mais Divisões da SS do que temos agora. Acho que então conseguiríamos, mas mesmo assim não seria neste ano. Aqui está tudo como antes, estou bem de saúde, tenho também o que comer, fico apenas preocupado com vocês, porque diariamente temos notícias de ataques aéreos dos ingleses. Ah, se os saxões parassem com essa porcaria. Isso já não é guerra, isso é morte de mulheres e crianças – é desumano (TIMM, 2014, p. 25, grifos do autor).

Contanto, é esse tipo de descrição que suscita no narrador uma necessidade de reflexão sobre o passado, de se colocar no lugar do irmão e entender seus pensamentos, motivações, dificuldades durante a guerra. Ele tenta entender o irmão, mas, ao mesmo tempo, também tenta refletir sobre o que foi dito por ele de uma maneira impessoal, sem julgamento, ou, também, de uma maneira crítica, contestando o comportamento adotado e descrito por ele em suas cartas e diário. Logo após essa citação, por exemplo, o narrador comenta o seguinte:

Não há fotos que mostram russos enforcados ou o fuzilamento de civis, mas sim fotos do cotidiano, como aquelas que se encontram no livro do meu pai e que mostram casas, ruas e cidades destruídas. Seria Kharkov? Meu irmão tinha participado da retomada de Kharkov. 1943. Mesmo que se suponha que ele não tenha participado da morte de civis, mulheres e crianças pela SS por ter servido em uma unidade de blindados, deve ter sido confrontado com as vítimas da população civil, com os famintos, os desabrigados, os refugiados, mortos de frio e fuzilados. Não fala deles; possivelmente, esse sofrimento, essa destruição e essas vítimas lhe parecessem algo normal, ou seja, humano (TIMM, 2014, p. 25-26, grifo do autor).

Dessa maneira, com essa crítica feita pelo narrador acerca dos pensamentos e atitudes do irmão mais velho durante a guerra, o leitor consegue perceber não somente uma descrição pontual sobre o período ou sobre as situações vivenciadas por Karl-Heinz, mas também essa tentativa constante de aproximação e, ao mesmo tempo, de distanciamento, o qual permite ao narrador um entendimento maior e, na maioria das vezes, uma crítica em relação às atitudes e ideias adotadas pelo irmão mais velho. Assim, falar sobre o passado e, conseqüentemente, sobre as memórias,

pressupõe não uma simples descrição dos acontecimentos, mas um posicionamento crítico perante ele. De acordo com Jeanne Marie Gagnebin (2009):

Devemos lembrar o passado, sim; mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado. No texto de Adorno, que é judeu e sobrevivente, a exigência de não-esquecimento não é um apelo a comemorações solenes; é, muito mais, uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir – e isso é decisivo – instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 103).

Falar sobre o passado pressupõe posicionar-se sobre ele levando em consideração o período em que estamos situados. De nada adianta relembrar o passado e falar sobre ele se não conseguirmos encaixar essa discussão no nosso momento presente. Pensando nisso, é possível perceber como a obra *À sombra do meu irmão* (2014) provoca essa crítica sobre o passado no presente, visto que conseguimos perceber ainda hoje esse comportamento cada vez mais individualista da sociedade pós-moderna. Continuamos ainda com a ideia de que o que não nos afeta diretamente não é digno de consideração, de discussão. Dessa maneira, a narrativa nos instiga de alguma forma a olharmos para nós mesmos e para as nossas atitudes e não somente pensar no passado e nos horrores cometidos pelos nazistas durante o Nacional-socialismo como algo distante de nós, como algo sem importância por não nos afetar diretamente. A necessidade de nos colocarmos no lugar do outro é uma prerrogativa para vivermos bem em sociedade. E o livro nos incita a perceber e refletir sobre isso.

Além disso, o narrador não se vale apenas dos registros que Karl-Heinz Timm escreveu durante a guerra, mas também utiliza de citações de figuras importantes do Partido Nazista para entender o irmão e também para nos lembrar da gravidade do pensamento incitado pelo partido durante o período. Um dos exemplos é uma citação de um discurso proferido por Heinrich Himmler, chefe do departamento da SS (*Schutzstaffel*) e considerado uma das figuras mais importantes do Partido Nazista, aos soldados da *Waffen-SS* em Stettin no dia 13 de julho de 1941, passadas três semanas da invasão da União Soviética:

Esta é uma batalha ideológica e uma batalha de raças. Nesta batalha temos de um lado o nacional-socialismo, com nosso valoroso sangue germânico-nórdico e o mundo como imaginamos: bonito, decente, socialmente justo, e que talvez em alguns casos ainda apresente alguns problemas, mas que em seu todo é um mundo belo e culturalmente completo, como é a nossa Alemanha. Do outro lado, temos um povo de 180 milhões de pessoas, uma

mistura de raças e de povos, cujos nomes já são impronunciáveis e cujo estado é tal que se pode matá-los sem misericórdia nem piedade (TIMM, 2014, p. 34, grifos do autor).

Em seguida a essa citação, o narrador coloca ainda a seguinte ponderação: “A sua unidade, o 3º Batalhão SS de Tanques Blindados da Divisão Totenkopf, foi usada contra paramilitares, civis e judeus, na chamada limpeza?” (TIMM, 2014, p. 34). Essa pergunta fica sem resposta, como se assim fosse mais simples para o narrador-protagonista se colocar no lugar do irmão ou se, simplesmente, fosse melhor não saber. No discurso de Himmler é possível perceber ainda essa constante incitação à dualidade, a fazer com que os soldados entendessem que existia apenas um lado bom, ou seja, a Alemanha ariana, e que todo o restante merecia ser exterminado por não fazer parte desse seletivo grupo. Os soldados podiam ou não acreditar nisso, mas acabaram de alguma forma aceitando esse discurso e perpetuando o ódio e a violência por onde passavam.

Quase adotando uma postura de historiador, o narrador vai estabelecendo essas ligações entre as experiências e os registros pessoais de seu irmão e os registros que se tornaram, após o fim do regime, documentos históricos de um momento extremamente devastador da história da Alemanha. Ao mesmo tempo em que ele comenta sobre a forma como a guerra, o nazismo e o pós-guerra afetaram a sua vida e a de sua família, ele busca frequentemente ser imparcial ao falar sobre seu irmão e sobre esses assuntos, como forma de se distanciar deles para compreendê-los melhor, sem julgamentos prévios.

Entretanto, por mais que seja difícil essa separação entre razão e emoção, o narrador, enquanto elenca os acontecimentos e as opiniões que a família tinha a respeito dos ideais de Karl-Heinz Timm, por exemplo, se transforma em um narrador em terceira pessoa, em alguém distante, que conta a história e elenca os fatos como se não tivesse participado e, muito menos, tivesse sido afetado diretamente por eles. Um dos exemplos disso é quando ele narra as respostas dadas pela mãe quando perguntada sobre as razões que levaram Karl-Heinz a se alistar na SS. Só conseguimos perceber o envolvimento do narrador com as pessoas da família a partir das marcas indicadas pelos pronomes possessivos:

Quando perguntada sobre o motivo que levou meu irmão a se alistar na SS, minha mãe dava algumas explicações óbvias. Por idealismo. Ele não queria ficar para trás. Não queria fugir do compromisso. Ela, assim como o pai, fazia

uma clara distinção entre a SS e a Waffen-SS. Depois que a guerra acabou e imagens terríveis vieram à tona com a libertação dos campos de concentração, soube-se o que tinha acontecido. Gente asquerosa, diziam, criminosos. O menino estava, contudo, na Waffen-SS. *A SS era uma tropa militar normal. Os criminosos eram os outros, a SD, O Serviço de Segurança. As Forças-Tarefa. Principalmente os de cima, as chefias. Fizeram mau uso do idealismo de um jovem* (TIMM, 2014, p. 19-20, grifos do autor).

Porém, ao mesmo tempo em que existe uma descrição impessoal sobre os fatos, conseguimos perceber algumas marcas do pensamento do narrador acerca dos acontecimentos, como em “imagens terríveis”, palavras que indicam um certo julgamento em relação ao que aconteceu. Não poderia ser diferente quando levamos em consideração todo o ocorrido, os milhões de mortos durante a Segunda Guerra e, principalmente, durante o Holocausto. Além disso, junto com essa descrição e com as representações dos acontecimentos históricos na vida da família, ao leitor é permitida sempre uma análise crítica da história, que, muitas vezes, é capaz de abalar suas visões e tirá-lo de sua zona de conforto, fazendo-o enxergar de frente as consequências desse período e lembrar a gravidade que foi todo esse momento. O livro de Uwe Timm faz com que o leitor questione, então, a ideia difundida de que quem não participava de determinado grupo não entendia o que estava acontecendo e não compactuava com a situação.

Esse e outros questionamentos vão surgindo e permanecem com o leitor conforme ele avança na narrativa. Porém, ao mesmo tempo, as memórias e os sentimentos do narrador sempre voltam a aparecer. É um fluxo de consciência constante, mas que se guia pela memória, a qual, por si só, é desordenada e se manifesta, muitas vezes, a partir de determinados gatilhos, principalmente sentimentais. Muitas vezes não conseguimos controlar isso e o narrador deixa isso claro quando, ao comentar sobre a situação familiar no pós-guerra, mescla com uma descrição de suas lembranças:

Nos últimos anos, na época em que somente minha mãe e a minha irmã trabalhavam na loja, e a loja *ia tão mal* que ela teve que se desfazer de suas economias, ela sentava-se em uma pequena e iluminada sala atrás da loja – a oficina – e forrava casacos de pele quando eu ia visitá-la. É uma das minhas lembranças mais claras: ela sentada, costurando. Em frente à janela, ficava uma bétula, cujos ramos verde-claros tocavam o vidro em dias de vento (TIMM, 2014, p. 47, grifos do autor).

A partir dessa citação, o narrador começa a comentar um pouco mais sobre como se deu a constituição de sua família. Para isso ele comenta mais pontualmente sobre a

sua irmã mais velha, Dagmar, a qual aparece pouco ao longo da narrativa, mas cujo papel na família vai ao encontro da discussão proposta nesta dissertação: entender o papel da sombra dentro da narrativa, sobretudo em relação ao papel destinado ao narrador em detrimento de seu irmão mais velho. Porém, para isso, é importante percebermos, antes de mais nada, qual foi o papel destinado a essa irmã que, por não aparecer muito nos relatos, já nos leva a uma conclusão antecipada de que não foi alguém considerada importante à família, pelo menos não ao pai:

O pai, minha mãe contava, queria tanto um menino que não queria saber da menina, diferentemente do filho que nasceria dois anos mais tarde, Karl-Heinz. De fato, não se observa nenhuma foto dele com minha irmã, e nenhuma forma de contato físico: ele não está com ela no braço, nem de mãos dadas, nem com ela em seu colo. Mais tarde, quando minha irmã estava no hospital e falava com dificuldades, ela disse sobre o nosso pai – comigo ela sempre falava nosso pai e nossa mãe, como uma forma de nos unir pessoalmente, e não apenas gramaticalmente: *O nosso pai sempre me rejeitou. Ao contrário do que fez com Karl-Heinz. Ele era um pai de verdade para Karl-Heinz.* Minha irmã ficava na sombra do meu irmão. Raras foram as vezes em que seus desejos foram ouvidos, nem mesmo pela mãe, geralmente tão justa (TIMM, 2014, p. 48-49, grifos do autor).

O narrador ainda segue por algumas páginas comentando brevemente sobre a vida da irmã mais velha, a qual sempre enfatizava que não tinha tido sorte na vida. Se apaixonou algumas vezes, noivou, mas nenhum relacionamento deu certo de fato. Além disso, a relação dela com o pai sempre foi bastante conflituosa, assim como acontecia com o narrador-protagonista. Nenhum dos dois recebia a atenção que achavam que mereciam do pai, o qual só tinha olhos para Karl-Heinz, exemplo de ser humano corajoso e sempre disposto a enfrentar os inimigos da nação. Tanto o protagonista como Dagmar nunca conseguiram chegar a esse patamar, principalmente porque o pai não permitia. Assim, ambos acabaram à sombra de Karl-Heinz, seja enquanto ele ainda estava vivo como, sobretudo, após a sua morte, quando ele acabou se transformando ainda mais nesse exemplo de bravura, capaz de morrer pelo seu país. E, por mais que o narrador tente retirar o irmão desse pedestal e enxergá-lo através de um olhar mais humano, considerando-o como alguém que poderia também ter seus medos e fraquezas, isso se torna extremamente difícil exatamente pelas imagens que o pai sempre nutria dele:

Karl-Heinz, sempre tão apegado ao pai, era um *menino de verdade*. O pai tinha *orgulho* dele. Provavelmente, meu irmão foi uma criança medrosa como eu. Assim como eu ainda hoje me pego pensando: Vai, pula. E embaixo, bem

lá embaixo, está a água. E não há ninguém para me explicar como é que se pula, com a cabeça para a frente, não para baixo, impulsionando-se no trampolim e não se deixando cair. Certa vez, em um dia chuvoso, quando não havia praticamente ninguém na piscina, eu fui para o trampolim de cinco metros sem dizer nada e saltei. O trampolim de dez metros ainda esperava por mim. Um sentimento que era quase como uma ordem: *ser corajoso*. Ele deveria ser corajoso, mas não imprudente. Ele reitera isso, deitado na cama do hospital militar, com as pernas amputadas, em uma fala distorcida pela morfina. Disse que não foi imprudente. Inclusive naquele momento, mutilado e consciente de que lhe haviam destruído a vida, a juventude que já não poderia desfrutar, mesmo lá, ele era um menino corajoso e valente (TIMM, 2014, p. 55, grifos do autor).

Em uma mistura de vozes, o narrador intercala a narrativa de suas histórias de vida com a descrição dos comentários feitos pelo irmão nas cartas e no diário como o exemplo acima, em que Karl-Heinz enfatiza em carta ao pai, pouco antes de morrer, que não tinha sido imprudente. Esses discursos se mesclam aos pensamentos do narrador como uma espécie de cobrança, lembrando-o de que ele nunca conseguiria chegar ao patamar do irmão, imaginário construído pelos pais por meio da maneira com que eles sempre trataram Karl-Heinz. Esse tratamento dado ao filho mais velho afetou profundamente a maneira como o narrador-protagonista passou a se enxergar a partir do momento em que começou a entender melhor a situação. Ele seguia o exemplo de um irmão sempre ausente tendo em mente que nunca ganharia o respeito da família, o qual era unicamente destinado a Karl-Heinz.

Entretanto, conforme o narrador comenta sobre as suas memórias, ele também reflete sobre elas a partir de uma visão tanto sentimental como racional e esse processo o ajuda a compreender melhor as situações, refletir sobre elas e construir um novo ponto de vista sobre o que pode ter acontecido e sobre quem ele se tornou por conta dessas experiências. Em uma parte da narrativa, ele comenta indiretamente sobre o funcionamento das lembranças e em como elas são despertadas a partir de lugares, objetos e hábitos específicos. Além disso, ele comenta sobre como elas podem ser paralisantes, por mexerem com sentimentos que muitas vezes preferimos deixar em lugares inacessíveis. Todas essas reflexões veem à tona quando o narrador resolve falar sobre as lembranças dos passeios que a família fazia ao lago:

A área pantanosa de Lüneberg. O cemitério. Schleswig-Holstein. Bad Segeberg. Tarde de domingo. O passeio no lago. O pai de chapéu e casaco de verão, as luvas de couro nas mãos, a mãe de vestido, sobrecapa clara, luvas de lã, a criança com calça clara e longas meias brancas, assim íamos passear no lago. Lembrar disso significa paralisar, paralisar a respiração, paralisar o pensamento, paralisar as lembranças. E mais uma coisa: nesses passeios de domingo, frequentemente falava-se *dele*, ou esse

frequentemente seria um enorme exagero? Em outras palavras, seria na verdade apenas de vez em quando, deixando uma forte impressão em mim pelo fato da minha própria existência também ser invocada sempre que surgia essa conversa (TIMM, 2014, p. 56, grifo do autor).

Assim, falar sobre determinados sentimentos ou situações dói e respeitar essa dor é necessária seja, em um primeiro momento, deixando-a guardada ou, quando ou se chegar o momento apropriado, falando sobre ela, externando tudo o que ela causou e ainda causa. De acordo com Assmann (2011), a economia da memória é constituída de elementos muito diversos: “[...] em parte inertes, improdutivos; em parte latentes, fora do alcance da atenção; em parte sobredeterminados e, portanto, inacessíveis a uma tentativa ordenada de recuperação; em parte dolorosos ou escandalosos e por isso enterrados bem fundo” (ASSMANN, 2011, p. 148).

Dessa maneira, essas lembranças doloridas do narrador paralisam em função do sentimento que elas causam nele, fazendo com que ele normalmente as enterre bem fundo, tornando-as, assim, de difícil acesso. Entretanto, surgem momentos em que elas retornam à mente do narrador em função, principalmente, do momento emocional que ele está vivendo. É o que acontece com o narrador nessa passagem. Lembrar paralisa a respiração, paralisa até mesmo as lembranças, mas, ao mesmo tempo, produz uma discussão e novas visões sobre o passado e sobre essas lembranças. Ele poderia ter enterrado essas lembranças e preferido não falar sobre elas, mas o funcionamento da memória é incontrolável. Quando o narrador passa a falar sobre toda a sua trajetória de vida e a de sua família, as memórias simplesmente vão aparecendo e ele não tem nenhum controle sobre isso.

Além disso, quando o narrador relembra as situações, ele passa a se questionar sobre como elas de fato aconteceram, duvidando dos aspectos que julgava serem os mais importantes na época e os que ele resolveu guardar com mais atenção. A partir do momento em que ele começa a relembrar dos passeios regulares ao lago o aspecto que se sobressai logo no início é o quanto os pais falavam de Karl-Heinz. Entretanto, ao mesmo tempo em que ele comenta sobre essas lembranças, ele já começa a duvidar delas, questionando se ele não tinha exagerado sobre a intensidade com que os pais comentavam sobre o filho mais velho. Isso também demonstra um caráter importante da memória: não temos poder sobre as informações que guardamos, pois elas estão completamente sujeitas às nossas visões e aos sentimentos e sensações que causam em nós. O narrador sempre se sentia à sombra

do irmão, não importando a situação. Porém, ao levar esse aspecto da memória em consideração, é possível considerar, também, que os pais podiam não nutrir um amor tão grande assim por Karl-Heinz, mas essa foi a sensação que o narrador sempre preferiu guardar. Seguindo a citação, ele ainda comenta o seguinte:

Era também um questionamento da vida dos dois, dos pais. O que teria sido, se... Uma pergunta completamente desnecessária, mas que sempre obrigava aquele que fez a pergunta a considerar até que ponto acredita que as coisas podem ser mudadas por meio de atos racionais. Em relação a isso, a mãe jamais fez qualquer acusação contra o pai. Dizia-se que ele tinha se alistado *voluntariamente*, e o pai não o teria convencido. Mas não havia necessidade. Era simplesmente uma aceitação tácita daquilo que o pai desejava, de acordo com o que era ditado pela sociedade. Eu, no entanto, pude encontrar minhas próprias palavras, objeções, perguntas e mais perguntas. E palavras com as quais era possível expressar a tristeza e o medo nas histórias que eu contava. O menino que sonhava e enrolava, no sentido de mentir, inventar histórias. De fato, o menino tecia um emaranhado a partir do que observava e ouvia, para dar a si mesmo e às coisas um significado particular. O menino medroso. O menino valente (TIMM, 2014, p. 56-57, grifo do autor).

Aqui é interessante analisar a maneira como o narrador se enxerga e em como é diferente da passagem em que ele comenta sobre não ter a mesma coragem que o irmão mais velho. Ele se coloca, pela primeira vez, como um menino também valente, que se valeu das palavras e das histórias para dar sentido a uma época do horror e às suas experiências de vida. Aqui o leitor pode questionar também sobre os motivos que levaram Karl-Heinz a se alistar *voluntariamente* ao Partido Nazista. Foi um alistamento voluntário de fato ou fruto de uma pressão social e familiar? Infelizmente as respostas a essa pergunta nunca são respondidas para além das histórias que a família contava sobre a vontade que Karl-Heinz tinha em servir na guerra.

Além desses questionamentos, a partir dos comentários e análises do narrador sobre as suas vivências e memórias do passado, surge a oportunidade do leitor problematizar o período da Segunda Guerra e do Nazismo e, mais tarde, do Pós-guerra e como esses momentos causaram consequências irreparáveis à sociedade alemã. Se, em um primeiro momento, se alistar ao partido nazista e lutar na guerra era visto com olhos positivos e indicavam bravura, após o fim da guerra os pensamentos mudaram e se voltaram, em um primeiro momento, a uma raiva muito grande que as pessoas passaram a nutrir ou contra o regime nazista, que perpetuou crimes horrendos e matou milhares de pessoas durante a guerra, ou contra os ditos *vencedores*:

Uma geração inteira viu como lhe tiraram a autoridade política, militar e ideológica e respondeu ofendida, de uma forma orgulhosa e persistente. Mais tarde, com o começo da Guerra Fria, as forças de restauração foram recobradas, mas, nos primeiros anos depois da guerra perdida, a ânsia pelo poder existiu somente em casa, na esfera privada. E voltava-se contra a cultura do vencedor (TIMM, 2014, p. 69).

Essas problematizações também surgiram no ambiente escolar, em que todo um período e todos os massacres cometidos tinham de ser discutidos. Nesse ambiente, passou-se a ser criticado, de acordo com as experiências do narrador, a obediência cega dos alemães durante o período:

Na escola, não se podia mais ensinar com os livros antigos. Um de meus mestres, o professor Bohnert, o único que, durante o período nazista, havia sido demitido por motivos políticos, ensinava Alemão e História e o fazia de modo a trazer à discussão não somente a estupidez e os crimes dos nazistas, mas também o questionamento dos seus motivos, criticando a *obediência cega* e as *inclinações militares* dos alemães a partir de exemplos. Quando contei isso a meu pai, ele se irritou com a reeducação ditada pelos vencedores. Mas ele não podia fazer nada. E para mim, a criança, era perceptível que aquela indignação exaltada se traduzia tão somente em impotência (TIMM, 2014, p. 68, grifos do autor).

A geração que passou a compreender melhor a necessidade de discutir as consequências desse período foi, primeiramente, a geração dos filhos, que passaram a problematizar também as atitudes de seus pais, familiares, amigos e conhecidos. Esse aspecto é apontado no trabalho de Valéria Sabrina Pereira (2011), que discute sobre como a “[...] segunda geração é marcada pela discussão sobre o Holocausto, e com ela vem o *boom* de testemunhos de sobreviventes dos campos de concentração, assim como a chamada *Väter-Literatur* (literatura sobre os pais)” (PEREIRA, 2011, p. 27, grifos da autora).

Essa é a geração a que pertence o narrador da obra aqui analisada e que passou a criticar os comportamentos que, sobretudo seu pai, ditava na esfera privada, como, por exemplo, a exaltação à bravura: “[a] educação voltada à bravura – com bravura sempre compreendida no sentido coletivo – conduzia a uma covardia civil” (TIMM, 2014, p. 70). Além disso, o próprio narrador reflete sobre o sentimento de rebeldia característico de sua geração:

De um dia para o outro, os grandes, os adultos, ficaram pequenos, uma experiência que compartilharia com muitos outros da minha geração. Provavelmente, exista uma relação entre essa experiência e o movimento antiautoritário da revolta estudantil contra a geração dos nossos pais (TIMM, 2014, p. 67).

Uma geração composta, muitas vezes, de jovens insatisfeitos com as respostas dadas pelos pais ou por suas atitudes e que se rebelaram de alguma forma contra um momento de negação e, ao mesmo tempo, de silêncio. Muito desse silêncio também ia ao encontro da tristeza que foi perder filhos jovens na guerra, como foi o caso do pai do narrador:

O pai não podia admitir tristeza e a única coisa que exteriorizou foi raiva, porque, para ele, a coragem, o dever e a tradição eram inquebrantáveis, e ele não se permitia dirigir esses sentimentos às causas, mas apenas aos militares incompetentes, os covardes e os traidores. Esse era o assunto de conversas com outros colegas militares. Eles vinham à noite, sentavam-se juntos, bebiam conhaque e café e conversavam sobre a guerra. Procuravam explicações sobre o porquê da guerra *ter sido perdida*. Repetiam batalhas, corrigiam ordens equivocadas, destituíam os generais incompetentes e retiravam a autoridade militar de Hitler. É difícil de imaginar hoje essa geração discutindo esses assuntos por toda uma noite (TIMM, 2014, p. 76, grifos do autor).

A ênfase dada pelo narrador na passagem acima se volta ao conteúdo principal dos militares durante os encontros: o motivo da Alemanha ter perdido a guerra. O narrador enfatiza isso exatamente porque, em outras passagens, ele critica a forma como esse era o assunto principal e não o extermínio, o massacre de milhares de pessoas. Essa indignação aparece também quando ele tenta buscar no diário escrito pelo irmão alguma explicação para essa matança: “[n]o diário do meu irmão, não se encontra nenhuma justificativa clara para aquela matança, nada que lembre a educação ideológica da SS. São apenas observações *normais* sobre o cotidiano da guerra” (TIMM, 2014, p. 93, grifo do autor). A indignação é grande quando ele percebe que são, principalmente, anotações sobre o cotidiano da guerra e nenhuma explicação sobre o porquê de tamanha violência.

De acordo com dados apresentados no livro, entre julho de 1942 e novembro de 1943, “[...] 38.000 judeus foram fuzilados pelos homens do Batalhão 101 da Polícia da Reserva, cada um com sua correspondente *notificação de execução* (TIMM, 2014, p. 103, grifos do autor). Assim, o narrador busca constantemente por explicações, mas não consegue entender como o irmão se sentiu triste quando descobriu, por exemplo, que a casa da família em Hamburgo pegou fogo em função dos bombardeios e não demonstrou nenhuma tristeza ou culpa com o assassinato de milhares de civis:

É difícil de compreender como foi possível separar ou reprimir a compaixão diante do sofrimento, como ocorreu essa divisão entre o que é desumano em casa e o que é desumano na Rússia. Como longe de casa o assassinato de

civis era uma coisa normal, corriqueira, sem ter o valor necessário para ser citada uma única vez, enquanto que, em casa, significava a morte (TIMM, 2014, p. 92).

Porém, esse sofrimento pode não ter aparecido nas anotações de Karl-Heinz, mas todas as consequências da guerra, do período nacional-socialista e de sua morte afetaram profundamente a família, principalmente o pai, que não sabia lidar na época com a tristeza de perder um filho tão jovem em meio a uma das situações mais críticas da história da Alemanha. Nesse e em tantos outros lares alemães, a escolha se deu pelo silêncio, como uma forma de ignorar a dor, de não precisar falar sobre ela. Entretanto, o narrador comenta sobre a vez em que viu seu pai chorar e essa situação-limite demonstra a tristeza que muitos resolveram carregar em silêncio:

Certa vez, vi meu pai próximo à lareira com as mãos atrás das costas, esticadas em direção ao calor. Ele chorava. Eu nunca o tinha visto chorar. *Meninos não choram*. Não era apenas um choro devido à morte do filho, era algo que não podia ser expressado em palavras e que era transformado em lágrimas. Do modo como ele estava ali em pé, chorando, talvez fosse algo guardado na mais profunda das lembranças, um desespero único, sem autopiedade, uma dor indescritível. Em resposta às minhas indagações, ele apenas balançou a cabeça (TIMM, 2014, p. 101-102, grifos do autor).

Consequências sérias, tristes e irreparáveis que acompanharam a família do narrador e muitas outras famílias por toda a vida, seja pelas perdas na guerra, mas também pelas atitudes e pelo silêncio que muitos adotaram enquanto sabiam do extermínio que estava sendo cometido na Alemanha. Em uma passagem muito marcante da narrativa, o narrador cita Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz – um dos principais campos de concentração e maior símbolo do Holocausto –, para comentar sobre a maior culpa dos alemães durante esse período:

Quase todos ficaram quietos e desviaram o olhar quando seus vizinhos judeus foram levados embora e *simplesmente* desapareceram. A maioria manteve esse silêncio depois da guerra, quando se descobriu para onde os desaparecidos haviam sido levados. Primo Levi vê a grande culpa dos alemães nesse silêncio. Esse *silêncio mortal* era mais terrível do que os discursos prolixos daqueles que tentavam se desculpar alegando não saber de nada. Por fim – e recordo-me muito bem disso –, estes descontavam nos jovens, enumerando os motivos do porquê daquela geração não ter conhecimento do que estava acontecendo, em um ímpeto de se autojustificar, mesmo sem que isso lhes fosse questionado. De qualquer modo, tinham consciência de que sim, poderia haver formas de saber de algo. Não era somente uma geração ferida, mas também uma geração doente, que havia reprimido seus traumas com uma barulhenta reconstrução. O que aconteceu se dissipou em estereótipos: Hitler, o criminoso. A língua não foi usada inapropriadamente somente pelos assassinos, mas também por aqueles que

diziam a si mesmos: *Mais uma vez, nos escapamos*. Assim, assumiam o papel de vítima (TIMM, 2014, p. 105, grifos do autor).

Além de discutir sobre as consequências da Segunda Guerra Mundial e do Nazismo, o narrador ainda comenta sobre os efeitos do Pós-guerra na vida da família. A situação econômica foi o assunto mais comentado pelo narrador, por ter sido o mais afetado durante o período. Enquanto no início os pais queriam a todo o custo manter o status de classe média, dando-se ao luxo em diferentes situações, aos poucos essa situação foi mudando em função do acúmulo de dívidas. Com as influências vindas, sobretudo, dos Estados Unidos, e com as mudanças no processo de fabricação de casacos – trabalho que mantinha a família –, que foi se tornando cada vez mais barato em função do capitalismo, a família, e principalmente o pai, tentava de tudo para não sucumbir às dívidas:

E os telefonemas. Os telefonemas pelas manhãs para os bancos para conseguir o prolongamento do crédito. Eu ouvi meu pai, que tanto se preocupava com aparências, integridade, orgulho e honra, implorar diversas vezes; ele precisava implorar por dinheiro ao telefone, até mesmo para pessoas de quem ele não gostava, 500 marcos, 3.000 marcos, 5.000 marcos, o que, em 1954, era muito dinheiro, valores que ele precisava com urgência, impreterivelmente, levar ao banco para que o crédito não vencesse, para que pudesse ser estendido. Estender, uma palavra assustadora. O que as pessoas pensarão!? A constante preocupação com o próprio status. Não em um sentido superficial do que os outros achavam, mas como espelho daquilo que nós mesmos pensamos de nós, o que se é, o que *aparentamos* ser (TIMM, 2014, p. 80-81, grifo do autor).

Enquanto isso, os “[...] casacos que necessitavam de muita mão de obra eram produzidos *em países com mão de obra barata*, conceito que surgiu na época – países como Grécia e Iugoslávia” (TIMM, 2014, p. 87, grifos do autor). Foi nessa época, também, que as discussões entre pai e filho aumentaram muito, pois ambos queriam mostrar quem tinha mais razão e, por isso, um adotava uma postura mais autoritária e o outro uma postura mais rebelde. Durante esse período, o narrador começou a trabalhar na principal loja de peleteria de Hamburgo e gostava de deixar claro ao pai que ele era incompetente, o que acabou provocando uma relação extremamente conturbada entre pai e filho.

Além disso, a influência norte-americana aumentou muito, provocando mudanças no estilo de se vestir, de se comportar, nos gostos das pessoas de uma maneira geral: “A profunda receptividade aos hábitos americanos, pelos filmes, pela literatura, pela música, pelas roupas, por essa marcha triunfal, tudo isso se devia ao

fato de que os pais não se renderam apenas militarmente, mas também em seus valores e em seu modo de vida” (TIMM, 2014, p. 67).

Enquanto o pai do narrador achava a influência norte-americana descabida, ele e sua geração estavam cada dia mais imersos na cultura estadunidense e achavam a *Amerikahaus* – lugar onde se disponibilizavam livros e exibiam filmes sobre os Estados Unidos – um dos lugares preferidos dos adolescentes da época: “O sonho de todo adolescente era passar um tempo lá, se não emigrar definitivamente. Uma terra onde o sol quase sempre brilhava e onde jorravam leite e mel, onde tudo parecia ser prático, simples e bem feito. Assim os Estados Unidos eram apresentados na *Amerikahaus*” (TIMM, 2014, p. 88-89).

Aos poucos, a crise econômica foi acabando com a família e com a saúde do pai, que passou a beber cada dia mais e, eventualmente, ficou incapaz de lidar com os negócios da família, papel que passou a ser exercido pela mãe. Uma tristeza incapaz de ser traduzida em palavras, uma dor levada em silêncio afetou profundamente o pai do narrador, que nunca imaginaria perder um filho e passar por tantas experiências ruins. Mas que, ao mesmo tempo, carregou a memória do filho para sempre e não conseguiu se desprender da ideia de tê-lo perdido a ponto de construir uma relação mais amigável com o filho mais novo. Isso se deu, também, porque o filho mais novo fazia parte de uma outra geração, cujo hábito recorrente era o da rebeldia ou do questionamento sobre as atitudes adotadas pelos pais durante o período nazista. De acordo com Pereira (2011), nessa geração “[o] perpetrador não é mais uma vítima dos horrores da guerra decorrente do regime nazista, mas é, ele mesmo, culpado pelos acontecimentos, e tal percepção se dá através do olhar do filho” (PEREIRA, 2011, p. 27).

O narrador acabou nunca recebendo o reconhecimento de seu pai e só conseguiu estabelecer uma relação boa com sua mãe, a quem ele dedica uma parte ao final do livro para contar um pouco sobre sua história. Ele ainda comenta ter adiado isso por semanas, exatamente porque falar de alguém que se ama e com quem se tem uma relação boa é ainda mais difícil. A mãe ainda viveu por trinta e três anos após a morte do pai, até seus oitenta e nove anos e, pelo que o narrador comenta, buscava refletir sobre suas atitudes, coisa que o pai não fazia, preferindo se calar ou culpar os outros e não a si mesmo. Por outro lado, a mãe,

[...] que não se interessava por política, se questionava sobre a sua culpa, não com o intuito de atormentar a si mesma, mas no sentido de se perguntar: O que eu poderia ter feito? O que eu deveria ter feito? Pelo menos, deveria ter questionado, dizia ela. Para onde haviam ido as duas famílias judias da vizinhança? Pelo menos essa pergunta deveríamos ter feito, não só para nós mesmos, mas também para nossos vizinhos, e, na verdade, para todos. Somente quando se fala de algo é que é possível estabelecer uma oposição. Essa relutância em falar pode ser explicada por uma necessidade profundamente arraigada de não chamar atenção, de permanecer no grupo, pelo temor de colocar em risco questões profissionais, pelo receio de não obter ascensão social e pelo medo subconsciente do terror do regime. Assim, tornou-se comum a covardia, o silêncio de morte (TIMM, 2014, p. 132).

Por mais que a mãe tenha ocupado um lugar especial na vida do narrador e ele aceitasse os seus posicionamentos, já que ela era aberta a críticas e tentava constantemente fazer o que era considerado certo, quem mais influenciou a constituição da identidade e das visões de mundo do narrador foi o pai, uma pessoa descrita muitas vezes como autoritária acabou moldando a forma como o narrador se via: inferior ao irmão mais velho e incapaz de desenvolver a bravura que era associada ao irmão em todas as reuniões familiares. Foi também o pai que, de certa maneira, provocou no narrador a necessidade de escrever, de falar sobre a sua história e a de sua família:

Talvez tenha sido essa a razão mais profunda do motivo pelo qual o jovem, que agora não era mais criança, decidiu lutar contra o pai e começar a escrever. Uma escrita na qual faltava uma formulação crítica, mas que procurava representar pessoas fictícias em situações de conflito. Ódio, indignação, desprezo. Não eram somente as proibições mesquinhas do meu pai, seu preconceito com tudo que se relacionava a filmes, música e moda que mais me indignavam, mas sim suas fraquezas, essa frouxidão, essa clara tentativa de se esquivar da própria culpa, uma culpa que não resultava de um único crime, mas sim de um comportamento, e de um comportamento que só conhecia ordens e obediência. A quem se tinha sido obediente? De quem vinham as ordens e por quem elas eram repassadas? Como eram as ordens? E quem haveria de assumir a responsabilidade, precisamente o que ele não fazia? Ele fazia algo que acharia desprezível em outros. Uma vez que tomou consciência disso, o jovem percebeu que todos aqueles que ostentavam medalhas de honra ao mérito, a cruz de ferro, e ordens de cavalarias buscavam desculpas para não assumir nenhuma responsabilidade (TIMM, 2014, p. 134).

A partir da escrita, o narrador consegue exteriorizar então o que sentia e não podia dizer ou até mesmo aquilo que muitas vezes era impossível de ser dito no momento em função de seus sentimentos. Além disso, é pela escrita e com a ajuda da escrita (anotações e cartas do irmão) que o narrador se constrói enquanto protagonista de sua própria vida, papel que ele nunca teve a oportunidade de ocupar

em casa, visto que esse espaço sempre foi ocupado por Karl-Heinz, mesmo após a sua morte. Com base nas escritas do irmão, ele constrói então um testemunho que mescla a representação da realidade com suas memórias e experiências de vida. Esse testemunho acaba oportunizando uma reflexão sobre a relação dos indivíduos com a história e pode ser analisado como um documento que problematiza as consequências dos eventos históricos na vida de uma sociedade como um todo.

“*Aqui encerro meu diário, pois considero que não faz sentido escrever sobre as coisas tão horríveis que acontecem às vezes*” (TIMM, 2014, p. 123 e 158, grifos do autor). Assim Karl-Heinz encerra seu diário e o narrador também acaba utilizando essa passagem para encerrar sua narrativa e para problematizar sobre quem estava incluído dentro dessas *coisas tão horríveis que acontecem às vezes*:

Será que nessa decisão, de que não se pode escrever sobre coisas tão horríveis, também estão incluídos os adversários e as vítimas, os soldados russos e civis? Os judeus? No diário não se encontra nenhuma afirmação antissemita e nenhum estereótipo, como aqueles encontrados nas cartas de outros soldados: seres inferiores, escória, insetos, russos estúpidos. Por outro lado, não se encontra também nenhuma frase que expressasse compaixão, não se lê nenhuma insinuação de crítica às condições, nada que pudesse dar a entender uma possível conversão. As notas não revelam nem uma convicção criminosa e nem uma resistência incipiente. O que é possível presumir – e isso é o mais assustador – é uma cegueira parcial, apenas o *normal* é registrado. Mais surpreendente ainda é essa frase e a lacuna que se tem entre o penúltimo registro – *a viagem continua* – e a conclusão de que não se pode mais continuar escrevendo *sobre as coisas tão horríveis que acontecem às vezes*. E aí há o desejo, o meu desejo, de que essa lacuna no tempo possa corresponder a um não, a um *non servo*, que ocorre quando rejeitamos a obediência, demonstrando uma coragem maior que a coragem necessária para abrir brechas nas trincheiras para o avanço dos tanques. Isso seria uma coragem que leva a um isolamento, que se aproxima do orgulho e da dor de um homem solitário (TIMM, 2014, p. 151, grifos do autor).

A partir da memória e da atividade de recordação desse momento tão violento é que o narrador conseguiu refletir também sobre seu passado, colocar-se como alguém além da sombra do irmão, com autonomia para escrever sobre a sua história e a entender, com mais propriedade e com uma visão mais distante, como os momentos históricos afetaram sua família e a sua relação com ela.

Porém, muito mais do que pensar no individual, com suas reflexões pontuais e muitas vezes científicas, ele proporciona ao leitor uma compreensão do global, da violência que está enraizada ainda nas nossas ações diárias e em como é importante refletir sobre elas para que situações desse tipo nunca voltem a acontecer, pois, como comenta Aleida Assmann (2011), “[o] evento do Holocausto não ficou pálido e

descolorido com o passar dos anos, mas, paradoxalmente, está mais próximo e vivo do que se imaginaria” (ASSMANN, 2011, p. 19).

4.2 A irmã mais velha e a violência ditatorial em Marcia Tiburi

“Durante anos, pensei em visitar o túmulo em cuja lápide aparece meu nome, Alice de Souza, nascida em 3/12/1953, falecida em 6/4/1972” (TIBURI, 2018, p. 9). Assim começa a narrativa de *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), da escritora brasileira Marcia Tiburi. Em uma narrativa dividida em dezessete capítulos, já no início da obra o leitor tem a sensação de que o romance será uma mistura de situações, tempos e espaços e que, para entender a narrativa, será necessário mergulhar nela de corpo inteiro, lendo e sentindo cada palavra. Se fosse preciso descrever a obra em uma palavra, essa palavra seria *sentimento*. Um sentimento muitas vezes de raiva ou de descaso, às vezes de um contentamento genuíno, mas nunca de felicidade ou de completude. No segundo parágrafo isso já fica de alguma maneira claro:

Que meu trajeto termine no cemitério, onde acaba a aventura humana quando se tem a sorte de não acabar ainda pior, tem algo de um trocadilho e, ao mesmo tempo, é uma potencialidade a ser levada cada vez mais a sério. Morrer na rua das grandes cidades, na guerra de todos contra todos que se intensifica a cada dia, é mais que uma mera probabilidade. Na guerra entre bandidos e polícia quando já não se sabe mais quem é quem, nessa guerra comum em megalópoles gangrenadas, há certamente menos conjecturas a fazer do que balas perdidas. Mesmo assim, tomadas por alguma espécie de dúvida quanto ao sentido da vida que ajuda a suspender o medo, as pessoas andam por aí, como eu nesta tarde de ventania (TIBURI, 2018, p. 9).

Porém, há quem se engane em um primeiro momento achando que *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018) é um romance sobre as consequências do desenvolvimento das grandes cidades e do aumento da violência. Esse é o pano de fundo da história, ou seja, uma São Paulo distópica que serve de espaço para as ações do presente da narrativa. Entretanto, o que nos levou a analisar essa obra foi o seu enredo, que apresenta muitas similaridades com o romance *À sombra do meu irmão* (2014), de Uwe Timm. Em ambos os romances percebemos que os personagens principais se encontram à sombra do(a) irmão(ã) e que essa situação em particular provoca consequências sérias tanto à vida dos protagonistas como à da família como um todo. Além disso, existe ainda o agravante de eles estarem inseridos

em dois momentos marcantes para a história do Brasil e da Alemanha: o Período Ditatorial Brasileiro e a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo.

Sendo assim, nesse subitem discutiremos o romance de Marcia Tiburi e, mais precisamente, como a irmã mais velha da narradora-protagonista afetou profundamente a sua vida. Enquanto Adriana de Souza, a irmã mais velha, era a preferida de sua mãe e aquela que recebia todo o afeto, Alice de Souza cresceu se sentindo sozinha e inferior. A situação chega ao limite quando Alice é capturada durante o período ditatorial brasileiro e acusada de fazer parte do movimento estudantil contrário à ditadura. Porém, quem fazia parte do movimento era a sua irmã. Apesar disso, Alice acabou sendo presa e torturada durante um longo período, conseguindo, mais tarde, fugir para Lisboa com a ajuda de algumas pessoas.

A partir desse momento, ela não é mais Alice, mas sim Lúcia. Sua identidade é apagada e as lembranças de sua antiga vida e da violência sofrida retornam quando ela volta ao Brasil e encontra Betina, que diz ser a filha de Adriana, sua irmã, em frente ao seu suposto túmulo. Essa situação-limite é o que desemboca em uma narrativa marcada por fragmentos entre passado e presente e o que faz com que Alice/Lúcia resolva lembrar, encarar e contar a sua própria história: “É certo que, mais cedo ou mais tarde, todos os caminhos levam ao cemitério, digo para mim mesma enquanto procuro um modo de encurtar o trajeto. Viver e morrer são dois lados da mesma moeda que é o tempo, não posso deixar de pensar” (TIBURI, 2018, p. 9-10).

Ademais, na sobrecapa do livro, o leitor já tem uma visão do que o aguarda no transcorrer da obra:

Em uma trama marcada por reviravoltas, ressentimentos, dívidas e buscas pela verdade, Lúcia reflete sobre a miséria da condição humana, a inveja, a bastardia e os disfarces que cada um de nós é obrigado a assumir para tentar sobreviver e dar sentido às nossas vidas. A partir do relato de Lúcia, o leitor conhecerá as lembranças de sua infância e adolescência, o protagonismo de sua irmã e a brutal violência do Estado. Nesse contexto, estar vivo ou morto não só é uma questão de sorte como também de perspectiva (Aba do livro *Sob os pés, meu corpo inteiro*, 2018).

Mistura constante entre passado e presente, entre encontros e desencontros, entre buscas que na maioria das vezes não levam a nada, mas ao mesmo tempo a tudo, a milhares de lembranças, de traumas, de experiências. Junto a essa situação particular, o coletivo, a sociedade e a forma como as pessoas tentam mediocrementemente

seguir com suas vidas quando nada mais faz sentido. Uma São Paulo caótica, onde o que hoje parece distante se torna realidade:

O shopping Higienópolis, ocupado por pessoas que antes moravam nas ruas, inclusive crianças, mantém uma loja do Starbucks no térreo como se nada de diferente tivesse acontecido. A elegância caçona das lojas deu lugar a acampamentos. As paredes estão pichadas, as escadas rolantes, paradas. Dos banheiros, um cheiro de esgoto insuportável. Tapo o nariz enquanto compro uma garrafa de água por um preço bem mais alto do que a intensidade da minha sede. Os guardas do café que impedem a invasão dos famintos têm metralhadoras às mãos e permitem a entrada de quem está, segundo as regras que eu desconheço, adequadamente vestido. A água é quase tão cara quanto aquela que ainda nos chega pelas torneiras direto do volume morto do reservatório estadual que o governador, o corpo tomado por um tipo de câncer desconhecido da ciência, administra enquanto bebe um copo cheio de uísque para esquecer a conta dos dias que lhe restam. Absurdo, falta de lógica, eu diria pouco tempo atrás quando não havia percebido que a cidade é um organismo vivo que a tudo se acostuma. É dia e é tarde, o sonho com uma represa de merda, cadáveres envoltos em gaze espalhados pelas ruas e a criança enforcada ainda me vem à mente. Eu me pergunto se é fraqueza de espírito ou se algum topo de sorte é que me levará para casa mais tarde e me fará dormir nesse contexto de intranquilidade (TIBURI, 2018, p. 10-11).

Assim, por meio dos olhos de Alice/Lúcia podemos conhecer o espaço dessa São Paulo perturbadora e, ao mesmo tempo, refletir sobre a sociedade em que nos encontramos, sobre como o momento atual se assemelha a alguns aspectos descritos na narrativa. Além disso, é pelos olhos da protagonista que enxergamos sua vida e o esforço que ela faz para entendê-la de uma maneira diferente da que ela entenderia no passado. É um processo contínuo de compreensão pessoal, que se inicia a partir do momento em que ela decide ir ao túmulo onde estaria enterrada. Essa situação é representativa de um dos aspectos discutidos por Aleida Assmann, ou seja, o da memorização dos mortos a partir do contato com seus túmulos ou com objetos que lhes pertenciam. Para Assmann, “[...] mesmo a memorização religiosa dos mortos depende da recordação dos vivos. A mais antiga e mais difundida forma de recordação social que une vivos e mortos é o culto aos mortos” (ASSMANN, 2011, p. 37).

Na nossa sociedade carregamos ainda um pouco do costume de rememoração dos mortos e um dos exemplos é o feriado de Corpus Christi, data que dedicamos ao culto, à visita às lápides e à manutenção da memória dos mortos. Na narrativa de Marcia Tiburi o contato com a lápide do suposto corpo de Alice – que o leitor sabe que não é verdade – não acontece nesse feriado, mas não é por isso que deixa de ser menos emblemático, visto que a data em que essa visita finalmente acontece é o dia do aniversário de Alice. Dessa maneira, é esse momento único e, também, esse

contato com a lápide que, de certa maneira, proporcionam o desenrolar da narrativa, pois é o momento em que Alice se depara com sua suposta sobrinha, Betina. Um momento cheio de uma emoção contida e de lembranças de um passado que se mostra não tão longínquo assim:

Talvez eu me aproxime demais, olhe demais. É ela, no entanto, que pergunta quem sou, atingindo com sua questão meu corpo morto a boiar na água parada do desamparo. Tento ocultá-lo ao permanecer quieta. Acredito estar escondida na contemplação desse terceiro túmulo, em cuja lápide em forma de pirâmide não há qualquer inscrição. Esse apagamento dos nomes dos mortos é o que há de mais sinistro, eu digo, um pouco desorientada e sem esperar resposta. Evito que ela note meus olhos a escaparem em sua direção enquanto finjo que não ouço a pergunta que ela me faz. Seu olhar sobre mim me obriga a dizer alguma coisa. Digo que me chamo Lúcia e desconverso ao falar que visito o túmulo de uma amiga [...]. Pergunto também qual é seu nome como quem, de algum modo, em uma simples apresentação, pudesse disfarçar o pasmo diante de um rosto tão familiar. Com a firmeza de quem se esforça por produzir a máxima impressão de paciência em um mero ato de fala, ela responde: *Betina* (TIBURI, 2018, p. 13, grifo da autora).

Um encontro cheio de lembranças que, para Betina, não têm significado algum, já que ela não faz a menor ideia de quem é Lúcia de fato. É um encontro de via única que provoca um misto de sensações e reflexões em Alice/Lúcia. Uma das reflexões não faz parte do momento especial em si, mas vai ao encontro da discussão sobre a memorização dos mortos: a escritura presente – ou ausente, no caso da narrativa – nas lápides. Para Assmann (2011),

[a]s ruínas mudas só puderam ser levadas a falar com a ajuda da tradição conservada na memória. A inscrição que reveste de escrita o local, de modo a elucidá-lo, pode vir em auxílio dessa recordação. Sua forma básica é a inscrição sepulcral com seus imutáveis “aqui jaz”, *hic jacet, po tamun*. Uma escrita como essa não apenas não pode ser desvinculada de um local específico, mas ela mesma é o símbolo de fixidez espacial (ASSMANN, 2011, p. 344, grifos da autora).

No caso de Alice, é essa inscrição na lápide que a coloca como morta, que legitima a ideia de que ela está enterrada ali. Porém, de acordo com a narrativa, isso não se coloca como verdade, já que é Alice quem conta sua própria história e deixa claro ao leitor que está viva e em busca de uma aceitação de sua própria existência, a qual foi totalmente influenciada pela irmã Adriana e suas escolhas de vida. Além disso, muito do que aconteceu com Alice também foi influenciado diretamente pela mãe, pela diferença de tratamento dada por ela às duas irmãs.

Esse aspecto é apontado inúmeras vezes pela narradora-protagonista no decorrer da narrativa, mas a primeira vez em que esse descontentamento de fato aparece é quando ela comenta sobre suas horas de liberdade, as quais só aconteciam, porque tanto ela como Adriana tinham um acordo de não contarem à mãe o que de fato acontecia. Enquanto Adriana se reunia com seus amigos ligados ao movimento de resistência, Alice podia aproveitar um pouco de sua vida:

Eram as horas da minha liberdade. O mundo não estava incluído nessa categoria. Eu me contentava em não acompanhar Adriana. Não gostava do papel de vigilante no qual nossa mãe havia me colocado. Não era difícil chegar em casa e dizer para ela, em sua eterna patrulha moral, que tínhamos caminhado por horas para ver vitrines e conversar com as amigas da escola sem ter que mentir demais. Embora fosse a tarefa que me havia sido confiada, eu sempre conseguia desconversar. Um pouco mais tarde, quando Adriana entrou na faculdade, bastava dizer a Dona Elza, que sempre nos esperava para jantar, que eu estava na biblioteca ou no pátio da faculdade de direito lendo um romance qualquer enquanto Adriana assistia a suas aulas. Minha mãe nunca perguntou que livros eu lia. Eu não precisava mentir mais. Chegar em casa no horário predeterminado era suficiente para que tudo seguisse normalmente sem maiores indagações (TIBURI, 2018, p. 16).

O controle constante e essa obrigação imposta pela mãe de que Alice deveria tomar conta da irmã constroem uma relação extremamente complicada tanto entre Alice e Adriana, mas principalmente entre Alice e sua mãe, o que acaba, no final das contas, influenciando a vida de toda a família. Além disso, o leitor vai tendo contato com essas lembranças da infância e da adolescência de Alice e de seu contato com a família enquanto ela relembra determinados momentos de sua vida ao mesmo tempo em que vivencia situações do presente e comenta sobre elas. Vários tempos, memórias e situações se misturam a partir do momento em que Alice decide visitar seu suposto túmulo e encontra Betina, a qual alega ser filha de Adriana, sua irmã. Já esse primeiro contato com Betina, que aceita caminhar com Lúcia – na realidade Alice – até o metrô, produz nela uma coragem sem sentido, fazendo-a retornar às suas memórias mais doloridas e profundas:

Sem saber como explicar quem eu sou, de repente, tomada de uma coragem que só encontrei em minha vida nos momentos de fuga, digo a ela que não quero que se assuste, que preciso fazer uma revelação. Que, de fato, conheci Alice e Adriana, convivi com elas muito de perto. Betina emudece. Me entrega o guarda-chuva enquanto procura a passagem nos bolsos da calça. Ao dizer Alice e Adriana é como se uma senha me obrigasse a perguntar em segredo quem eu sou agora. Surpresa, Betina me diz apenas que não pode conversar mais, que seu tempo esgotou, pede desculpas, é tarde e o menino espera. A garoa para, ela entra correndo no metrô e me deixa só com o guarda-chuva na mão (TIBURI, 2018, p. 17-18).

Desse momento em diante, Alice embarca numa jornada dolorida em busca de si mesma e de suas lembranças. O processo é dolorido, mas necessário enquanto enfrentamento e superação de um passado traumatizante. A pessoa essencial nesse processo acaba sendo Betina, a qual surge repentina e aleatoriamente na vida de Alice, mas que acaba sendo a figura que faltava para incentivá-la a enfrentar seus traumas e falar sobre eles.

A motivação do encontro inicial entre elas é tão grande que, nos dias que se seguem, Alice não consegue pensar em outra coisa que não seja reencontrar Betina. Para isso, ela procura nas redes sociais pelo seu nome e acaba encontrando um perfil correspondente. Após isso, decide enviar uma mensagem com o pretexto de devolver o guarda-chuva que ficou com ela, mas Betina não responde a essa primeira abordagem. Isso não é um motivo capaz de desestimular Alice, que está empenhada em estabelecer uma relação com Betina, relação que ela nunca pôde ter com sua irmã e, muito menos, com sua mãe. Dessa forma, no dia seguinte ela tenta novamente um contato com Betina:

Enquanto penso de que serve essa tela de computador que me faz falar no vazio, escrevo uma nova mensagem a Betina para dizer que não quis assustá-la. Eu mesma estou assustada e não encontro um jeito interessante de falar com ela. Melhor seria conversar podendo ver o que dizem seus olhos. Digo-lhe que não imaginava que uma das irmãs De Souza pudesse ter uma filha. É assim que começo a mentir. Ao omitir que sou uma delas. Ou o que sobrou de ambas (TIBURI, 2018, p. 19-20).

A partir desse momento, Alice assume outra identidade, tanto para Betina como para ela mesma. É uma forma de se sentir segura em meio ao turbilhão de memórias que ela terá de enfrentar. Além disso, nas próprias palavras de Alice, é a construção e articulação de um roteiro básico de toda uma história enquanto ela tenta “[...] parecer uma terceira pessoa, o que de algum modo [ela] realmente [é]” (TIBURI, 2018, p. 22, grifos nossos). Ela mesma se coloca como uma narradora em terceira pessoa de sua própria história, primeiro porque ela não poderia contar à Betina que na realidade ela é sua tia e, segundo, porque ela ainda não está suficientemente preparada para lidar com o passado em que ela é de fato Alice e não mais Lúcia, identidade que ela foi obrigada a adotar como meio de sobrevivência.

Assim como Betina é a figura que incita em Alice esse retorno de certa forma positivo ao passado, como uma atividade em que trará a ela um alívio e uma compreensão maior acerca dos acontecimentos de sua própria vida, também é Betina

a figura que causa um sentimento negativo em Alice ao fazê-la lembrar do momento mais difícil de sua vida: o período em que foi presa política durante a ditadura. Isso acontece no primeiro encontro em que Betina aceita rever Alice e quando ela adota uma posição inquisidora, fazendo perguntas que Alice/Lúcia deveria responder. Nessa situação surge ainda a figura de Luiz, padre que contou à Betina sobre sua mãe e de cuja imagem Alice não se recorda. Todo esse turbilhão de emoções causam uma inquietação em Alice, lembrando-a do que, segundo ela, ela não quer lembrar:

Não consigo encontrar Luiz entre essas manchas desbotadas que são as lembranças. Meu esforço mental está todo em me lembrar de Adriana e me ver de algum modo como alguém que é capaz de se expressar como uma estranha quando o assunto é a própria vida. Que eu seja obrigada a falar rápido e de uma vez é um modo que Betina tem de me coagir, é o que penso em revelar. Talvez eu devesse dizer isso a ela, o que não faço por medo de parecer agressiva como ela mesma vem sendo desde que começamos a conversar. Betina parece uma inquisidora com essas perguntas opressivas, essa insistência, essa dureza. Devo ser compreensiva, digo a mim mesma, sua desconfiança, eu explico por minha própria conta e risco, é um sentimento natural. Além do mais, não posso obrigá-la a gostar de mim. Se eu pudesse, é o que faria. Não tenho, no entanto, a obrigação de dizer o que sei e muito menos o que não sei. Já fui obrigada a algo desse tipo, a falar sem saber, a dizer qualquer coisa quando, na verdade, não tinha nada a dizer. Não imaginava que encontraria o germen da mesma tática sobrevivendo no dia a dia por meio de uma pessoa tão jovem como ainda é Betina. Não sei se ela percebe o que faz. Respiro fundo, assustada com o que vejo em Betina. Ela me lembra o que não quero lembrar, os tempos da ditadura e os tempos que a antecederam quando eu era outra pessoa, alguém com quem tento entrar em contato agora sem saber se isso será possível (TIBURI, 2018, p. 22-23).

Essa citação é importante em diferentes aspectos, sendo o primeiro o fato de que Alice ainda não se sente como ela mesma. Ela se sente uma estranha de sua própria vida e um dos motivos para isso é o fato dela ter sido obrigada a abdicar de sua vida em função de um regime ditatorial extremamente violento e opressivo, além de ter sido obrigada a trocar de identidade, de deixar a Alice de lado para se transformar na Lúcia como meio de sobrevivência. Além desse aspecto, um outro ponto importante é a maneira como Alice descreve Betina e suas atitudes que, na opinião dela, demonstram uma postura muito agressiva, um comportamento que a desaponta, pois ela tinha, no fundo, a esperança de que esse tipo de atitude não fosse mais recorrente como era no passado. Um outro aspecto importante é o esforço de Alice em ser compreensiva, em tentar justificar as atitudes de Betina como uma condição para ser aceita por ela, para ser amada. O que fica claro quando ela comenta que, se pudesse obrigá-la a gostar dela, obrigaria. Isso remete a situações do passado da narradora

que serão melhor discutidas posteriormente, mas que estão estritamente relacionadas à relação que Alice gostaria de ter tido, principalmente com a mãe, mas que nunca teve a oportunidade por ser, na maioria das vezes, colocada de lado em detrimento da irmã mais velha, Adriana.

Porém, o aspecto que gostaríamos de focar no momento é em relação ao que a presença e a atitude de Betina podem causar em Alice nesse segundo encontro. Um desconforto e uma inquietação em relação a um passado que Alice não quer lembrar. Entretanto, é Betina quem provoca nela essa necessidade de encarar o passado, de sentir as memórias, de falar sobre elas como um mecanismo de sobrevivência a si mesma. Isso fica claro quando Alice comenta: “A violência dessa coação organizada em palavras interrompe a presença da memória. A memória simplesmente não nasce, senão na língua de Betina transformada em fórceps me obrigando a sair de mim” (TIBURI, 2018, p. 23). Dessa forma, Betina, com sua postura inquisidora, é a única pessoa capaz de fazer com que Alice reflita sobre suas memórias e fale sobre elas, mesmo que precise se colocar como uma terceira pessoa diante de Betina.

Além disso, um dos motivos por Alice ver em Betina essa força capaz de obrigar a memória a sair dela mesma é o fato de Betina ser a única pessoa que faz parte da família e com quem ela pôde ter contato nos últimos anos e porque seus olhos lembram os de Adriana, aspecto que Alice comenta inúmeras vezes durante a narrativa e que a incomoda de alguma maneira. O ápice desse desconforto ocorre no final do segundo capítulo, em que, novamente, Betina se comporta de uma maneira agressiva e exige respostas:

Então, sem mais nem porquê, Betina fixa os olhos em mim e volta a se sentar. Traz seu corpo todo para a frente e me encara com a intensidade que Adriana punha sobre mim quando eu falava alguma coisa que não tínhamos combinado de dizer para nossa mãe. Eu engulo em seco para, com o melhor disfarce que posso, perguntar o que aconteceu. Ela me diz *você sabe. Fale*. Sabendo que não tenho muito tempo para pensar, as palavras me saem pela boca como fotografias antigas nas quais não se consegue distinguir bem as imagens. Busco aquele tempo, procuro um foco. Só o que me vem à mente é a tristeza que me impede de pensar, e temo que em segundos um pavor maior que todos os já vividos fale por mim. É nesse momento que peço a Betina que conversemos devagar, que eu preciso de tempo, que não é fácil para mim contar o que se passou com Alice e Adriana e que, sobretudo, há muita tristeza naquilo que sei. Que certas coisas deveriam ficar guardadas e fora de uso para sempre. Nós nos despedimos prometendo essa conversa para a próxima vez. Observo Betina se afastar, ela se volta para trás e quase grita: *você me deve uma explicação* (TIBURI, 2018, p. 28, grifos da autora).

O leitor fica com aquela interrogação: *mas porque Alice/Lúcia deve uma explicação a Betina?* Porém, enquanto leitores, somos obrigados a ir devagar, com a mesma calma que Alice espera de Betina. O processo de desenterrar memórias é extremamente difícil para Alice em função da tristeza que envolve muitas dessas lembranças. Dessa maneira, é um processo dolorido que exige tempo e, muitas vezes, algum gatilho. Porém, em seguida a essa conversa com Betina, Alice começa a falar sobre suas memórias por meio de alguns episódios da infância, os quais já mostram a relação complicada que ela tinha com sua mãe. Na primeira vez em que Alice comenta especificamente sobre algo do passado, sobre o momento em que sua família se muda para São Paulo, as personagens que ganham destaque são precisamente sua mãe e irmã:

Meus pés estão presos desde que chegaram ao chão. Pesam agora sobre a mesma rua Maria Paula onde meus pais moraram durante os anos em São Paulo. Minha irmã, um pouco mais velha do que eu, é menina de colo e é levada por meu pai no dia em que se mudam para o imenso apartamento cujas portas estão fechadas em minha memória. Aos poucos essas portas são abertas pela imaginação e vejo minha mãe atrás dele. Está grávida e caminha devagar. Muito tempo depois, estou a fazer a lição da escola sobre a mesa da cozinha enquanto ela conversa com uma amiga que elogia a decoração da casa e o bolo de laranja que ela lhe serve (TIBURI, 2018, p. 29).

Nesse momento Alice fica tentando entender o peso de sua mãe e faz uma analogia com um elefante, chegando a desenhar um em seu caderno. Ao descrever essa situação, Alice reflete sobre esse passado e essa situação comentando que naquele período “[...] minha mãe pareceria mais bonita aos meus olhos se fosse um elefante do que sendo ela mesma” (TIBURI, 2018, p. 29). A partir desse momento, ela começa a falar sobre sua mãe e em como a sua postura era diferente em relação às duas filhas. Enquanto Adriana recebia toda a atenção, carinho e zelo, Alice era relegada a segundo plano, à sombra. Ela era aquela que nunca seria capaz de chegar ao patamar de Adriana, aquela que não interessava a ninguém. Ela era invisível.

Voltamos de um passeio com a escola e ela nos espera em um final de tarde. Oferece um pedaço de bolo de chocolate a Adriana, perguntando como foi a visita ao parque, o que ela comeu durante o piquenique, se viu o bicho-preguiça. Ao entregar o prato com o bolo e um copo com o suco de laranja que acabou de espremer, aproveita para ajeitar a presilha nos cabelos de Adriana, evitando que caiam em seus olhos. Observo os gestos do canto que é o meu lugar. Sou invisível. Adriana come rapidamente até o fim enquanto conta sobre a professora que explicou sobre o clima, as rochas, a vegetação e a fauna do Jaraguá. Comenta sobre as araras e os papagaios. E aproveita

para dizer que um pousou em meu ombro e que eu não me movi. Quando minha mãe percebe onde estou, pergunta se também quero o que Adriana acaba de comer. Respondo que não estou com fome, com medo de atrapalhar a conversa da qual eu não faço parte. Minha mãe traz um pedaço de bolo mesmo assim. É como lembro agora, um pedaço de bolo e um garfo, falta o copo de suco, mas isso pode ser apenas uma fantasia (TIBURI, 2018, p. 30).

A partir das descrições da narradora-protagonista podemos perceber como a presença ou ausência dela não era sequer percebida, como ela era uma sombra para a própria família. Com pouco menos de um ano de diferença da irmã mais velha, Adriana, Alice nasceu prematuramente e sempre se mostrou um fardo à mãe, que sempre se queixava do jeito da filha mais nova e exaltava as belezas da irmã mais velha. Por terem uma idade muito próxima, a mãe ainda vestia as filhas de forma idêntica a fim de que elas parecessem gêmeas e as obrigava a andar sempre de mãos dadas, sempre juntas.

Os comentários da mãe apresentados pela narradora ao longo da narrativa acabam produzindo uma sensação estranha no leitor, que não consegue entender porque e como uma mãe é capaz de tratar uma filha da maneira como a mãe de Alice a tratava. Eram comentários que sempre a diminuía, que a colocavam em um patamar inferior à Adriana, por mais que ambas fossem muito parecidas, sobretudo fisicamente:

A diferença entre nós, quando bem pequenas, e mesmo depois quando éramos jovens, nunca foi algo tão visível: não fossem os cabelos pretos e fortes de Adriana e meus cabelos frisados, como minha mãe gostava de explicar, seríamos a mesma pessoa. A diferença radical, se houve, nunca esteve tanto em nossas características físicas. Minha mãe gostava de dizer que Adriana se movia, que era dinâmica e animada. Que eu era lenta, que vivia parada no espaço e no tempo, que só meus cabelos se moviam como cobras na cabeça da Medusa (TIBURI, 2018, p. 31).

Essa relação estranha e conturbada acabou afetando profundamente a maneira como Alice se enxergava e também como ela enxergava a irmã. Para Alice “[n]ão importava a ocasião, sempre compareci na condição de *irmã de Adriana*. Ela não. Minha irmã nunca foi minha irmã. Adriana sempre foi ela mesma” (TIBURI, 2018, p. 32, grifos da autora).

Principalmente após as constantes comparações, em que Adriana sempre se sobressaía, Alice passou a aceitar que nunca estaria à altura da irmã. Enquanto Adriana era a menina graciosa, solidária, simpática, Alice evitava contato com as

peessoas, preferia ficar em silêncio no seu canto, no canto em que ela sempre se sentiu mais confortável. Ao comentar sobre isso, Alice deixa claro como essas comparações a afetaram negativamente e, ainda, como a forma com que todos tratavam Adriana fez com que ela se colocasse à sombra da irmã, assim como aconteceu com o narrador de *À sombra do meu irmão* (2014). Nas palavras de Alice:

Eu tive medo dos elogios com os quais Adriana conviveu tão bem, porque, para mim, eles seriam sempre precedidos de um porém, de um mas, de um menos em comparação ao caráter irretorquível dos elogios dirigidos a ela. Eu tinha medo de estar em evidência por um segundo que fosse, o que Adriana, por sua própria natureza, enfrentava com uma naturalidade espantosa. A perfeição era o que ninguém exigia de mim. Ao lado, à sombra de Adriana, com meus cabelos indecisos, com minha inexpressão, ainda que com um vestido igual ao dela, eu era totalmente diferente de Adriana e estava condenada à imperfeição pelo simples fato da comparação. Eu não precisaria aparecer ou me esconder, ninguém notaria minha ausência. Por não ser Adriana, bastava me recolher em meu pequeno campo de sonhos que era, naquela época, uma folha de papel em branco, e desenhar por horas. Eu ficava assim, abandonada, aos traços que me ajudavam a tornar o mundo mais nítido, até que minha mãe entrava em nosso quarto e, vendo-me desenhar, perguntava porque eu não aprendia a desenhar direito e não fazia um retrato de Adriana (TIBURI, 2018, p. 32-33).

Alice tentava escapar de sua própria vida por meio, nesse primeiro momento, dos desenhos, mas até mesmo nesses momentos em que ela tentava se desligar do mundo, ela era interrompida com algum comentário da mãe sobre a irmã. Por essa influência majoritariamente negativa, a mãe de Alice ocupa um importante papel na sua história. E, diferentemente de *À sombra do meu irmão* (2014), em que a mãe não ocupa um papel tão importante quando comparado ao pai, na narrativa de Tiburi a figura do pai praticamente não aparece. Ele é meramente a pessoa responsável por sustentar a família e, por conta do trabalho, quase sempre não se encontra em casa, o que acaba relegando à mãe a tarefa de cuidar da casa e das filhas. O contato de Alice com seu pai também praticamente nunca existiu. Eles conviviam nos poucos momentos em que o pai estava em casa, mas nunca trocaram uma palavra. Assim, quando comenta sobre seu pai, a narradora aproveita apenas para fazer uma crítica à posição submissa que sua mãe adotou no casamento e o quanto isso se mostra cruel a ela:

Depois de terem passado por Porto Alegre e Curitiba, no circuito do frio, onde minha mãe passou meses sozinha e apavorada, Adriana com pouco tempo de nascida, meu pai pilotando aviões para fazendeiros a despejar agrotóxicos sobre plantações pelo Brasil afora, minha mãe a esperar por ele, meu pai bem mais velho do que minha mãe dizendo que ela deveria ter ficado em

Bom Jesus enquanto ele trabalhava para ganhar a vida. Minha mãe, que não fazia muita coisa, se escondia no único lugar onde podia existir, esse lugar mais que esquisito de esposa e mãe, esse lugar verdadeiramente cruel ao qual havia sido destinada. Esse lugar onde se está sem que se possa existir. Ela, a funcionária da casa encarregada de cuidar para que meu pai fosse feliz e para que fôssemos educadas. A que devia controlar para que ele não fosse perturbado com nossas necessidades de meninas. Meu pai, como um móvel isolado dentro de casa. Não me lembro de ter conversado com ele nenhuma vez sobre qualquer assunto (TIBURI, 2018, p. 34).

Ao mesclar informações sobre sua vida, suas memórias e experiências com críticas duras à sociedade e à humanidade como um todo, Alice se mostra ao leitor como alguém com uma capacidade de empatia diferente, com uma preocupação sincera com tudo e todos que a cercam. Porém, essa preocupação muitas vezes se esvai em função dos inúmeros problemas sociais que Alice sabe que, possivelmente, não têm mais solução. A esperança de dias melhores vai se perdendo e só é recuperada por uma personagem que ocupa um papel muito importante na narrativa de Tiburi: Betina. Aquela que supostamente pertence à família, mas que nunca tinha feito parte da vida de Alice e que, mesmo assim, consegue devolver as forças que ela necessitava no momento.

Betina é a esperança de uma família, do afeto e amor que Alice nunca recebeu. Além disso, ela é a responsável, aos olhos de Alice, por provocar uma vontade de olhar o mundo, de sair de seu casulo, da sombra a que ela sempre esteve destinada, desde criança. Ao falar sobre essa mudança de perspectiva, Alice lembra de uma situação do passado e, poeticamente, comenta sobre o papel de Betina nesse processo de mudança de visão sobre o mundo:

Meus olhos se fecham como quando, ainda menina, lendo um livro deitada no chão da sala, vejo a imagem do planeta na televisão ligada diante da qual estão meus pais e passo a noite sem dormir pensando no absurdo, pensando que aquela imagem de um mundo inteiro é absurda, porque os seres humanos que somos nós, e toda a nossa invenção humana, nós simplesmente não existimos se olharmos o mundo tendo em vista a amplitude do planeta. Desde então, vejo o mundo com esses olhos emprestados de uma câmera no espaço, eu os fecho com medo do que posso ver. A presença de Betina muda esse foco por algum motivo e eu penso em comprar um telescópio e entender melhor o que realmente se passa além do lugar onde vivo e onde aprendi a me esconder (TIBURI, 2018, p. 35-36).

Em seguida a essa reflexão e a esse olhar mais abrangente sobre o mundo é que Alice comenta pela primeira vez sobre a época em que ela esteve presa durante o período ditatorial brasileiro. Para entrar nesse assunto, ela relembra de um episódio

de sua infância, quando sua irmã sugere delas fugirem para a Capadócia. Na época, Alice ficou sem entender porque a irmã gostaria de deixar a família e porque para a Capadócia, que, naquele momento, permaneceu para ela como um nome próprio e não como uma região. Trazemos a explicação dessa memória de Alice para apresentar o primeiro momento em que ela fala sobre a prisão na narrativa e porque essa lembrança é tão emblemática:

Na escuridão da cela, era a única palavra da qual eu me lembrava, a única que eu dizia quando já não podia mais suportar as dores, os choques, era a palavra que me vinha à mente como se Adriana estivesse me chamando para fugirmos, como se a Capadócia estivesse adiante, não naquela sala onde éramos supliciados, ao contrário, o mundo onde eu estaria a salvo, um lugar ao qual se pode chegar abrindo bem os olhos, concentrando-se para não sentir dor, um lugar que, mesmo não existindo, certamente seria melhor do que aquilo que podíamos conhecer (TIBURI, 2018, p. 37).

Quando falamos sobre a ditadura precisamos ter em mente, sobretudo, que a violência foi uma das principais características desse período. Em uma articulação entre repressão e informação, milhares de pessoas foram torturadas, desapareceram e/ou morreram e muitos familiares não têm sequer notícias do paradeiro de seus entes queridos até hoje. De acordo com Samantha Quadrat (2012),

A segunda metade do século XX pode ser apontada como um período de enfrentamento e lutas políticas, especialmente entre os anos 1960 e 1980, no Cone Sul da América Latina. As ditaduras marcaram a trajetória do Paraguai (1954), Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973) e Chile (1973). Nesses anos, a violência, ainda que não seja uma exclusividade dos governos autoritários da região, foi uma das principais características da vida política, tornando a tortura e outras formas de violações dos direitos humanos uma prática institucionalizada de Estado (QUADRAT, 2012, p. 20).

Assim, tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, a segunda metade do século XX foi marcada por governos autoritários que usavam da violência e da violação dos direitos humanos como práticas legitimadas pelo Estado. Com isso, muitas pessoas foram capturadas e torturadas de maneiras inimagináveis e, quando falamos e refletimos sobre a violência cometida durante esse período, muitas vezes ficamos sem palavras tentando entender os absurdos que um indivíduo pode cometer contra outro. Nesse processo, a literatura acaba sendo de grande valia, pois tem a capacidade de representar, de inúmeras maneiras possíveis, o que foram os horrores cometidos durante esse período.

Além disso, quando falamos da articulação entre a literatura e a história também precisamos levar sempre em consideração a memória e a recordação. De acordo com Assmann (2011), “[n]a era da imprensa a escrita criou novos espaços da recordação. A impressão de livros quebrou o antigo monopólio da recordação exercido pela Igreja e pela corte e possibilitou novos acessos à memória e à recordação” (ASSMANN, 2011, p. 54).

No que tange ao caso brasileiro, durante o regime e após o seu fim inúmeros romances que dialogam sobre o período foram publicados. Em um estudo elaborado por Regina Dalcastagnè (1996) durante o mestrado e que acabou se transformando no livro *O espaço da dor* (1996), a autora selecionou os seguintes livros que ela julga representativos do período: *A festa* (1976), de Ivan Ângelo, *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, *A voz submersa* (1984), de Salim Miguel, *Incidente em Antares* (1971), de Érico Veríssimo, *Os tambores silenciosos* (1977), de Josué Guimarães, *Reflexos do Baile* (1997), de Antonio Callado, *Sombras de reis barbudos* (1972), de José J. Veiga, *Tropical sol da liberdade* (1988), de Ana Maria Machado, e *Zero* (1974), de Ignácio de Loyola Brandão. Ela seleciona essas obras como *corpus* de análise, porque, segundo ela, esses romances são

[...] obras engajadas porque se pretendem, sim, denúncia social; porque são contestação e crítica ao autoritarismo e à brutalidade que assombraram o país a partir de 1964; porque se propõem mesmo a ser documento do horror. Um documento que se estabelece não como análise dos jogos do poder ou descrição de torturas, mas como acolhida à dor de suas vítimas, como espaço onde a história dos vencidos continua se fazendo, lugar onde a memória é resguardada para exemplo e vergonha das gerações futuras (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 24-25).

A autora utilizou romances sobretudo dos anos 70, quando o regime ainda estava em vigor. Contudo, existem também muitas obras recentes que discutem de uma maneira bastante pontual as consequências desse conturbado momento político da história do Brasil. A partir de 2014, quando se completaram 50 anos do golpe de 1964, houve um *boom* nas produções literárias sobre a ditadura, tendo como exemplos de obras mais recentes o romance *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, *K.: Relato de uma busca* (2014), de Bernardo Kucinski, e *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla. Além desses e de outros romances publicados nos últimos anos, temos o romance de Marcia Tiburi analisado nesta dissertação e que, por sua recente produção, ainda não possui trabalhos acadêmicos que se debrucem na sua

análise. Pensando nisso e também nas similaridades que essa obra apresenta com o romance de Uwe Timm, é que resolvemos, por meio dessa dissertação, dar voz à Alice e às suas experiências durante a ditadura militar brasileira, mostrando a necessidade de nos sensibilizarmos com essa situação e suas sérias consequências à vida de milhares de pessoas. Por meio da narração de Alice sobre sua vida, o leitor consegue entender, por exemplo, como funcionava a questão dos informantes durante o regime e, também, se choca ao ler sobre as situações que Alice teve de suportar.

Ao falar sobre esse momento tão pesado de sua história à Betina, ela decide inverter os papéis e sair da posição coadjuvante à qual sempre foi submetida:

Diante de Betina, uso uma máscara, como se eu invertesse as regras dos jogos que poderiam ser aceitos e, de repente, presa ao que estou a inventar, eu precisasse seguir com a obra que comecei a construir. É quase involuntário, ainda que eu saiba, no fundo eu sei, o que faço e o que espero. Uso a história de Adriana para construir essa personagem diante de Betina. Estou pronta para salvar Alice de sua insignificância. Devo dividir com Alice o brilho de Adriana para que Betina não pense que sua mãe era uma heroína enquanto eu sou apenas a coadjuvante de uma história que não me coube viver por inteiro (TIBURI, 2018, p. 46).

A partir de então, quando Alice resolve contar para Betina o que aconteceu no passado, ela, na posição de Lúcia, ou seja, de uma terceira pessoa, inverte as situações e coloca Alice como a líder do movimento contra a ditadura e Adriana como a menina que não sabia de nada. Além dessa necessidade de se colocar, mesmo que Betina não saiba, em uma posição de ação, de uma pessoa que tinha um ideal de vida, Alice também se vale dessa e de outras tantas invenções e mentiras para conseguir lidar com o passado, com as cicatrizes que ele deixou, com as memórias. Não é fácil encarar um passado cheio de dor e tristeza, cheio de situações traumáticas que o tempo não consegue curar. Dessa forma, Alice não consegue enxergar suas mentiras de uma forma negativa, pois nenhuma mentira é capaz de se equivaler à verdade da violência que ficou marcada em seu corpo e em sua memória:

Betina me olha transformada em estátua de sal. Eu prossigo. Sei que ela é capaz de suportar o que conto. Eu suportei coisas piores, é a frase que mantenho em silêncio como se um ressentimento de fundo falasse apenas para mim mesma. Qualquer mentira, mesmo a mais espúria, é melhor do que a verdade que conheço na pele cravada de cicatrizes que se tornaram invisíveis com o tempo. Ao procurar os acontecimentos enterrados na memória, não me sinto livre para fazer nada além de desviar a atenção sobre o que o passado realmente possa significar agora que estou diante de seu retorno (TIBURI, 2018, p. 46).

Com o tempo, cicatrizes se tornam invisíveis no corpo, mas na memória elas se fazem sempre presentes e, em Alice, isso aparece quando ela comenta, por exemplo, que não consegue sentir mais nada. Isso é recorrente na obra e aponta como as crueldades perpetradas pelo governo e seus apoiadores durante a ditadura produziram consequências irreparáveis tanto ao corpo quanto ao psicológico: “Eu choraria, se um gesto como esse fosse possível para mim” (TIBURI, 2018, p. 25). A violência tira uma das coisas mais essenciais ao ser humano: a sua capacidade de sentir. Alice deixa isso claro ao apontar que não tem mais forças para sentir:

Pago o que posso pagar recebendo a parte de rancor que me cabe, aceitando o sarcasmo e a ironia nas palavras de Betina, palavras que não vêm desvestidas de agressividade e que, certamente, me machucariam se eu fosse alguém que ainda pudesse sentir algum tipo de dor. Eu me tornei praticamente imune. Recebo suas pequenas agressões diárias como uma gota de água, não a que faltava, nem mesmo como memória do sofrimento, quando muito essas pequenas agressividades passivas provocariam uma lágrima que escoaria se eu, na posição da personagem indesculpável que ocupo, tivesse forças para deixá-la cair (TIBURI, 2018, p. 58).

No decorrer da narrativa Alice se envolve com inúmeras pessoas, mas se antes do período em que ela foi presa, ela ainda aparentava ter alguma sensibilidade para com essas pessoas, por mais que vivesse se sentido à sombra e preferisse ficar em silêncio em seu canto, depois desse período ela não consegue estabelecer nenhum tipo de relação mais íntima, como é o que ocorre com Antonio, descrito por Alice como *trabalhador sexual*. Isso fica claro quando ela comenta sobre o medo que ela tem dele ou de outro homem querer chegar em sua casa e não ir mais embora: “Betina demorará a vir a este apartamento. Antonio nunca entrará aqui. Tenho medo de compartilhar com ele ou com qualquer homem esta parte da minha vida, o lugar onde moro. Medo de que garotos como ele cheguem e não queiram mais ir embora” (TIBURI, 2018, p. 22). Assim, ela tem apenas relações sexuais com ele e, no máximo, alguma troca de palavras, mas isso também a incomoda, visto que ela não suporta por muito tempo os assuntos de Antonio e abstrai muita coisa do que ele diz, por o considerar muitas vezes intelectualmente inferior.

As únicas pessoas com quem Alice consegue estabelecer uma intimidade, abrindo sua casa e, de certa forma, seu coração ao agir de uma maneira mais receptiva, carinhosa e sincera é com Betina e seu filho, João. Após algumas discussões entre Alice e Betina, Betina surge um dia com o filho e pede para que Alice o cuide por uma noite. Após esse episódio, o menino acaba passando os dias com ela

após a ida à escola pela manhã. Eles começam a estabelecer um vínculo de amizade e isso desperta em Alice uma vontade de auxiliá-lo nas tarefas, de cuidá-lo de alguma maneira. Com muito zelo, ela cuida do menino de uma forma que nunca se sentiu cuidada por ninguém, pois ela tinha uma família, mas, ao mesmo tempo, comenta que nunca conheceu de fato sua irmã e que, dentro de casa, era como se ela não existisse para Adriana e a mãe.

Outro aspecto sobre o qual Alice comenta algumas vezes na narrativa é a similaridade entre Adriana e Betina. Como Alice comenta que nunca conheceu de fato sua irmã, Betina surge como a possibilidade para que isso aconteça, para que ela se sinta de alguma forma próxima à irmã. Porém, isso também faz com que ela relembre de seu passado e da maneira como ela construiu a sua identidade para se diferenciar da irmã ou para ter, ao menos, características singulares:

Betina é cheia de regras e manias. Eu acho graça do seu jeito metódico, das suas idiossincrasias, dos seus cacoetes. Adriana também era assim, organizava coisas inúteis, dava valor ao que não fazia sentido. Lembro da coleção de papéis de carta, das roupas organizadas por cores no guarda-roupa, do cuidado com os cabelos que sempre me pareceu excessivo, das unhas milimetricamente cortadas enquanto eu me vestia com o que aparecia pela frente, usava cabelos curtos, roía as unhas, talvez para compensar o zelo de Adriana consigo mesma, talvez para me banalizar um pouco e me sentir de algum modo capaz de criar meu próprio estilo pela falta dele (TIBURI, 2018, p. 54).

Na relação estabelecida com Betina há também muita dor, visto que a menina cobra por explicações sobre o que aconteceu com sua mãe. Para falar sobre isso, Alice precisa criar uma história, pois ela não pode se colocar como a tia de Betina. Dessa forma, ela se coloca como Lúcia, uma terceira pessoa que é testemunha de um passado de luta e tristezas. Ao fazer isso, como já comentamos, Alice inverte os papéis e coloca a irmã como a pessoa que nada sabia sobre o movimento e a si mesma em uma posição de protagonismo, coisa que ela nunca teve a chance de ser: protagonista de sua própria vida, de sua própria história. Além disso, Alice comenta o seguinte: “[p]refiro seguir assim enquanto eu mesma tento entender o que se passa comigo, e, como não sei o que dizer, me permito criar histórias, desviar os significados, trocar Alice por Adriana, Adriana por Alice e me manter sóbria, a salvo de ser eu mesma” (TIBURI, 2018, p. 71).

Todo esse processo envolve uma atividade constante de recordação que mexe profundamente com as lembranças que Alice tinha de seu passado. Além disso, ele é

desencadeado muitas vezes por perguntas feitas por Betina como, por exemplo, se Alice/Lúcia sabia quem era seu pai. A partir desse momento, Alice fala pela primeira vez sobre León, filho de fazendeiros com que Adriana (na verdade Alice) se envolveu na adolescência. León era, na verdade, um informante infiltrado do governo que acabou delatando os integrantes do movimento ao governo. Para refletir sobre isso é necessário ter em mente que milhares de militares frequentaram até mesmo cursos sobre como se infiltrar e coletar informações sobre os apoiadores do movimento contrário à ditadura e muitos dos documentos que ensinavam aos infiltrados sobre como se comportar foram publicados ainda no período democrático. Samantha Quadrat (2012) comenta sobre um desses documentos:

No documento reservado intitulado *Noções sobre operações clandestinas*, de abril de 1960, é possível conhecer as orientações sobre como deveriam ser organizadas as ações secretas. O material é extremamente didático e ensina desde como deveria ser a estrutura de comando até o comportamento do agente. A seção intitulada *Infiltração* já nos demonstra algumas das técnicas adotadas durante o período ditatorial. Segundo o documento, o infiltrado deveria adotar uma nova personalidade e criar uma história sobre suas atividades anteriores que fosse sensata e, na medida do possível, próxima à realidade do agente. A ideia era que o agente não fosse pego em contradições no decorrer da sua infiltração. Para isso deveria estudar minuciosamente detalhes da cidade, possível profissão etc. Outro fator que foi destacado era para que o agente não se mostrasse importante e nem próximo dos líderes, pois, segundo o manual, as lideranças se conhecem, convivem e o agente poderia ser facilmente desmentido (QUADRAT, 2012, p. 26-27, grifos da autora).

Assim, a questão da coleta de informações por meio de agentes de informação foi muito comum durante todo o período da ditadura militar brasileira e todos eles buscavam seguir as orientações presentes nesses tipos de documento. Na narrativa de Tiburi, quando Alice fala então sobre León, o leitor tem contato com a forma de vida adotada por ele e, aparentemente, não percebe nada de diferente ou suspeito, mas Alice comenta que sempre desconfiou dele:

Conto a Betina sobre León, que nesse momento adquire a dignidade de um personagem, coisa que como pessoa real ele não poderia ter. Retiro-o de um baú de coisas velhas, gastas e guardadas pelo princípio do esquecimento. Digo que Adriana saía com ele e que, avoadada como era, enquanto estávamos organizando a revolução ela passava as tardes nas praças e lanchonetes com aquele rapaz sem graça, filho de fazendeiros, dono de empresas de ônibus já naquela época, de revendas de carros, de laboratórios, de farmácias e supermercados. Alguém de quem desconfiei desde o começo. Que por isso suas notas no colégio eram as piores, o que era compreensível, ela estava apaixonada, não pensava em outra coisa, queria se casar e ter filhos o mais breve possível. Explico que esse tipo de desejo era comum

naquela época. Que Adriana era assim e que não se pode condenar os sonhos de uma jovem em tempo algum, muito menos naqueles tempos (TIBURI, 2018, p. 64-65).

Outro aspecto bastante comum durante o período ditatorial era a tortura, uma violência inimaginável cometida por homens que buscavam informações e que não tinham limites na busca dessas informações. Na narrativa de Tiburi, a narradora aborda isso com mais detalhes quando fala sobre seu desejo e, ao mesmo tempo, não-desejo de ser mãe. Quando ela olha para Betina, ela agradece por não ter tido filhos, mas quando olha para João, ela se entristece pelo mesmo motivo. Porém, nesse mesmo momento, o leitor descobre que ela foi mãe enquanto estava presa, passando, assim, sua gestação na cadeia, sofrendo diariamente torturas e desejando estar morta: “[...] quando as mulheres estão em hospitais amparadas pelo amor familiar como nas situações normais [...], eu estava presa com uma imensa barriga e sentia vontade de morrer e a última coisa que eu poderia querer ali onde estava era estar grávida” (TIBURI, 2018, p. 73). O leitor consegue perceber, a partir das descrições, como a situação era incrivelmente desumana:

Quando souberam que, mesmo grávida e doente como estava, eu não ia falar, sem que jamais tivessem acreditado que eu não sabia o que falar, os encarregados das ações, que apenas anos depois eu entendi serem torturadores, partiram para atos considerados por eles mesmos como mais leves, e esses atos mais leves eram as agulhas enfiadas sob as unhas, o tapa simultâneo nas orelhas que chamavam com aquele nome estúpido de telefone. Faziam o que faziam enquanto riam. Riam muito, como só é permitido a quem perdeu ou nunca conheceu o senso de dignidade. Sempre riram. Sempre usaram a humilhação verbal como tática de aniquilação da pessoa que tinham como objeto no momento da tortura, vim a saber muito depois. *Essa é aquela, a santinha, a irmã da putinha*, eles diziam entre tantas frases impossíveis de guardar na memória, tamanha a estupidez das palavras que as compunham, palavras cuspidas em estado de êxtase que eu lembro agora, mesmo que seja impossível repetir, que eu lembro mesmo que tenha evitado pensar nisso por décadas, porque foram tatuadas no meu corpo, no fundo do meu corpo transformado nesse espírito, milímetro por milímetro, na matéria de que é feito o próprio nada (TIBURI, 2018, p. 74, grifos da autora).

Seres humanos desumanos que tinham por objetivo tirar algo de mais essencial do indivíduo: a sua dignidade. Uma violência sem sentido, perpetrada por homens que buscavam nomes quaisquer que justificassem de alguma forma suas vidas por meio de uma perseguição também sem sentido. Foram essas situações que ficaram marcadas na memória e no corpo de muitas pessoas e cujo relato de Alice é capaz de sensibilizar aqueles que nunca passaram por uma situação de violência desse tipo a sentirem, de alguma forma também na pele – pois o relato é muito sensível –, os

horrores cometidos durante o período ditatorial. Esse também acaba sendo o papel da literatura de um modo geral: o de sensibilizar o leitor e de tentar traduzir em palavras as situações mais desumanas que podemos imaginar ou de “[...] fazer com que vivamos acordados os piores sonhos da humanidade” (NETO, 2015, s.p.). De acordo com Regina Dalcastagnè (1996):

Em 21 anos de ditadura foram tantos os mortos, os torturados e os humilhados que faltaria espaço onde refugiar toda a sua dor. A memória, terreno tão propício, é demasiadamente instável para semelhantes horrores. Talvez por isso os homens tenham inventado a arte. Picasso abrigou o grito de pavor de uma cidade espanhola em sua *Guernica*, os anos se passaram, mas o grito continua lá, ecoando diante de nossos olhos. No Brasil, foram os escritores que entalharam esse espaço acolhedor. É nos romances que vamos reencontrar, com maior intensidade, o desespero daqueles que foram massacrados por acreditarem que podiam fazer alguma coisa pela história do país (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 15, grifo da autora).

O romance de Marcia Tiburi acaba proporcionando uma aproximação do leitor desse desespero, desse horror sofrido por milhares de pessoas durante o período ditatorial. Nas palavras de Alice, que mescla suas memórias com um tom de dor e tristeza, conseguimos perceber um pouco das características desse período e de seu funcionamento. Quando ela comenta que sempre desconfiou de León, ela tinha razão, pois descobre, da pior maneira possível, que ele era um informante e que não se importava nem um pouco com ela e com o filho que ela então carregava:

Pedi que telefonassem pra León Neves de Melo. Esse era o seu nome todo. Um nome que me vem à mente antes de tudo como uma resposta que insistisse em estar presente à procura de uma pergunta. Eu pensava que León poderia me ajudar. Ele tinha uma família, morava em um bairro nobre, seu nome era importante. O coronel que me interrogava riu e, seguido por seus soldados, gargalhou, batendo com as mãos na mesa e soluçando de tanto rir, e praticamente ganiu, atirou-se ao chão afogado em sua própria risada e histérico, a chorar de tanto rir, levantou-se do chão como se aquele ataque delirante fosse a coisa mais normal do mundo. Me deu um tapa no rosto e disse, ainda entre soluços de riso, que León não podia querer me salvar dali, que ele não podia querer nada comigo, que eu era muito magra e feia e que ele era o mais esperto dentre todos os espertos que existem, que ele era o dono do mundo, o dono da bola, o reizinho, o herdeiro do trono e que eu era uma vaca por dizer o nome dele pensando que era mais esperta do que ele. Com os dentes cerrados o homem gritava quem eu pensava ser tentando ser esperta. Uma vaca, uma puta, uma piranha, era isso o que eu era. E foi assim que vim a saber que León era um informante (TIBURI, 2018, p. 75).

Ao ler o excerto acima, o leitor tem contato com uma representação do que as pessoas tiveram de enfrentar durante o período ditatorial. Alice teve de suportar

torturas diárias, deboches, choques, xingamentos e, quando não parecia mais possível piorar a situação, ela ainda teve de suportar um estupro. A violência sofrida por ela foi tamanha que ela chega a comentar sobre não ter forças nem para odiar: “Não posso saber quantos eram, se eram vários ou se seria apenas um. A minha dificuldade de me lembrar disso parece uma espécie de proteção. Nesse esforço de lembrar, sinto vontade de vomitar” (TIBURI, 2018, p. 76). Aqui o leitor percebe ainda como a memória está ligada a sensações e a uma proteção contra lembranças de situações que foram de alguma forma traumatizantes. Esse processo remete ao que Assmann (2011) discute com base nos trabalhos de Lawrence Langer (1991) sobre a *memória não heroica*:

Enquanto a memória heroica [...] pressupõe um *self* integral, que dispõe de autoestima, livre-arbítrio, opções intelectuais, futuro, valores positivos e uma retórica do resgate, a memória não heroica está irreversivelmente alijada de todos esses recursos. À memória não heroica pertence o que Langer chama de *self* danificado (*diminished self*), ao qual se subtraiu qualquer controle físico e intelectual sobre o ambiente e cuja língua perdeu qualquer conotação de concessão ativa de autoridade (ASSMANN, 2011, p. 276, grifos da autora).

O conceito de *self* danificado torna-se importante para entendermos porque as pessoas têm dificuldade para lembrar de determinadas memórias, principalmente daquelas mais doloridas, como uma forma de proteção. Aleida Assmann (2011) segue discutindo sobre esse conceito e em como ele funciona com base, principalmente, nas vítimas do Holocausto, mas a discussão também é válida para entendermos o processo que acontece na mente de Alice:

A memória não heroica e o *self* danificado remontam a traumatizações que as vítimas do holocausto não são capazes de converter em símbolos remissórios. Uma experiência cujo excedente ultrapassa a capacidade psicofísica trata de destruir a possibilidade de uma autoconstituição integral. O trauma estabiliza uma experiência que não está acessível à experiência e se firma nas sombras dessa consciência como presença latente (ASSMANN, 2011, p. 277, grifo da autora).

Alice reflete sobre esses aspectos da memória de uma maneira menos científica, mas não menos pertinente, ao comentar sobre a estratégia de distanciamento que ela tenta adotar ao pensar no estupro, para, assim, conseguir falar sobre ele, digeri-lo de alguma maneira, visto que foi uma das situações mais doloridas que teve de suportar. Porém, a gravidez é um dos fatores que acabam por dificultar esse distanciamento:

Eu olho para esse estupro de fora. Parece mais fácil se o tomo como uma espécie de objeto e penso que não aconteceu comigo, no meu próprio corpo. Se me olho como uma personagem de um tempo que me escapa. De uma vida passada. Agora, o passado me parece um filme alucinado incrustado como um chip em algum lugar da minha memória. O estupro se faz mais real quando minha barriga começa a aparecer e a gravidez se torna, ao mesmo tempo, a autorização à violência sob a garantia de que nenhum daqueles homens delirantes seria o pai da criança. Não, ninguém me disse isso. No entanto, não tenho como não pensar nisso, porque, na condição de grávida, eu tinha outra qualidade, o gesto daqueles homens parecia fazer outro sentido, era algo ainda mais perverso. Por meses, até o fim, fui destruída no pouco que era por homens sem dignidade nenhuma, que faziam do seu próprio corpo uma arma de praticar violência. Entre mim e eles eu não podia imaginar que existisse algo como uma criança. Uma criança não fazia nenhum sentido (TIBURI, 2018, p. 76-77).

Os meses se passam, as torturas continuam e Alice não faz ideia do tempo decorrido até que começa a entrar em trabalho de parto, coisa que ela também não consegue identificar muito bem, pois associa as dores diárias ao resultado das torturas também diárias: “[...] nos últimos dias daquela duração sem fim, meu corpo se acostumou ao sofrimento de tal modo que não era mais possível distinguir a dor e a ausência de dor” (TIBURI, 2018, p. 77). Durante o parto, Alice é dopada e tem sua criança levada embora sem que ela nem perceba, sem que ela nem ao menos tenha a sentido em seus braços. Além disso, ela escuta da enfermeira um comentário que a destrói mais um pouco, quando ela imaginava que isso não fosse mais possível:

[...] enquanto eu buscava entender o que me era dito, a enfermeira contou de modo muito objetivo que a criança havia sido afogada para o bem de todos. Contudo, quando disse que *não se deve colocar mais comunistas nesse mundo*, ela riu de um modo que eu jamais consegui compreender (TIBURI, 2019, p. 79, grifos da autora).

No artigo intitulado “O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul” (2003), Samantha Quadrat analisa, principalmente, o caso da Argentina no que se refere à apropriação de crianças nascidas no cativo ou sequestradas durante a prisão ou assassinato de seus pais biológicos. A autora comenta sobre a existência de manuais específicos sobre esse assunto, os quais ensinavam aos militares sobre como agir nessas situações:

[...] a histeria anticomunista se fazia notar através de instruções para que os militares entregassem para orfanatos ou famílias de militares crianças com até 4 anos. Isto porque, na visão dos militares, estas crianças ainda estariam livres da “má influência” política de seus pais. As mais velhas, especialmente em torno de 10 anos, deveriam ser mortas pois já estariam “contaminadas” pela subversão de seus pais. Segundo os dados da Comissão Nacional sobre

o Desaparecimento de Pessoas na Argentina, cerca de 250 jovens, entre 13 e 18 anos de idade, desapareceram. Alguns desses adolescentes tinham militância política, outros foram atingidos pelas atividades de seus pais (QUADRAT, 2003, p. 168, grifos da autora).

Por mais que a discussão de Quadrat (2003) se refira ao caso argentino, é possível relacioná-lo com o que aconteceu com Alice, com a perda de sua criança sem que ela pudesse pensar em fazer algo para deter ou não, sem que ela tivesse uma escolha. Uma criança que, assim como ela, é tratada como um nada e cujo passado e referências familiares são apagados. Como leitores não sabemos o que houve com a criança, se ela de fato foi morta ou não, mas o que podemos considerar com base no artigo de Quadrat (2003) é que os bebês “[...] que nasceram nos centros clandestinos de detenção enfrentaram desde o começo as condições subumanas impostas aos presos nesses lugares” (QUADRAT, 2003, p. 169-170). Além dos bebês, a partir das descrições de Alice, é possível perceber que o sofrimento causado à mãe também era desumano. Ao comentar sobre os casos ocorridos na Argentina, Quadrat (2003) também corrobora isso:

Antes do parto as mulheres, ainda que grávidas, eram submetidas a maus tratos que iam desde a prisão em quartos fechados até o uso de vendas nos olhos, inclusive durante o parto. Após o nascimento da criança, mãe e filho eram separados. O destino da parturiente era normalmente o traslado, palavra usada como sinônimo de morte (QUADRAT, 2003, p. 170).

No caso de Alice, ela sobreviveu. Mas preferia muitas vezes não ter sobrevivido. Ao leitor não fica muito claro como isso acontece, mas ele compreende que ela está “livre” nas linhas que se seguem após o parto. Como que numa falta de organização das memórias, Alice mescla situações do passado e do presente e cabe ao leitor entender essa troca a fim de compreender a narrativa. Sem chão, Alice procura por ajuda, mas, antes de mais nada, liga para o número de León “[...] mesmo sabendo que ele era um informante e da irracionalidade do meu ato que rege os momentos de desespero” (TIBURI, 2018, p. 80). Quem atende é Lina, funcionária da casa de León e para quem Alice só diz “[...] *seu patrãozinho, Lina, é um traidor*” (TIBURI, 2018, p. 81, grifos da autora). Ela desliga o telefone e, em meio a lembranças sobre experiências vividas com León, Alice começa a vagar sem rumo, sem saber o que fazer e para quem pedir ajuda. Eventualmente ela se recorda do telefone da casa dos padres, onde participou de algumas festas e reuniões. “Um homem atendeu ao

telefone e me mandou estar na porta da catedral da Sé o mais rápido possível” (TIBURI, 2018, p. 82).

A pessoa que espera por Alice é Manoel, colega mais adiantado de Adriana na faculdade e figura que se tornará importante na vida de Alice, mas que, neste primeiro momento, só conseguia culpá-la pelo que tinha acontecido com Adriana:

Estendendo-me uma sacola de papel, me diz apenas esses são seus documentos, essas são suas roupas agora. Eram destinados à sua irmã. Agora vá e não volte. Todos sabem o que você fez, ninguém nunca mais vai falar com você. Você tem uma única chance, que é ir embora agora. Acendeu um cigarro e, vendo que eu não me movia, meus pés presos ao chão, olhou-me com um ar que só podia ser de pena e, apesar dessa compaixão que brotava de seus olhos, diante da minha perplexidade, falou em tom decisivo: Alice, desapareça (TIBURI, 2018, p. 83, grifos da autora).

Foi assim que Alice passou a viver na capital portuguesa, Lisboa. No dia de sua chegada, ela liga para o número que estava presente no caderninho junto às coisas que Manoel havia lhe dado e uma moça diz para ela ir até Belém e esperar do lado de fora. Alice prefere ir andando, a fim de tentar compreender o que está se passando e, quando chega no local indicado, acaba passando mal. Em seguida, ela acorda no banco de trás de um carro com duas mulheres que ela não conhecia e que a levam a um médico. Uma delas começa a chamá-la de Lúcia:

Não esqueça os cabelos, sorria, não se deixe levar pela tristeza, ninguém vai perceber nada se você fizer tudo como deve ser. Perguntei seu nome, ela me disse que isso ficaria para depois. A outra dirigia como se não estivesse ali. Agora você é que se chama Lúcia, não vá esquecer, disse como se não pudesse brincar com isso. Ela me levou a um hospital onde o médico pediu que eu voltasse em alguns dias. Que estava tudo bem e eu só precisava de antibióticos. Depois me levou à lanchonete onde comecei a trabalhar na mesma semana e, prometendo me ver no dia seguinte para explicar o que estava acontecendo, nunca mais apareceu (TIBURI, 2018, p. 86, grifos da autora).

Alice resolveu guardar, depois de muito tempo de uso, as coisas que Manoel havia lhe dado, como se elas fizessem parte de um museu particular que a lembrava de como esses objetos foram úteis durante essa mudança de vida e de identidade. De acordo com Assmann (2011), “[n]a oscilação dúbia entre jogar fora e preservar, entre lixo e museu (privado), existe um conselheiro confiável, que é a lembrança” (ASSMANN, 2011, p. 421). Assim, o que levou Alice a preservar esses objetos foi o desejo pela manutenção de algumas lembranças da época em que precisou se reinventar:

A mala seguiu vazia comigo até aqui depois de ter passado por algumas cidades. Guardo-a ainda hoje sobre o armário com as poucas lembranças daquela época. O vestido florido ficou velho, a peruca que eu jamais usei e restos da maquiagem que me foram entregues por essa mulher sem nome ao lado da mulher que dirigia o carro sem parar permanecem comigo. Assim como as sapatilhas gastas com as quais andei por muito tempo. Esse é meu pequeno museu, uma mala na qual caberia tudo o que tenho, não mais que meu corpo e coisas que me foram úteis em um momento terrivelmente onírico (TIBURI, 2018, p. 87).

Entretanto, Manoel não foi apenas o responsável por fazer com que Alice fosse para fora do Brasil e se transformasse em Lúcia. Após dois anos, Manoel, por meio da ajuda de uma mulher, encontra Alice em Lisboa e propõe que ela vá com ele para os Estados Unidos. Alice aceita e acaba se transformando na esposa de Manoel. Porém, a relação dos dois sempre foi bastante conturbada e Alice comenta que ela foi mais a enfermeira e a empregada de Manoel do que propriamente a sua esposa. Além disso, ela teve de aguentar por anos o jeito violento de Manoel, que, comparado às torturas que ela experienciou durante a ditadura, não era capaz de assustá-la. Aos poucos eles foram afundando-se cada vez mais na tristeza, pois a relação de ambos já estava fadada ao fracasso desde o início:

Manoel, eu continuo, você está morto desde aquela tarde em que nos encontramos diante da estátua de Fernando Pessoa, sem dizer nada um ao outro que não fosse a trivialidade de um olá um tanto indeciso. Você deve lembrar que não olhamos exatamente para os olhos. Nos dirigíamos, você e eu também, para a sombra interna, para o buraco que segura o olhar quando, ao encarar o outro, alguém descobre que não tem nada a dizer. Você pegou em minha mão, me pediu desculpas e pediu que eu ficasse com você. Tomei suas palavras como um dever inescapável e, por ter aceitado, fui até o fim. Inerte em uma curiosidade que durou décadas, sem entender por que você me pediu desculpas (TIBURI, 2018, p. 119-120).

Alice foi sobrevivendo da maneira que ela achou mais apropriada: aguentando em silêncio, sem revidar. Foi a forma que ela encontrou, desde o período em que ficou presa, de sobreviver. O objetivo principal era apenas esse: sobreviver. “Não exigi, não revidei, não reivindiquei, não disse nada a Manoel, como não dizia nada antes aos que me torturaram, porque não queria saber e de nada sabia. Se soubesse, estaria morta” (TIBURI, 2018, p. 130). Alice repete esse discurso constantemente como uma forma de sustentar a ideia de que ela de fato não sabia de nada e não denunciou ninguém em um espaço em que todos a culpavam exatamente pelo contrário. “Invariavelmente eu respondo que não sei de nada, porque, de fato, não sei. Se soubesse, naquele momento, se de fato eu soubesse, eu teria falado. No entanto, não

sei e não falo” (TIBURI, 2018, p. 150). Não saber de tudo acabou sendo sua salvação ou sua eterna condenação? Essa pergunta também é válida quando pensamos na atitude de silêncio que Alice adotou durante boa parte de sua vida e sobre a qual ela já apresenta uma postura mais crítica: “Revelarei a Betina que agora é preciso dizer o que não se deixa dizer, porque o silêncio, e o direi com a única certeza que eu adquiri na vida, se torna devastador” (TIBURI, 2018, p. 115).

Alice viveu junto a Manoel por muitos anos, passando por Lisboa, Estados Unidos e Madri. Ela cumpriu o que tinha aceitado como tarefa e acompanhou Manoel até o dia de sua morte, quando ele já morria por dentro há muitos anos. Ele tinha câncer, mas acabou se suicidando. Para Alice, um alívio, um sinal da liberdade que ela não podia desfrutar desde os dias em que viveu sozinha em Lisboa. No momento da morte de Manoel, os dois já estavam há algum tempo de volta ao Brasil.

Assim como a análise aqui, que mistura o passado e o presente de Alice, seu próprio relato é carregado de digressões e mistura de situações como se estivéssemos recordando suas lembranças juntamente com ela, em sua cabeça, ouvindo o que ela ouve, sentindo o que ela sente. Principalmente do meio para o final da narrativa, o relato de suas experiências de vida se misturam de uma maneira ainda mais incompreensível, como se as peças da história (e de sua vida) não pudessem ser encaixadas após as experiências traumáticas vividas na prisão. Essa tentativa de juntar os pedaços é discutida também por Alice: “Corto os anos em pedaços e não consigo reuni-los nunca mais. A vida é uma colagem de fragmentos. Um filme de arte, diria Antonio em um momento de bom humor em que está tentando parecer inteligente usando um clichê” (TIBURI, 2018, p. 146).

Dessa forma, como que num salto pulamos para o momento em que Alice viveu com Manoel e, novamente como que num salto, voltamos ao momento em que Alice e Adriana foram presas na adolescência e em todas as experiências de tortura que se sucedem a essa prisão. Torturas de todos os tipos como choques, surras, interrogatórios que, aos poucos, conforme a dor aumentava e conforme o que Alice vivia dentro da cela, faziam com que ela se esquecesse de quem era, do corpo que antes a pertencia e do qual ela não tinha agora controle algum:

Não entendo o que sobra do meu corpo, não entendo o que está inteiro e o que permanece estilhaçado, não vejo diferença entre a pele lisa e a cicatriz, o ouvido que ouve e o ouvido que não ouve, o olho que vê e o olho que não vê, como não entendo, até agora, a mulher caída no concreto dentro da cela sobre a poça de sangue com as pernas esticadas e um rosto que não posso

olhar. Faz tempo que o medo é uma cortina preta que uso para tapar as janelas abertas desse projeto monstruoso que é viver. Demoro a entender até hoje. Não consigo imaginar meu rosto no meio disso tudo (TIBURI, 2018, p. 97).

Alice e Adriana foram presas juntas e, por mais que Adriana dissesse que Alice não fazia parte do grupo, de nada adiantou, pois ambas foram levadas. Alice nunca soube o que aconteceu com Adriana. Ela sabia que a irmã estava morta, que morreu quando deveria ter fugido e que Alice passou a ocupar o nome que, na verdade, era destinado a ela. Nas palavras de Alice: “[a]prendo a ocultar Adriana, a dona da história que não me pertence, a história que herdo, a história de um paradoxo, a história de minha vida, uma vida não vivida. A história à qual Adriana não teve direito. A história que tampouco eu cheguei a viver” (TIBURI, 2018, p. 93).

Entretanto, Alice só descobre os detalhes do que aconteceu com sua irmã quando tem uma conversa reveladora com Luiz – outro conhecido de Adriana dos tempos de movimento –, no final da narrativa. Uma conversa que destrói a ideia que Alice já tinha montado em sua cabeça: a de que Betina era sua filha, a filha que foi tirada de seus braços em um dos piores momentos de sua vida. A destruição dessa ideia parece, em um primeiro momento, a destruição do que restou de Alice e do que ela tinha construído com tanto amor a partir do momento em que conheceu Betina:

[...] embora não tenhamos certeza de data alguma, você sabe que Adriana morreu sem ter visto Betina. Levaram a criança tão logo ela nasceu. Repito que Betina não poderia ser filha de Adriana. Betina é minha filha e vou contar isso a ela finalmente. Você não é a mãe de Betina, Alice. Ela foi salva porque Manoel providenciou essa fuga, afinal, era a filha dele. Uma faca finíssima me atravessa do topo da cabeça até a base do sexo, me dividindo em duas. Ele abre os olhos e lança um sorriso em minha direção com os lábios colados. Então, os dentes se mostram e ele ri de um modo que me parece perverso, com gargalhadas semimortas, já sem força para nada. Alice, você está se fazendo de tonta, ele quase grita, estranho como um boneco. Não faça isso comigo, eu estou à beira da morte, diz e ri loucamente. Eu me assusto e sorrio com calma, voltando à realidade mais dura (TIBURI, 2018, p. 176, grifos da autora).

Porém, foi essa conversa que possibilitou com que Alice se libertasse finalmente de Manoel, responsável pelo momento mais obscuro de sua vida. “Em seu delírio noturno ele fala que todos têm de morrer. Todo o poder aos militares, é o que ele diz com um sorriso estranho no rosto. É uma contradição, eu penso, e lastimo que, na condição de moribundo, ele tenha confundido tudo ou tenha se tornado um louco” (TIBURI, 2018, p. 153). Essa foi a reação de Manoel, quando já estava muito doente, ao ver as

manifestações em São Paulo e o ataque do exército e da polícia contra a população. Alice pensava que essas palavras eram um delírio, mas, ao conversar com Luiz, descobre que Manoel era um informante que tinha se apaixonado por Adriana:

Alice, Manoel nunca diria nada, sua boba. Ele era um infiltrado que se apaixonou por Adriana. Era parceiro de León, com quem você tinha um envolvimento. O pai de Manoel era um general importante [...]. Manoel fugiu assim que o pai morreu. Disse a todos que iria buscar uma comunista em Lisboa. A comunista era você. Pediu a cabeça de Adriana que já tinha sido cortada a mando de seu pai. Era uma coisa que não se fazia, mas daquela vez se fez. Era um requinte mórbido, uma atitude abjeta. Ele enterrou a cabeça com o corpo. Não foi uma operação fácil porque o caixão estava fechado desde que saiu da funerária para o cemitério. O corpo foi jogado no parque do Ibirapuera para disfarçar. Estava sem a cabeça. Manoel começou a ficar louco naquele dia. Antes era apenas uma pessoa sem caráter. Confesso que a loucura lhe conferiu algum tipo de alma (TIBURI, 2018, p. 174, grifos da autora).

Aqui é possível levar em consideração ainda a discussão levantada por Eurídice Figueiredo quando comenta sobre as atitudes cometidas por policiais e militares durante o período ditatorial brasileiro e que eram sancionadas pelo governo:

O que me parece relevante abordar é como as autoridades do país deram carta branca a policiais e militares, muitos deles verdadeiros psicopatas, a fim de eliminar pessoas de forma sistemática, simulando teatrinhos ou descartando os corpos como se fossem animais (FIGUEIREDO, 2017, p. 14).

Na conversa que Alice teve com Luiz, ela ainda descobre que Betina tinha contato com Luiz e que sempre soube de tudo. “*Ela só não sabe que você não sabe de nada. Você foi enganada e tenho pena de você. Tenho mais pena de você do que de mim agora. Porque eu estou indo e você ainda vai ter que enfrentar um mundo como esse*” (TIBURI, 2018, p. 177, grifos da autora). E quando tudo parecia se repetir, quando Alice se sentia mais uma vez à sombra da irmã, sendo aquela que sempre foi deixada de lado, esquecida como se não fizesse diferença, ela se encontra com João, que comenta que sua mãe ligou e mandou um novo endereço e ao perguntar sobre o destino, o menino responde apenas “[...] que é segredo, mas que [eles serão] estranhamente felizes desta vez” (TIBURI, 2018, p. 179, grifos nossos).

4.3 Por entre as sombras: (res)significar as (re)existências

“O importante é que uma pessoa se atreva, por si só, na sua essência, a ser inteiramente ela mesma; apenas um indivíduo, diante de Deus, sozinho, nesse imenso esforço e diante dessa enorme responsabilidade”. Em *À sombra do meu irmão* (2014), o narrador cita essa passagem de Søren Kierkegaard, filósofo e teólogo dinamarquês, que muito diz das atitudes adotadas pelos narradores-protagonistas das duas narrativas analisadas nesta dissertação. Sujeitos que tentaram se apegar constantemente à essência que os formava de algum modo: a sombra.

Em *À sombra do meu irmão* (2014) há um narrador que, além de ser moldado por acontecimentos históricos conturbados, também foi moldado pelo sentimento de nunca estar à altura do irmão mais velho, Karl-Heinz Timm, o corajoso, justo e orgulho dos pais. “Ele era uma criança um tanto tímida, minha mãe dizia. Ele não mentia. Era educado. E, sobretudo, era valente desde criança, segundo meu pai. *O menino valente*. Era assim que o chamavam, também os parentes distantes” (TIMM, 2014, p. 14, grifos do autor). Sua morte durante a guerra o transformou ainda mais nesse exemplo de coragem e, também, numa sombra em meio a um luto que nunca foi de fato superado pela família, sobretudo pelo pai. “Karl-Heinz, o menino mais velho, por que logo ele? O meu pai então ficava quieto, e era possível sentir nele o pesar, imaginando de quem ele preferiria sentir saudade” (TIMM, 2014, p. 18).

Em *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), não temos uma relação muito diferente entre Alice e sua irmã mais velha, Adriana. Entretanto, aqui, aos olhos de Alice, ela não era sequer notada pela mãe, figura familiar com quem mais convivia. “Teria que cavar um lugar para mim naquele mundo fechado em que minha mãe habitava com Adriana, no qual eu não poderia ser mais do que uma intrusa” (TIBURI, 2018, p. 64). Se sentindo constantemente um estorvo a essa organização familiar que tinha espaço apenas para Adriana, Alice se reinventou, se transformou naquilo que Adriana não era, se transformou em sua sombra:

Desde a época do colégio ela saía pela rua com a camisa branca e a saia azul-marinho, de manhã cedo, sempre sem casaco, enquanto eu, amedrontada, usava tantos casacos quanto podia, e, nos piores dias de inverno que guardo na memória como um arquivo morto, tentava não levantar da cama até que minha mãe viesse me obrigar e então saía ao som de xingamentos para ter invariavelmente um dia péssimo à sombra de minha irmã (TIBURI, 2018, p. 68).

Assim, na constituição desse ser que não era nada para ser alguma coisa, Alice transformou-se no oposto de sua irmã ao mesmo tempo que gostaria de ocupar o seu espaço, de ganhar o amor e o cuidado que Adriana ganhava de sua mãe. “Desde que crescemos, nos tornamos ramos bem distantes de um tronco comum que mirrou guardando toda a energia para o seu galho mais potente” (TIBURI, 2018, p. 69). O mesmo aconteceu com o narrador da obra de Uwe Timm, visto que ele e o irmão nada tinham de parecidos e, enquanto um era exaltado pelas suas características de honra e coragem, o outro era rechaçado por ser exatamente o oposto disso, por – muito em função da influência de sua geração – fazer parte de um grupo que enxergava na postura crítica e no espírito rebelde um jeito singular de ser. Isso fica claro sobretudo nessa passagem da narrativa:

A mãe contava que ele era uma criança sonhadora, e um adolescente ausente [...]. Ficava em silêncio e não se sabia o que se passava em sua cabeça. Ele era bom. Um menino bom, dizia ela. Uma criança calma. Sonhadora. Mas ela também dizia isso a meu respeito e pode até ser verdade do seu ponto de vista. O meu silêncio criou uma imagem de bom menino para ela. O pai e a mãe achavam que eu estava em encontros de jovens no clube de colecionadores de selos de Hamburgo, enquanto, na realidade, eu andava pelas ruas da Sankt Pauli, um bairro bastante profano, com seus cassinos, bares e bordéis. Era um mundo oposto ao de casa, oposto àquela tranquila e ordeira moradia, na qual nunca ou praticamente nunca se falou de sexo (TIMM, 2014, p. 27-28).

Enquanto que o narrador de Uwe Timm praticamente não teve contato com o irmão em função de sua morte precoce, a narradora de Marcia Tiburi cresceu sendo obrigada pela mãe a se parecer com a irmã e a segui-la onde quer que ela estivesse, privando-a de ter uma vida. Porém, ambos os narradores-protagonistas acabaram aceitando essa posição de estar à sombra do(a) irmão(ã) desejando justamente o contrário e, também com essa motivação, resolvem falar sobre si, seus passados, medos e traumas.

Cada um dos narradores teve experiências de vida distintas. Um cresceu durante uma guerra e seu pós, durante um dos momentos mais violentos da história da Alemanha, e experienciou situações decorrentes desse momento, como bombardeios e brincadeiras de criança mescladas à destruição. A outra, pelo contrário, sentiu o momento histórico e suas consequências no corpo, sofrendo torturas tidas como inimagináveis, mas que, a partir de suas descrições, se tornam tão reais como se as pudéssemos sentir também na pele.

As experiências traumáticas causadas pelos períodos históricos vividos pelos narradores-protagonistas e, também, esse espaço de sombra ao qual sempre foram obrigados a ocupar, marcaram profundamente suas vidas fazendo com que, por muito tempo, ambos não conseguissem exteriorizar suas emoções e falar sobre seus respectivos passados. Uma sensação de paralisia tomava conta sempre que havia uma pequena possibilidade de contarem a sua versão dos fatos:

Nessa linha invisível em que se escrevem as histórias de pessoas como eu, histórias que não podem ser contadas, é que caminho esperando não cair, por isso fixo a visão num ponto de equilíbrio que está fora de mim, que me faz saber que é preciso esquecer de uma vez por todas quem eu sou. Meus pés fincados no centro dessa cidade. Um pavor de ficar à margem, esse lugar de onde venho, percorre meu corpo no lento caminho da vida. Impossível não pensar no que me sobrou, na parte que me cabe. Um dia conseguirei explicar a João que o centro está em todo lugar, mas não a margem. A margem está sempre ao redor do centro (TIBURI, 2018, p. 52-53).

Por envolver sobretudo traumas diversos e uma dor muitas vezes física, a atitude de se colocar ativamente perante as recordações não funciona em um primeiro momento. Às vezes tentamos fortemente lembrar de algo ou falar sobre e não conseguimos, pois não estamos preparados no momento para lidar com determinada lembrança. O narrador de *À sombra do meu irmão* (2014) trata sobre isso várias vezes ao longo da narrativa, ao comentar que tentou muitas vezes falar sobre o irmão, só conseguindo depois de muitos anos:

Várias vezes tentei escrever sobre meu irmão, mas nunca passei das tentativas. Eu lia a sua correspondência escrita no front e o seu diário, que ele manteve durante o tempo em que serviu na Rússia. Um pequeno caderno de capa em cinza-claro com a inscrição *Notas*. Eu queria comparar os registros do meu irmão com os diários de guerra da sua divisão, a Divisão SS Totenkopf, para saber com mais precisão algo sobre ele e, talvez, mais informações com suas anotações. Mas toda a vez que eu começava a ler as cartas ou o diário, interrompia a leitura logo em seguida. Um recuo temeroso, que eu já conhecia desde criança em um conto de fadas; a história do Cavaleiro Barba Azul. À noite, minha mãe lia os contos de fadas dos irmãos Grimm, muitos deles diversas vezes, entre eles o conto do Barba Azul, o único do qual eu nunca quis ouvir o fim. Era muito assustador quando a mulher de Barba Azul deseja entrar no quarto trancado, apesar da proibição, depois do seu marido ter partido. Nessa parte, eu pedia para minha mãe que não lesse mais. Foi somente anos depois, quando já era adulto, que li o conto até o final (TIMM, 2014, p. 8-9, grifo do autor).

A analogia com o conto funciona para entendermos que nem sempre estamos preparados para lidar com sentimentos causados por determinadas situações ou lembranças. A narradora de *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018) também passa por

uma situação parecida ao se dirigir ao cemitério onde estava seu suposto túmulo. Assim como o narrador anterior, ela se vale de uma comparação para entender a situação que ela precisa enfrentar no momento:

Há pessoas que, ao visitar um museu, evitam chegar imediatamente perto de um quadro que se deseja ver mais do que qualquer outro. Lembro quando fui a Amsterdam para ver *A leiteira* de Vermeer e de como evitei chegar de uma vez à sala onde estava o quadro. No meio do caminho, um retrato de Van Gogh me ocupou por mais de uma hora. Agora no cemitério, como daquela vez no museu, quero ganhar tempo. Verdade que parte da falta de pressa é vontade de não chegar. Não me engano quanto ao medo do impacto sob o qual sempre há igualmente a chance de alguma decepção (TIBURI, 2018, p. 12, grifo da autora).

Impedidos por um receio inicial de lidar com as lembranças, de encará-las de frente, os narradores-protagonistas levam um tempo maior para falarem sobre suas lembranças, principalmente sobre aquelas que mais machucam. Na obra de Uwe Timm (2014), o narrador só consegue falar sobre o irmão mais velho e tudo o que ele representa em sua vida após a morte das principais pessoas da família que o conheceram, ou seja, os pais e a irmã mais velha. Somente após isso, ele se sentiu livre para expor o que sentia sobre o irmão e tudo o que ele causou em sua vida.

Em *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018) a narradora levou também muito tempo para falar sobre a irmã mais velha, Adriana. Ao buscar o túmulo onde supostamente estava enterrada no dia do seu aniversário, Alice ainda não parecia muito confiante para encarar suas lembranças, mas a situação muda quando ela se depara com Betina. Betina é a responsável por provocar em Alice essa vontade maior de rememorar o passado e ressignificar o seu sentido, por mais doloroso que fosse. Ter que contar a sua história a Betina fez com que Alice – mesmo se colocando como Lúcia – olhasse novamente para o seu passado e, concomitantemente, para si mesma:

Procuro os detalhes, tento ver o que ficou. Olho para um quarto empoeirado, fechado há muito tempo dentro de mim. Betina força a porta. Me falta coragem para abrir essa janela e deixar o ar entrar. Se eu abrir a janela, sei que devo pular dela. Movida por uma paciência que carrego há séculos como uma reserva emocional útil, percebo que sou de algum modo incapaz de desenterrar o que ficou sob o concreto armado da minha alma. Mesmo assim, como quem põe a mão em um balde de água sem tocar na lama que se sedimentou no fundo, apresento uma espécie de resumo enquanto o suor frio escorre pelas minhas costas e umedece a testa e as mãos. Não sei o que dizer, minha cabeça dói e um zunido intenso machuca meu ouvido como se um besouro dentro do meu cérebro. Tenho que parar e respirar. Esfrego as mãos úmidas no vestido. Betina me olha. Sigo em frente, estranhamente

fique diante desses grandes olhos de Adriana, olho por uma fresta pela qual entra luz no cubículo do meu mundo interior, conto que fui capturada, que esqueci a data exata em que tudo começou, que não me lembro de muita coisa (TIBURI, 2018, p. 23-24).

Na tentativa de ressignificar a situação de estar à sombra e o próprio passado traumático, os narradores embarcam na atividade de recordação e de discussão sobre esse passado, porque “[...] as memórias de nada servem se de algum modo não fazem parte do presente” (TIBURI, 2018, p. 24). Ao se colocarem em primeira pessoa, eles tomam para si um protagonismo que nunca lhes foi concedido e revisitam suas memórias mais pessoais a fim de ressignificá-las de alguma forma. Esse processo envolve dor, esquecimento e, ao mesmo tempo, luta contra esse esquecimento, luta contra a compreensão dele enquanto uma espécie de tática de sobrevivência. Memórias presentes e ausentes que, por serem precisamente desordenadas, afetam a relação com o tempo, fazendo com que as narrativas construídas pelos narradores-protagonistas misturem constantemente presente e passado seguindo à risca esse princípio fundamental da recordação.

Aos poucos, conforme o transcorrer das narrativas, o leitor percebe que os dois narradores passam a assumir o protagonismo de suas vidas ao falar sobre o passado e sobre os sentimentos que ele emana. Um processo lento que incita um autoconhecimento constante, um olhar diferente para si mesmos: “E foi somente com a decisão de escrever sobre meu irmão, e também sobre mim, para libertar a lembrança, que me senti livre para rever o que ele havia escrito” (TIMM, 2014, p. 17). Ao escrever narrativas sobre o irmão, o narrador-protagonista de Uwe Timm constrói também uma nova narrativa sobre si mesmo. Ele passa a se enxergar não somente como o filho que não prestava, mas como alguém capaz de enxergar e analisar criticamente sua própria história de vida e a de sua família. Enquanto seu irmão mais velho “[...] fora reduzido a uma postura de bravura”, ele acabou adotando uma postura crítica, e também política, de escritor (TIMM, 2014, p. 29).

Esse processo também acontece com Alice, pois, ao se colocar como Lúcia a olhar e a narrar sua história enquanto uma terceira pessoa, ela se posiciona em primeira pessoa no que tange à escolha da narrativa de sua vida: “Estou conspurcando a memória de uma pessoa morta que é minha própria irmã e a consciência disso não me obriga a parar” (TIBURI, 2018, p. 45). Ela não se importa

com a memória da irmã, pois, finalmente, ela está “[...] pronta para salvar Alice de sua insignificância” (TIBURI, 2018, p. 46).

De acordo com Jeanne Marie Gagnebin (2009):

Dos poetas épicos aos escritores sobreviventes dos massacres do século XX, passando pelos múltiplos exercícios filosóficos, sempre retomados, de explicitação do enigma do real, a memória dos homens se constrói entre esses dois polos: o da transmissão oral viva, mas frágil e efêmera, e o da conservação pela escrita, inscrição que talvez perdue por mais tempo, mas que desenha o vulto da ausência. Nem a presença viva nem a fixação pela escritura conseguem assegurar a imortalidade; ambas, aliás, nem mesmo garantem a certeza da duração, apenas testemunham o esplendor e a fragilidade da existência, e do esforço de dizê-la (GAGNEBIN, 2009, p. 11).

Ao olharmos para as duas obras analisadas nesta dissertação, pensamos que o simples – e ao mesmo tempo difícil – exercício de falar sobre a memória e consequentemente sobre os irmãos mais velhos, é, por si só, uma tentativa dos narradores-protagonistas de se colocarem como porta-vozes de suas próprias vidas, vidas que, até então, foram vividas à sombra, no canto que sempre foi destinado a eles. Sombra, rememoração e narração andam, assim, de mãos dadas no processo dolorido que é questionar e ressignificar o passado para poder compreender e dar um novo sentido às suas vidas em um presente que se direciona, aos poucos, a uma nova existência.

Além disso, em contextos onde a violência se colocou como principal método de controle do Estado, os narradores falam constantemente da dor com o objetivo de encontrarem um lugar para além dessa dor e de tudo o que ela causa. Para isso, eles criticam a sociedade e sua violência, pois são, também, um produto delas:

Então me vem à mente o telefone sem fio feito de lata que eu usava com Adriana quando éramos meninas, quando também ela me chamava de estúpida porque eu me distraía facilmente e logo abandonava a brincadeira. Quando enrolam os fios de cobre e jogam água sobre mim para que o choque seja pior, continuo sem entender, ouço alguém dizer *estúpida*, levo um tempo para entender que o efeito deveria ser pior ainda. Quando me batem nas mãos com a mesma palmatória que conheci na escola por uma professora que queria nos punir por não aprendermos matemática, eu não entendo e logo penso se, por não entender, eu sou mesmo uma pessoa estúpida (TIBURI, 2018, p. 99, grifo da autora).

E, por mais que o narrador de *À sombra do meu irmão* (2014) não tivesse, de fato, sentido a violência da Segunda Guerra e do Nazismo na pele, ele a sentiu em outros

contextos, onde a violência era infelizmente tida como uma medida pedagógica, uma virtude de guerra, como algo, enfim, *normal*:

A violência na escola. Batia-se com uma vara e com a régua na palma da mão. Em uma ocasião, uma professora arrancou uma mão cheia de cabelo do menino, o que fez com que o pai, ao descobrir a falha na cabeça dele, fosse à escola reclamar. Para o menino, foi vergonhoso, pois parecia que ele tinha se queixado aos pais e, a partir disso, passou a esconder as punições corporais da escola. Ele também sentiu a *obrigação da aprendizagem da escrita* como forma de violência, pois sempre era acompanhada de *safanões*. A palavra *ortografia*. O *ABC*. Era como se a criança se defendesse da pressão de converter os sons fonéticos em signos, mantendo viva a sua voz ao ler, escutando-a forte e melódica. Hoje, ao ler e escrever, ouço minha voz na minha cabeça, como voz na cabeça. *Aprecio-a: as palavras, as palavras, as palavras*. Assim, a escrita manteve a relação com a linguagem corporal. Era – e é – um mecanismo de defesa (TIMM, 2014, p. 149, grifos do autor).

Assim, os dois sujeitos, moldados a seu modo pela violência, carregam as marcas dela em seus corpos, o que acaba por afetar, também, a maneira como eles enxergam suas vidas e a forma como se comportam em sociedade. Dessa maneira, não é apenas os irmãos ou a família os responsáveis pelas dores e angústias que ambos carregam, mas também o momento histórico violento que ambos vivenciaram ao longo de suas vidas. Situações de violência inimagináveis e que nas descrições de Alice, por exemplo, se mostram extremamente reais, fazendo com que o leitor consiga refletir sobre como essas atitudes moldam quem somos e como enxergamos e nos portamos em sociedade, seja se colocando no papel de agressor ou de vítima:

Sou acordada por homens estranhos todas as manhãs desde aquela época. São funcionários que têm a tarefa de nos conduzir até a sala onde acontecerão os interrogatórios, mostram o rosto sem medo, rostos turvos como vejo até hoje quando tiro os óculos. Esses rostos se misturam na minha memória. Me avisam em coro que a minha história não me pertence. Que nunca saberei onde estou e aonde devo ir. Continuo a perder minha história, a viver onde eu poderia não ser, a não esperar, a não dever, a não prestar, a não servir, a não poder. Sem identidade, fora do tempo, eu ouço um som metálico, um eco que repete Adriana mil vezes sem parar. Percebo que da vida o que pesa, o que conta, é o tempo e esse peso de chumbo que, adensando o ar, me põe em suspenso. Perco, a cada dia, parte dessa história não vivida entre o cadáver abandonado no necrotério da história e uma imagem apagada que, no espelho em que me olho agora, me faz ser meu próprio fantasma (TIBURI, 2018, p. 94).

Entretanto, conforme a narrativa avança, o leitor consegue perceber uma leve mudança nos pensamentos e atitudes de Alice, fruto, sobretudo, da relação saudável e quase maternal que ela passa a estabelecer com João, filho de Betina, sua suposta sobrinha. Ao perceber que a vida pode ser muito mais do que as lembranças

traumáticas do passado, ela passa a perceber que o processo de falar sobre o que aconteceu é válido e necessário como pressuposto para seguir em frente. Ela consegue, assim, ressignificar, aos poucos, determinados traumas por meio da linguagem e, por mais que ainda se enxergue como um fantasma, ela vai percebendo que em algum lugar há a possibilidade de pensar sobre a sua vida e ser quem sempre quis ser: ela mesma:

A perseguição é um modo de ser, o que os paranoicos inocularam em meu corpo. Que consolidaram com os choques e eternizaram com os tapas nas orelhas com os quais se divertiam perversamente. Não há palavras para descrever, e apesar disso estou tentando falar. As palavras se tornaram um impedimento desde aquela época e, no entanto, eu me valho delas agora enquanto leio a carta de minha mãe para Betina e penso nas cartas que não escrevi (TIBURI, 2018, p. 159).

Assim como Alice, o narrador de *À sombra do meu irmão* (2014) também se valeu da atividade de falar sobre sua vida e seu passado para tentar compreender as visões que ele construiu sobre seu irmão, seu passado e suas experiências traumáticas. Para isso, ele organizou as cartas enviadas pelo irmão à família durante a guerra e também o diário escrito por ele durante esse período. O narrador constrói sua narrativa trazendo excertos produzidos pelo irmão e, dessa maneira, ele se reconecta a ele a fim de compreender as visões que ele tinha durante a guerra. Nessa tentativa de aproximação com o irmão mais velho, o narrador analisa a postura do irmão durante a guerra e a critica de alguma forma:

Não há nenhuma tentativa de explicação. Assim como nada escrito ajuda a deduzir, classificar e compreender – tornar-se apenas uma legítima defesa contra as circunstâncias descobertas. A foto tirada por Lee Miller depois da libertação do campo de concentração pelos americanos mostra um homem da SS afogado pelos prisioneiros em um córrego. Observa-se o rosto e o uniforme de camuflagem, ligeiramente desfocados pelas águas claras que se movimentam sobre ele, como se o homem surgisse de uma ameaçadora profundidade. Lee Miller intitulou sua fotografia *The Evil*, o mal. E o que teria acontecido se meu irmão tivesse sido transferido para a guarda de um campo de concentração? (TIMM, 2014, p. 61, grifos do autor).

Alice não se coloca diretamente contra a irmã, Adriana, e nem a critica, porque até o último momento ela não entendia o que estava acontecendo e porque estava sendo presa sem motivo algum. Entretanto, depois que Alice percebe que a irmã fazia parte do movimento contrário à ditadura e depois de passar por todas as torturas durante o período ditatorial, ela passa a compreender que nunca teve uma relação

próxima com sua irmã mais velha, que nunca a conheceu de verdade. Ela sempre foi a sombra de Adriana e não a sua irmã de fato. Assim, são as situações traumáticas que, de alguma forma, fazem com que Alice questione a sua posição e a sua relação com Adriana, tentando se colocar não apenas como a sua irmã, mas também como alguém capaz de questionar as experiências que ela estabeleceu com a irmã e também o papel dela em sua vida:

Eu nunca mais diria *Adriana*, senão diante de Betina. Deveria explicar que existem coisas que ficam necessariamente no passado, como Adriana ficou no passado, no lugar onde ficam as sombras, sendo a sombra que atravessa essa casa onde vivo, que me acorda à noite, que, apesar de todas as tentativas de apagar seus rastros, deixa marcas nas paredes e vem compor a imagem mais forte, essa imagem inexprimível que eu poderia usar para explicar minha vida sem, contudo, poder revelá-la, a imagem da represa de merda com a qual sonho quase todas as noites desde que voltei a São Paulo (TIBURI, 2018, p. 115-116, grifo da autora).

A sombra da irmã seguiu acompanhando Alice para sempre, por mais que ela não quisesse. Entretanto, foi essa mesma sombra – que muitas vezes se colocou como um aspecto negativo – e essa presença sempre ausente que impulsionou Alice a buscar uma reflexão e ressignificação sobre seu próprio passado. A partir desse desconforto que Adriana causava em Alice e também a partir das experiências ruins causadas por uma relação cheia de segredos estabelecida entre elas, Alice conseguiu de certa forma se colocar como alguém capaz de articular suas experiências de vida em linguagem, por mais que muitas vezes ela não conseguisse expressar de fato todos os sentimentos causados por essas experiências.

Esse processo também se deu com o narrador de *À sombra do meu irmão* (2014) que, apesar do pouco contato com o irmão mais velho, acabou sendo diretamente afetado pela ausência sempre presente do mesmo. Porém, por mais que em um primeiro momento isso fosse um aspecto totalmente negativo, com o passar dos anos e com o aumento da criticidade do narrador, ele passou a compreender melhor o quanto o irmão afetou a sua vida e a de sua família e, em vez de silenciar completamente sobre isso, resolveu se valer das palavras, depois de anos, para expor suas maiores angústias, tristezas e ressentimentos em relação ao irmão. Dessa forma, ao utilizar o diário do irmão que não deveria nem se quer existir, visto que era proibido manter diários durante a guerra, o narrador se aproxima do irmão e ao mesmo tempo se distancia dele, criando sua própria identidade e uma postura muito mais crítica em relação à sociedade do que a adotada pelo seu irmão.

Além disso, o que se percebe em ambas as narrativas é que, ao se colocarem perante suas dores e traumas, os narradores-protagonistas adotam uma postura de resistência: “Aprendo a suportar o insuportável. Quem alcança essa façanha deixa o corpo no meio do caminho. Não tenho forças, nem mesmo a força de sentir, o que me faz paradoxalmente forte” (TIBURI, 2018, p. 101). E, ao mesmo tempo, uma postura de coragem: “A coragem de dizer não. *Non servo* [...] Dizer não mesmo diante da pressão da coletividade social” (TIMM, 2014, p. 150, grifos do autor). Em meio à resistência e à coragem de serem ou voltarem a ser quem realmente são é que os dois narradores passam a (re)existir e, ao mesmo tempo, a continuar resistindo.

5 Considerações finais

Concluir um trabalho nunca é uma tarefa simples, ainda mais quando se trata de um tema que, por mais que falemos muito, sempre apresentará muitos aspectos a serem analisados e discutidos. Dessa forma, tudo o que resumiremos aqui não trata de forma alguma de um ponto final, pois entendemos que falar sobre memória, recordação e história é um processo árduo e contínuo.

Optamos por analisar obras que, de um ponto de vista inicial, pareciam que não tinham muita coisa em comum. Entretanto, a partir do momento que nos debruçamos à análise de *À sombra do meu irmão* (2014), de Uwe Timm, e *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), de Marcia Tiburi, percebemos que elas se constituem como narrativas que, mesmo separadas por um oceano, possuem similaridades difíceis de explicar sob um ponto de vista outro que não fosse a partir do método comparativo proposto por Marcel Detienne. O método comparativista de Detienne nos mostrou que existem mais similaridades entre a história alemã e a brasileira do que podíamos imaginar e que, a partir das diferenças, também conseguimos entender melhor o passado de uma maneira geral.

Falar sobre a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo na Alemanha em comparação com o Período Ditatorial no Brasil não foi uma tarefa simples, mas, ao mesmo tempo, nos proporcionou novas visões de mundo e um novo olhar sobre as narrativas de Uwe Timm e Marcia Tiburi. A partir do método comparativo percebemos como a violência, não importa o lugar em que ela se faça presente, tira do ser humano algo de mais essencial: sua dignidade. Na Alemanha, isso se apresentou, sobretudo, na forma de um antissemitismo sem sentido, o qual provocou milhares de mortes. No Brasil, se fez presente a partir de diferentes formas de tortura, desaparecimentos e, também, de muitas mortes.

Com essa discussão em mente, partimos, no terceiro capítulo, para a compreensão dos conceitos de memória e recordação propostos por Aleida Assmann no livro que serviu de base não só enquanto principal aporte teórico utilizado nesta pesquisa, mas também como ideia norteadora para o título desta dissertação: *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011). A partir da análise deste livro e de textos que o utilizam como referência em assuntos relacionados à memória, compreendemos a memória enquanto *vis*, essa potência sempre presente, por mais que muitas vezes ausente, que nos faz únicos. Junto à

compreensão da memória, refletimos também sobre a recordação, considerada como uma atividade não-deliberada, ou seja, ou recordamos de algo, ou não. Assim, o esquecimento também é um aspecto que faz parte do processo de recordar e que permite com que sigamos armazenando informações na memória.

Considerando que memória, recordação e esquecimento caminham sempre juntos, compreendemos o trauma como o aspecto que impede de alguma forma o perfeito funcionamento dessa tríade, pois o consideramos enquanto uma cicatriz que, mesmo não estando presente no corpo, permanece deixando seus rastros no psicológico. Por isso, a necessidade da narração, do testemunho acerca das experiências que nos marcam negativamente. Muitas vezes é a partir de uma exposição em linguagem que passamos a lidar melhor com esse trauma. Porém, para Seligmann-Silva (2014), “[o] testemunho é um umbral para a ‘libertação’ do momento invisível que ele porta, mas essa passagem é enfeitada. Nada garante que a rememoração testemunhal nos liberte do trauma” (SELIGMANN-SILVA, 2014, p. 15, grifos do autor).

Na tentativa de narração de seus maiores traumas e angústias, encontramos os narradores-protagonistas das obras analisadas nesta pesquisa. Em *À sombra do meu irmão* (2014), percebemos um narrador que, ainda que muito inseguro, encontra a coragem necessária para falar sobre o irmão mais velho, Karl-Heinz Timm, o qual praticamente nunca conviveu com ele, mas o marcou enquanto essa presença sempre ausente, transformando o narrador em um indivíduo à sombra desse irmão. Situação similar acontece com Alice, narradora-protagonista de *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), que, mesmo tendo um convívio maior com sua irmã mais velha, Adriana, sempre foi uma figura inexistente dentro de casa e, por isso, vestiu a capa da sombra, compreendendo-a como o único espaço possível para existir.

Porém, conforme a análise que elaboramos ao longo desta dissertação, percebemos que, ao recordarem seus passados e narrarem suas experiências de vida, inclusive aquelas mais doloridas causadas pelos momentos político-históricos (Segunda Guerra, Nazismo e Ditadura) em que estavam inseridos, os narradores-protagonistas das duas narrativas passam a construir um novo espaço de existência para além da sombra de seus irmãos e família. Um processo lento e dolorido de rememoração e ressignificação de lembranças e do passado de forma geral que acaba apontando um novo espaço em que a violência não é o elemento principal, em que o protagonismo de suas vidas ainda é possível.

Nos valemos das palavras de Jeanne Marie Gagnebin quando pensamos sobre como os narradores das obras analisadas, ao recordarem, acabam exercendo uma leitura sensível, e ao mesmo tempo crítica, de suas lembranças, o que favorece uma reflexão pontual sobre a influência do passado no presente: “A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 55, grifo da autora). Levando isso em consideração, percebemos como, ao falar sobre o passado, os narradores também ressignificam seu presente e suas identidades, aquilo que os constitui enquanto sujeitos únicos.

Concluimos, pois, que as obras *À sombra do meu irmão* (2014), de Uwe Timm, e *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), de Marcia Tiburi, constituem-se como algo mais do que Seligmann-Silva (2003) chamaria de uma *literatura do e no limite*. Elas extravasam o próprio limite quando adotam a atividade da narração enquanto resultado de uma relação intrínseca com a história e suas consequências. Acompanhando os narradores na dolorida tarefa de falar sobre seus passados e traumas, conseguimos, junto com eles, ressignificar o nosso próprio presente, lançando um olhar mais crítico e humano à memória e à sociedade de modo geral.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha** (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008 [1998].

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011 [1999].

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 115-152, dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/53185/36144>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 [1936].

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006 [1965].

CASARA, Rubens. Marcia Tiburi: uma filósofa engajada. **Revista Caliban**. 2016. Disponível em: <https://revistacaliban.net/marcia-tiburi-uma-fil%C3%B3sofa-engajada-f189491da175>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004 [2000].

DOURADO, Flávia. Memória cultural: o vínculo entre passado, presente e futuro. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 23 mai. 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FERRARI, Bruno. As escritas de si no cenário da literatura contemporânea. **Revista Landa**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 175-192, 2015. Disponível em: <http://www.revistalanda.ufsc.br/PDFs/vol4n1/12.%20%20Bruno%20Ferrari%20-%20As%20escritas%20de%20si%20no%20cen%C3%A1rio%20da%20literatura%20brasileira%20contempor%C3%A2nea.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. 1.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FINAZZI-AGRO, Ettore. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 179-190, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000100010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 28 abr. 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009 [2006].

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 13, n. 3, 125-133, set./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643942/11398>. Acesso em: 05 ago. 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio Walter Benjamin ou a história aberta. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 [1936], p. 7-19.

GALLE, Helmut Paul Erich. Evoluções do romance de família na atual literatura de língua alemã. **Organon**, Porto Alegre, v. 29, n. 57, p. 199-218, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/48240/31799>. Acesso em: 23 abr. 2020.

GAMELAS, Inês Assunção. **1968 (e depois)**: Representações da juventude nos romances Heißer Sommer, de Uwe Timm, e Sem Tecto, entre Ruínas, de Augusto Abelaira. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas) – Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/2851/1/2010001225.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

GODOY, Maria Elizabeth Bueno de; DURÃO, Gustavo de Andrade. Marcel Detienne: helenismo, comparação e reflexões no contexto nacional. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 163-189, 2016. Disponível em: http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/rhc_volume010_Num002_006.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2.ed. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994].

NETO, Miguel Sanches. **A segunda pátria**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PEREIRA, Valéria Sabrina. **Orquestrando Ecos do Passado**: Walter Kempowski e Das Echolot. 2011. 393f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-03102011-130607/publico/2011_ValeriaSabrinaPereira.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/02.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

QUADRAT, Samantha Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. **História**, São Paulo, v.

22, n. 2, p. 167-181, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RODRIGUES, Faustino. Uma distopia de corpo inteiro. **Rascunho**. Resenha. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://rascunho.com.br/uma-distopia-de-corpo-inteiro/>. Acesso em: 11 mai. 2020.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). **Revista Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22610/16155>. Acesso em: 23 nov. 2019.

SANTOS, Carlos. Início do Maio de 68 na Sorbonne. **Carta Maior**. 2018. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Inicio-do-Maio-de-68-na-Sorbonne/4/40102>. Acesso em: 06 set. 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Auschwitz: história e memória. **Pro-posições**, v. 1, n. 5, p. 78-87, jul. 2000. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2074/32-artigos-seligmannm.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN, SILVA, Márcio. Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 13-34, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/elbc/n43/02.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005.

TIBURI, Marcia. **Sob os pés, meu corpo inteiro**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

TIMM, Uwe. **À sombra do meu irmão**: as marcas do nazismo e do pós-guerra na história de uma família alemã. Tradução: Gerson Roberto Neumann e Willian Radünz. Porto Alegre: Dublinense, 2014 [2003].

VALOR. **Marcia Tiburi relata ameaças e deixa o país**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/03/11/marcia-tiburi-relata-ameacas-e-deixa-o-pais.ghtml>. Acesso em: 02 mai. 2020.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÈ, Regina. Apresentação. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 11-12, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9941/8781>. Acesso em: 22 out. 2019.